

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E
DESENVOLVIMENTO – PGDREDES

**MULHERES NO COOPERATIVISMO DO LITORAL NORTE GAÚCHO:
REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO**

DANIELA FONSECA DA SILVA

Tramandaí-RS

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E
DESENVOLVIMENTO – PGDREDES

**MULHERES NO COOPERATIVISMO DO LITORAL NORTE GAÚCHO:
REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO**

DANIELA FONSECA DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento - PGDEREDES da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof. Dr^a. Anelise Graciele Rambo
Coorientadora: Prof. Dr^a. Rejane Margarete Schaefer Kalsing

Tramandaí-RS

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Daniela Fonseca da
Mulheres no Cooperativismo do Litoral Norte Gaúcho:
reflexões sobre o desenvolvimento / Daniela Fonseca da
Silva. -- 2022.
161 f.
Orientadora: Anelise Graciele Rambo.

Coorientadora: Rejane Margarete Schaefer Kalsing.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Programa de
Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e
Desenvolvimento, Tramandai, BR-RS, 2022.

1. Mulheres. 2. Desenvolvimento. 3. Cooperativismo.
I. Rambo, Anelise Graciele, orient. II. Kalsing,
Rejane Margarete Schaefer, coorient. III. Título.

DANIELA FONSECA DA SILVA

**MULHERES NO COOPERATIVISMO DO LITORAL NORTE GAÚCHO:
REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento - PGDEREDES da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anelise Graciele Rambo
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Rejane Margarete Schaefer Kalsing

Aprovada em: Tramandaí, 01 de fevereiro de 2022.

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a Cinara Neumann Alves
Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo I

Prof^a. Dr^a Sílvia Lima de Aquino
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a Luciana Butzke
Universidade Regional de Blumenau

Prof^a. Dr^a Anelise Graciele Rambo - Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Há algum tempo eu descobri que as trajetórias são mais recompensadoras e felizes por não serem realizadas sozinhas. E, felizmente, eu costumo agradecer no meu dia a dia aqueles que me rodeiam e que tem permitido que a minha vivência seja cada vez mais feliz. Assim, quero agradecer...

Minha família, mãe, Angel e Theodoro que atravessaram comigo os meses de isolamento, de ensino remoto, de entrevistas online, de reuniões, de estresse, de frustração – cada esforço vale porque tenho vocês para compartilhar.

Aos colegas: Cassia por me incentivar e compartilhar da caminhada. Renan por ter ido de colega de estudo a amigo pra vida e dividir as angústias comigo. Cris por ter lido a primeira versão do meu pré-projeto. Fabi, Kamila, Carol por todo apoio e por acreditarem em mim. E, claro, Mari, com quem dividi desabafos sobre cursar um mestrado e trabalhar 40h e com quem infelizmente não vou compartilhar esse momento.

A minha orientadora, Prof.^a Anelise, pela parceria nesse caminho e por acreditar nas minhas mudanças de planos. E aos demais docentes do PGDREDES que contribuíram que esse programa existisse no Campus Litoral Norte.

Aqueles que lutaram e lutam pela educação pública e pelo ensino superior.

As cooperativas COOMAFITT, COOPERLÍQUIDOS e COOPVIVA pela disponibilidade em colaborar com essa pesquisa. A todas as entrevistadas e as associadas que investiram seu tempo em participar da pesquisa.

A todas mulheres que tenho a honra de chamar de amigas e, que mesmo sem saber, me incentivam e encorajam.

A toda mulher que, mesmo anônima, desbravou os caminhos que me permitiram chegar até aqui.

A mulher que me tornei nesse processo, por não ter desistido, ter planejado e recalculado a rota, ter aceitado que mesmo sem atender minhas expectativas, ainda é suficiente. Então, obrigada a mim, afinal, só eu sei do que abri mão e o que custou cada linha que escrevi. Não é a travessia dos 28 últimos meses, mas sim de uma vida.

E, a Deus por permitir que minha trajetória chegasse até aqui.

"Women belong in all places where decisions are being made"

(Ruth Bader Ginsburg)

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar em que medida a ação cooperativa contribui para uma vida livre de privações e que proporcione satisfação às mulheres associadas a COOMAFIT, COOPVIVA e COOPERLÍQUIDOS. Para alcançá-lo, elaborou-se o perfil socioeconômico das cooperadas, apresentou-se os avanços e obstáculos vivenciados pelas associadas ao participar da cooperativa, além das suas percepções a respeito das oportunidades sociais e das facilidades econômicas no contexto das cooperativas. As hipóteses eram de que, na cooperativa, as associadas encontrariam espaço para realizar a sua atividade econômica de forma justa, ampliar as suas liberdades, reduzir as privações e alcançar satisfação pessoal. E de que, além dos aspectos social e econômico, o movimento cooperativista também impactaria na consolidação da segurança protetora, nas garantias de transparência e nas liberdades políticas das associadas. Metodologicamente, foram disponibilizados questionários no formulário *Google Forms* e também na versão impressa para as associadas das cooperativas escolhidas, retornando 18 questionários. Foram entrevistadas as três presidentas das cooperativas e cinco mulheres atuantes no cenário cooperativo, sendo elas docentes, pesquisadoras, cooperadas e servidora/colaboradora em instituições vinculadas ao cooperativismo. A pesquisa utilizou uma abordagem mista, porém, com predominância qualitativa e, em relação aos objetivos, essa é uma pesquisa exploratória, pois realizou um levantamento bibliográfico. A pesquisa apresenta um estudo teórico relativo às temáticas do feminismo, do cooperativismo, do desenvolvimento e do desenvolvimento regional acrescidas de consulta às bases de dados e questionários aplicados. A análise realizada baseou-se na teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen (2010), porém, as autoras feministas contribuíram substancialmente com a pesquisa, entre elas Tiburi (2018), Anderson (1992), Moser (1989) e Fraser (2009; 2012). Os resultados foram analisados e indicaram que as mulheres gozam de oportunidades sociais e facilidades econômicas em virtude da sua atuação nas cooperativas, elas avançaram na redução de privações e em atender suas necessidades. Porém, elas ainda enfrentam obstáculos decorrentes da divisão sexual do trabalho que designa o cuidado de crianças e/ou idosos e as atividades domésticas como responsabilidade exclusiva das mulheres, além das suas atividades produtivas. Nas cooperativas, a ajuda mútua e o aspecto coletivo têm proporcionado o desenvolvimento e a participação das mulheres, principalmente através das atividades de formação. E, apesar de o litoral norte gaúcho destacar-se pela presença das mulheres entre as presidentas de cooperativas, ainda existe espaço para ser conquistado e ocupados por elas e por todas as associadas.

Palavras-chave: mulheres; desenvolvimento; cooperativismo.

ABSTRACT

This search had as objective to analyse in which extent the cooperative action contributes for a life free of privations and that provides satisfaction to associated women of COOMAFITT, COOPVIVA and COOPERLÍQUIDOS. To achieved that, it was elaborated the socioeconomic profile of cooperated women, it was presented the achievements and barriers lived for them in cooperative participation, beyond their perception about social opportunities and economics facilities in the context of cooperative. The hypotheses were that, in the cooperative, the associated finds space to execute their economic activity in a fair manner, to expand their freedom, to reduce the privations and achieve personal satisfaction. And, that beyond the social and economic aspects, the cooperative movement also impacts in the consolidation of protective security, in the guarantees of transparency and in politics liberty of associated. Methodologically, the questionnaires were made available in *Google Forms* and also in press version for the associates of chosen cooperatives, 18 forms returned. Three presidents of cooperatives were interviewed and five active women in cooperative scenario, been teachers, researches, associate and worker/collaborative in institutions linked to cooperativism. The search used a blended approach, but, with the prevalence of qualitative approach and, in relation to the objectives, this is an exploratory search, because a bibliographic survey was made. The search conducted a theoretical study related to the themes of feminism, of cooperativism, of development and of regional development added consultation of databases and questionnaires applied. The analysis is based in theory of development as freedom by Amartya Sen (2010), however, the feminist authors contributed substantially with the search, among them Tiburi (2018), Anderson (1992), Moser (1989) and Fraser (2009; 2012). The results were analysed and indicated that women enjoy of social opportunities and economic facilities as a result of their action in cooperatives, they advanced in reduction of privations and in meeting of needs. But they still faced recurrent barriers of sexual division of labour that designate the care of children and/or elders and the domestic activities as exclusive responsibility of women, beyond their productive activities. In cooperatives, the mutual help and the collective aspect have provided the development and the participation of women, mainly through the formation activities. And, although the *gaúcho* north coast had the presence of women among the presidents of cooperatives, it still exists space to be conquer and occupy for them and for all the women associates.

Keywords: women; development; cooperatives.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios do Cooperativismo	44
Quadro 2 – Liberdades Substantivas	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados de busca nas bases <i>Web of Science</i> e <i>Scopus</i>	21
Tabela 2 – Quadro Social COOMAFITT, COOPERLÍQUIDOS e COOPVIVA	24
Tabela 3 – Cooperativismo Brasileiro	55
Tabela 4 – Distribuição por Gênero do Quadro Social dos Ramos Agropecuário e Transporte	55
Tabela 5 – Mulheres na Presidência das Cooperativas Agropecuárias e de Transporte no Rio Grande do Sul em 2021	56

LISTA DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

COOMAFITT – Cooperativa Mista de Agricultura Familiar de Itati. Terra de Areia e Três Forquilhas

COOPAM – Cooperativa Agrícola Mostardense Ltda

COOPERGESA – Cooperativa Agrícola Santo Anjo

COOPERLÍQUIDOS – Cooperativa de Transporte de Produtos Líquidos

COOPERTRAC – Cooperativa dos Transportadores Rodoviários de Cargas de Três Cachoeiras

COOPVIVA – Cooperativa de consumo e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Litoral Norte Ltda

COOTAP – Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento

COVID – Corona Vírus Disease

CRESOL – Cooperativa Central de Crédito

EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAD – Gender and Development

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MST – Movimento Sem Terra

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SUS – Sistema Único de Saúde

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

WAD – Women and Development

WID – Women in Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MULHERES, COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO: UMA INTER-RELAÇÃO URGENTE	29
2.1 Mulheres e sua trajetória em busca de menos desigualdade	30
2.1.1 Trabalho.....	37
2.2 O movimento cooperativista: suas interrelações com mulheres e o desenvolvimento regional	43
2.2.1 Cooperativismo: mundial, brasileiro, gaúcho e do Litoral Norte gaúcho	54
2.2.2 Cooperativas do Litoral Norte gaúcho lideradas por mulheres	57
2.3 Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional.....	60
2.3.1 Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento no Litoral Norte gaúcho	73
2.4 O Encontro entre as mulheres e o cooperativismo em busca de desenvolver.....	75
3 AS MULHERES COOPERADAS DO LITORAL NORTE TEM AMPLIADO SUAS LIBERDADES?	83
3.1 O perfil socioeconômico das mulheres cooperadas	83
3.2 As oportunidades sociais e as facilidades econômicas na percepção das cooperadas.....	89
3.3. Avanços e obstáculos no cotidiano das cooperadas.....	93
3.4 A participação das mulheres no cooperativismo e os reflexos sobre o desenvolvimento	94
3.4.1 Da perspectiva das Presidentas	94
3.4.2 Da perspectiva de associadas, pesquisadoras e colaboradoras do movimento cooperativista.....	99
4 AS OPORTUNIDADES SOCIAIS E AS FACILIDADES ECONÔMICAS: PRENÚNCIO DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADES NO COTIDIANO DAS COOPERADAS DO LITORAL NORTE GAÚCHO	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
APÊNDICE A.....	154
APÊNDICE B.....	161

1 INTRODUÇÃO

A atuação econômica e social das mulheres promove transformações sociais significativas para a sociedade em geral. A possibilidade de agir de forma igualitária, livre de cerceamento e restrições lhes permite atingir qualidade de vida e gozar de satisfação pelo seu trabalho - sua atividade econômica. Por sua vez, o sistema cooperativista se orienta pela ação coletiva de pessoas que buscam alcançar objetivos comuns através da ajuda mútua em uma mesma ação econômica. A aliança entre essas duas perspectivas é um potencial promotor de desenvolvimento em seu sentido mais amplo, que inter-relaciona distintas variáveis. Sen (2010) argumenta que uma visão ampliada sobre o desenvolvimento permite considerar o que é importante, porém, sem negligenciar algum outro elemento também significativo aos indivíduos.

E, ao se considerar o desenvolvimento regional, é possível que a articulação entre o cooperativismo e a devida atenção à ação e participação das mulheres gere um espaço propício a redução das desigualdades, mais opções de oportunidades com características de equidade e menos privações.

Podemos definir que os princípios do cooperativismo promovem uma gestão que, para além do desenvolvimento econômico, objetiva um desenvolvimento social e que através de suas práticas pode proporcionar um melhor uso e conhecimento das atividades, procedimentos e investimentos que contribuem para um desenvolvimento não apenas local, mas regional.

O presente estudo tem como alvo estabelecer apontamentos que subsidiem uma análise sobre a perspectiva das mulheres em relação a sua ação nas cooperativas em que são associadas. Busca também, observar as circunstâncias que oportunizam desenvolver as suas potencialidades e promover transformações nos espaços em que interagem ou até mesmo a inexistência ou inexpressividade destas oportunidades.

Assim, surge a proposta de se dedicar em conhecer mulheres cooperadas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, bem como aproximar o olhar as suas experiências e práticas no sistema cooperativista. Isso assume importância, pois, como aponta Tiburi (2018) é necessário ultrapassar a visão eurocêntrica, masculina e patriarcal que condiciona e normatiza conceitos, práticas e perspectivas e conhecer a história dessas mulheres dos seus respectivos pontos de vista.

A temática das mulheres e a sua atuação no cooperativismo torna-se objeto de pesquisa desse estudo ao considerarmos que a presença de ambos são fatores promotores do desenvolvimento. Amartya Sen (2010) em *Desenvolvimento como Liberdade* afirma que “pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres” (SEN, 2010, p. 263). Portanto, nenhum desenvolvimento que exclua ou desconsidere a ação das mulheres e que não invista em reduzir desigualdades de gênero poderá alcançar objetivos satisfatórios.

Em 2019, na Conferência Internacional da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), o Comitê de Igualdade de Gênero promoveu um seminário em que destacou casos de grande repercussão em alguns países, experiências de transformação de realidades de modo efetivo através da promoção de ações das mulheres com base na doutrina cooperativista (SESCOOP/RS, 2019). O movimento cooperativista empenha-se em reduzir as múltiplas desigualdades e as ações norteadas pelos princípios e valores cooperativistas reforçam a relevância da participação das mulheres na vida social e sua transformação.

As condições que permeiam a vida das mulheres foram por muito tempo percebidas como secundárias ou ainda como menos importantes ao tratar sobre a temática do desenvolvimento. Mesmo após décadas de direitos civis adquiridos, no mundo do trabalho, no ambiente familiar, nas organizações e instituições ainda são perceptíveis as diferenças que circundam a presença das mulheres.

Embora alguns avanços tenham ocorrido, a desigualdade de direitos e acessos entre homens e mulheres persiste e essas diferenças restringem oportunidades e possibilidades a inúmeras mulheres. Salvaro, Estevam e Felipe (2014, p. 404) afirmam que “a trajetória histórica de lutas mostra que oportunidades desiguais de trabalho e reconhecimento social encontram legitimidade em normas de gênero, as quais devem ser problematizadas e desconstruídas”. Portanto, é urgente desmistificar que algumas atividades produtivas são redutos masculinos e reconhecer a presença das mulheres também nessas áreas, principalmente por elas apresentarem capacidade e condições de se destacar nas suas múltiplas atividades e, inclusive, pela aptidão de exercer liderança e gestão.

Nesse sentido, a liderança das cooperativas do litoral norte gaúcho é um fato incomum no cenário cooperativista, sendo que de 5 cooperativas vinculadas à

Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS) presentes na região, duas delas são presididas por mulheres. Santos (2017, p. 54) ao pesquisar sobre a COOMAFITT (Cooperativa Mista de Agricultura Familiar de Itati. Terra de Areia e Três Forquilhas) afirmou que “as mulheres têm alcançado mais visibilidade e importância nas propriedades, assim como, elas têm se observado mais capazes e autônomas, em comparação com tempos atrás”.

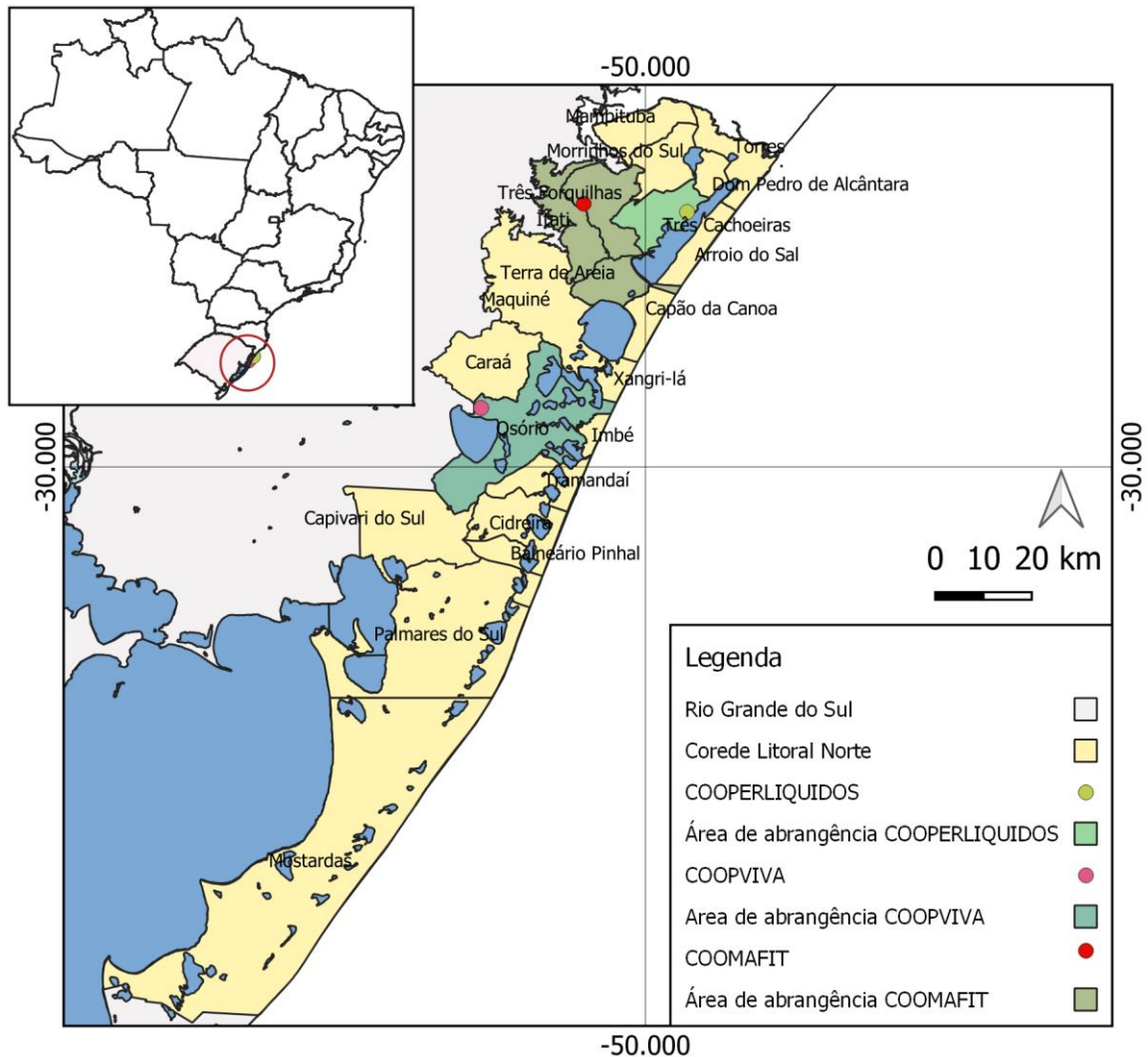
Pelo aspecto surpreendente e inusual da presença das mulheres nas presidências das cooperativas em especial em segmentos tão marcados pela disparidade de gênero é que o litoral norte gaúcho se destaca e assim se direciona para reflexões inter-relacionadas com o desenvolvimento. Já que, pensar o desenvolvimento é uma prática que não deveria excluir a maior parcela da população – as mulheres.

Dentre os 21 municípios que formam o Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral – COREDE Litoral¹ (RIO GRANDE DO SUL, 2020b), existem 5 cooperativas conveniadas à OCERGS (2019). Nessa pesquisa, foram selecionadas as três cooperativas presididas por mulheres para refletir sobre os temas do desenvolvimento, das mulheres e do cooperativismo, são elas: Cooperativa Mista de Agricultura Familiar de Itati. Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFIT), Cooperativa de Transporte de Produtos Líquidos (COOPERLÍQUIDOS) e Cooperativa de consumo e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Litoral Norte Ltda, a COOPVIVA. Para ampliar a extensão da pesquisa, optou-se pela inclusão de outra cooperativa agropecuária, porém, essa não está vinculada ao Sistema de Organização Brasileira de Cooperativas (Sistema OCB) que atua no Rio Grande do Sul através de sua regional OCERGS. A escolha ocorreu pelo fato de ser presidida por uma mulher, que, inclusive, já esteve em mais de um mandato à frente da cooperativa.

¹ No Rio Grande do Sul, em 1994, foram implementados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE), atendendo à Constituição Estadual de 1989, que previa a regionalização dos orçamentos anuais, sendo que a definição das diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento deveria caber à órgão específico. Devido a isso, o Estado conta com 28 COREDEs, fóruns regionais de discussão sobre estratégias, políticas e ações que visam o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais. Cabe aos 28 COREDEs, a elaboração e atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento (PEDs) e a organização da Consulta Popular (RAMBO, VIANNA, 2020). Os COREDEs surgem no âmbito da sociedade civil, mas acabaram sendo instrumentalizados pelo Estado, e no caso do plano foi também financiado pelo mesmo (FORGIARINI, *et al.*, 2015).

O mapa abaixo auxilia na identificação da região COREDE Litoral bem como a visualização da abrangência das cooperativas escolhidas.

Mapa 1 – Localização e área de abrangência das cooperativas no Litoral Norte



Fonte: Elaborado por Cássio Alexandre Barivieira² (2022) com base em cartografias do IBGE (2010).

Ao visualizar o grupo de municípios observados e, mais detalhadamente, aqueles que possuem cooperativas na sua área, enfatiza-se a relevância de estudar a presidência exercida por essas mulheres e seus impactos no desenvolvimento. Sabe-se que concepção de desenvolvimento, por sua vez, tem transitado de um aspecto estritamente financeiro e econômico para um conceito ampliado que

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento, do Campus Litoral Norte, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

considera variáveis sociais e subjetivas, demonstrando uma evolução. Porém, essas visões mais recentes ainda não estão consolidadas nem entre o alto escalão administrativo dos países responsáveis pelas tomadas de decisão e muito menos na perspectiva das populações.

Portanto, torna-se oportuno que pesquisadores do desenvolvimento se atenham as temáticas de gênero e considerem o quanto seus desdobramentos impactam e influenciam os processos de desenvolvimento dos países e regiões. Nesse sentido, é importante empregar concepções que reconheçam a contribuição das mulheres nas dinâmicas de desenvolvimento como, por exemplo, as abordagens equidade, antipobreza, eficiência que compõem os estudos WID (Women in Development). Essas concepções se aproximam da teoria de Amartya Sen, visto que todas elas consideram as mulheres como participantes ativas e

não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos das mudanças: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens (SEN, 2010, p. 246).

Da mesma forma, inter-relacionamos seus conceitos com o movimento cooperativista, cujas ações tem buscado promover a efetiva atuação das mulheres cooperadas. Embora, ainda não esteja disponível uma teoria do cooperativismo substancial que permita análises profundas, sabe-se que o cooperativismo se cerca de seus princípios e valores e, esses guiam as práticas cooperativistas ao redor do mundo. Nas palavras de Chayanov (2017), “tudo o que temos para o momento é uma ideologia cooperativa, ao invés de uma teoria cooperativa” (CHAYANOV, 2017, p. 50).

Namorado (2007) pontua que os princípios cooperativistas instituem um referencial que o autor apresenta como um paradigma cooperativo que “se revelou suficientemente flexível e aberto, para incorporar ajustamentos, alterações e novidades; mas também suficientemente consistente, para se renovar sem se descaracterizar” (NAMORADO, 2007, p. 7). Nesse sentido, podemos utilizar todos esses apontamentos para realizar uma pesquisa que possa se conectar com as perspectivas do desenvolvimento e, assim, dispor de reflexões sobre seus impactos, mais especificamente, na vivência das mulheres do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

É possível perceber aproximações entre as abordagens WID e a teoria do desenvolvimento como liberdade proposta por Amartya Sen. Embora a base da teoria seniana seja o indivíduo, e não essencialmente a mulher, o autor pontua que as mulheres vivenciam desigualdades de maneira recorrente. Além disso e, fundamentalmente isso, o autor não apresenta um modelo e/ou instrumento de análise pronto, o que possibilita utilizar as suas reflexões, definir elementos de análise conforme viés pertinente e, inclusive, inter-relacionar com outros temas. Acrescenta-se a esses apontamentos, a perspectiva de impactar em um contexto coletivo, ou seja, os resultados não são identificados em indivíduos isolados, mas sim, no coletivo dos associados e associadas, fator que inclusive, pode refletir em resultados mais significativos do que os esperados, considerando o fator multiplicador dos sócios.

Identificar as potências de uma região e inserir as mulheres nesse processo de planejar um desenvolvimento integral é fundamental para reduzir desigualdade – em especial, as de gênero, e promover “uma sociedade em que pessoas sejam ajudadas a desenvolverem as suas potencialidades” (TIBURI, 2018, p. 60). Assim, refletir sobre desenvolvimento no seu aspecto regional exige pensar nas mulheres que interagem nesse espaço, ouvi-las, conhecê-las, verificar se elas gozam da garantia de acesso aos seus direitos básicos como saúde, educação e segurança.

A ação feminina está recorrentemente evidenciada visto que suas capacidades e potencialidades tornam-se cada vez mais reconhecidas. O cooperativismo deve apoiar o protagonismo feminino para promover um desenvolvimento ampliado a maioria das pessoas. Em especial, em momentos de crise como este que vivenciamos provocado pela pandemia da COVID-19 (Corona Vírus Disease-19), a qual tem aprofundado as desigualdades e exigido ainda mais das mulheres ao redor do mundo.

A pertinência de observar a capacidade das mulheres e sua atuação nos espaços em que interagem, particularmente nas cooperativas, organizações que são tão atuantes nos momentos de adversidades e limitações e, conseqüentemente, impactam no desenvolvimento no seu sentido mais amplo.

Na esfera cooperativista, o resultado do ato cooperativo, ou seja, da relação produtiva entre associados e a cooperativa não se concentra na posse de algumas pessoas, mas sim é distribuído conforme a participação de cada um. De acordo com dados do Censo Agropecuário 2017, 11,4% dos empreendimentos agropecuários do

Brasil estão associados a cooperativas e, dentre os seus produtores, 8,7% são mulheres, o que já caracteriza um segmento fortemente marcado pela desigualdade. Porém, além da disparidade de gênero, os produtores agrícolas precisam gerenciar outras situações que ampliam as desigualdades no cenário rural, mais especificamente, como no caso da região estudada que foi marcada pela ação dos “atravessadores”, condição superada através das cooperativas e associações.

Portanto, destaca-se o cooperativismo com uma possível alternativa e, inclusive, apresenta-se como uma ferramenta para reduzir as disparidades entre mulheres e homens. Páez (2018, p. 122) considera as cooperativas como “una posibilidad para generar ingresos y puestos de trabajo en determinadas actividades y condiciones”, o que, se articulados de forma efetiva, poderão auxiliar positivamente na obtenção de qualidade de vida e com ampliação das capacidades individuais e coletivas.

Alcançar esses objetivos é uma tarefa gradual e planejada, a educação torna-se uma importante aliada dessa realização. Ao ser negada a escolarização ou o seu acesso ser reduzido, estamos diminuindo as chances e as oportunidades das pessoas. E, em especial, essa barreira de formação escolar impede de usufruir seus direitos de forma completa e satisfatória. Por isso, as cooperativas priorizam o princípio Educação, Formação e Informação³.

No âmbito do capitalismo, as mulheres dispõem de menos oportunidades para enfrentar as normas e regras culturalmente estabelecidas e economicamente consolidadas. Historicamente, o sistema capitalista amplia a desigualdade vivenciada pelas mulheres e reduz a importância da sua força de trabalho e, “sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural” (FEDERICI, 2017, p. 145) pois, além de definir tarefas domésticas como de responsabilidades praticamente exclusivas das mulheres, desconsidera que

embora as mulheres trabalhem muitas horas em casa todos os dias, esse trabalho não tem remuneração, sendo com frequência desconsiderado no

³ De acordo com Schneider e Hendges (2006, p. 38), a educação sempre foi pautada no cooperativismo. A cooperativa dos Probos Pioneiros “Desde a criação de sua sociedade observa-se a preocupação pela educação manifestada através de seus estatutos (1844 e 1854) ao mencionarem que, logo que fosse possível, a sociedade cooperativa organizaria forças de produção e de educação. Ao introduzirem naquela época a educação como um princípio de organização cooperativa, tornaram-se também nisso pioneiros em relação a outras entidades e organizações”.

cômputo das respectivas contribuições de mulheres e homens para a prosperidades conjunta da família (SEN, 2010, p. 252).

E, mesmo ao se permitir um trabalho fora de casa, remunerado, as mulheres permanecem com as “obrigações” do lar, o que popularmente conhecemos como “terceiro turno”. Além de que, possuem limitações de oportunidades em iniciativas sociais e/ou políticas “por ser destinado a ela o trabalho de menos qualificação, de repetição, monótono menos remunerado, com o mesmo nível de exigência do trabalho masculino e, muitas vezes, mais insalubre” (SALVARO; ESTEVAM; FELIPE, 2014, p. 402).

Apesar de muitas mudanças nos últimos séculos, alguns estigmas ainda rondam as mulheres, principalmente, ao se tratar do seu trabalho. Nesse sentido, precisamos de alternativas ao desenvolvimento que considerem ações coletivas e que enfatizem a atuação das mulheres – especialmente quanto ao mundo do trabalho.

Ao considerar que, de modo geral, às mulheres são restritas as oportunidades de expandir as suas habilidades e potencialidades, é relevante e urgente que se observe, escute e reflita sobre essa realidade da perspectiva das mulheres que integram as cooperativas do Litoral Norte gaúcho, COOMAFIT, COOPERLÍQUIDOS e COOPVIVA, através de suas próprias percepções e de como o ato cooperativo reflete nas suas vivências.

Assim, surge o problema de pesquisa proposto que é: Qual a contribuição da ação cooperativa para a promoção de uma vida livre de privações e que promova satisfação as mulheres?

Justifica-se o interesse em elaborar uma pesquisa que reflita de forma integrada sobre o cooperativismo, mulheres e desenvolvimento foi resultado de reflexões e observações ao longo dos últimos anos. A graduação em Letras e a posterior formação como Tecnóloga em Gestão de Cooperativas reforçam a valorização da educação e demais oportunidades sociais. O reconhecimento da essencial presença da mulher nos espaços de participação coletiva, a formação acadêmica e as observações sobre a economia local direcionaram para a proposta apresentada.

Essas questões se evidenciaram ao estabelecer contato com uma cooperativa de transporte sediada em Três Cachoeiras. O setor do transporte e, conseqüentemente, o ramo cooperativista do transporte é bastante identificado no

imaginário coletivo como pertencente ao universo masculino, porém, nos deparamos com a presidência da cooperativa sendo exercida por uma mulher com uma trajetória bastante peculiar e fundamental para a constituição da cooperativa.

Já a COOMAFIT, é uma cooperativa do setor agropecuário que atua há 14 anos no Litoral Norte gaúcho, possui aproximadamente 34% do seu quadro social constituído por mulheres. E, atualmente, a presidência também é ocupada por uma mulher, que na gestão anterior já foi vice-presidenta. Mesmo em um cenário ainda bastante marcado pela representação masculina, como o ramo agropecuário, nota-se uma modificação desse espaço. Essa realidade é reforçada ao contatar com a COOPVIVA, também do ramo agropecuário e que atualmente é presidida por uma mulher que conta com outras formando os conselhos da cooperativa.

As informações preliminares provocaram reflexões acerca do cenário cooperativista em si e a sua atuação no litoral norte, visto que no Rio Grande do Sul, temos presença de cooperativas em todas as 28 regiões de planejamento do Estado. Em alguns conjuntos de municípios, a atuação cooperativista é pujante e reconhecida socialmente.

No Litoral Norte, essa presença ainda está em expansão e se consolidando. Conforme as regiões de planejamento, são 21 os municípios do Litoral Norte Gaúcho e nessa região apenas 5 cooperativas são cadastradas na OCERGS, 2 do ramo de transportes – COOPERTRAC (Cooperativa dos Transportadores Rodoviários de Cargas de Três Cachoeiras) e COOPERLÍQUIDOS – e, 3 do ramo agropecuário - COOMAFIT, COOPAM (Cooperativa Agrícola Mostardense Ltda) e COOPERGESA (Cooperativa Agrícola Santo Anjo).

No ramo agropecuário, existem outras organizações e associações que atuam nos mesmos municípios. Porém, como não existe um sistema de consulta que possibilite identificar todas elas, optou-se apenas pela inclusão da COOPVIVA, que, apesar de não estar vinculada à OCERGS, é presidida por uma mulher e possui representação bastante presente na sociedade do litoral.

De acordo com a Estimativa Populacional 2019 (RIO GRANDE DO SUL, 2020a), a soma da população desses municípios aproxima-se de 354.204, sendo Capão da Canoa, Tramandaí e Osório aqueles com as maiores populações. Dentre os habitantes do Litoral Norte Gaúcho, as mulheres representam 50,82% da população. Os associados das três cooperativas totalizam 424 cooperados. Esses dados permitem perceber que o número de cooperados é bastante reduzido em

relação a população geral e que a participação das mulheres nas cooperativas ainda é desproporcional ao percentual populacional total, considerando que em alguns municípios as mulheres são a maioria entre os seus habitantes, mas que nas cooperativas estudadas representam entre 34%, 29% e 1% do quadro social.

Ao longo de centenas de anos, a sociedade é conduzida por uma visão majoritariamente masculina. Inclusive, o acesso aos espaços de decisão - os espaços políticos, era restrito. Porém, não é o que identificamos nas cooperativas observadas, visto que os cargos de maior hierarquia são ocupados por mulheres.

O cenário cooperativista devido ao seu caráter participativo deve refletir a realidade dos associados e associadas, e, na esfera local e regional repercutir o que a ACI já direciona no combate às desigualdades de gênero. No entanto, como as decisões são tomadas coletivamente e exigem mais diálogo e concordância dos cooperados, as transições e mudanças de uma visão conservadora, rígida e marcada pela presença masculina costumam ser mais lentas. O que evidencia a pertinência desse estudo ao abordar o tema das mulheres no cenário cooperativista e buscar perceber como são as relações e suas dinâmicas nesse contexto. É urgente rever as condições e observar se a participação das mulheres é real, efetiva e não apenas formal.

Assim como o cooperativismo pode promover o desenvolvimento amplo dos integrantes do seu quadro social, o movimento e as cooperativas também podem utilizar modelos e estruturas que excluem as mulheres dos espaços de diálogo e de liderança e, baseados em uma cultura machista, podem manter a concepção de submissão e subalternidade e reforçar a invisibilidade da atividade produtiva feminina.

Portanto, considera-se que a teoria do desenvolvimento humano possibilita analisar o ambiente das cooperativas de maneira a verificar se ocorre a promoção das liberdades substantivas ou a manutenção de padrões desiguais. Já que o cooperativismo é um sistema que objetiva o desenvolvimento integral dos associados e associadas, abrange não apenas questões objetivas dos cooperados, mas também, aspectos mais subjetivos e particulares.

Essa subjetividade dos cooperativistas – em especial, as mulheres cooperativistas – são fundamentais e é necessário conhecê-las de forma que as suas práticas cooperativas permitam que se conscientizem de seus potenciais e

optem por percepções que se alinhem com seus valores e desejos, provocando um desenvolvimento integral das suas capacidades e habilidades.

Pesquisas que congregam esses três temas são de número bastante reduzido, considerando a relevância e seus possíveis desdobramentos. Já a quantidade de estudos que relacionam os temas de forma dupla é bem mais significativa, por dupla considera-se: mulheres ou gênero e cooperativismo, mulheres ou gênero e desenvolvimento ou desenvolvimento regional, cooperativismo e desenvolvimento ou desenvolvimento regional. Podemos visualizar esses dados no quadro a seguir.

Tabela 1 – Resultados de busca nas bases *Web of Science* e *Scopus*

CRITÉRIOS DE BUSCA	WEB OF SCIENCE	SCOPUS
Mulheres/Gênero E Desenvolvimento/Des. Regional	317.332	237.918
Mulheres/Gênero E Cooperativismo/Cooperativa	11.775	6.374
Cooperativismo/Cooperativa E Desenvolvimento/Des. Regional	77.411	43.192
Mulheres/Gênero E Cooperativismo/Cooperativa E Desenvolvimento/Des. Regional	4.703	1.181

Fonte: Elaborado pela autora com os resultados de buscas realizadas nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*.

A tabela reflete a pesquisa realizada em 24 de novembro de 2021 nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*⁴. Considerando que a busca foi realizada com os termos traduzidos para o inglês, o resultado de 4.703 artigos na base *Web of Science* e de 1.181 na *Scopus* sinaliza para a reduzida pesquisa que interrelacione esses três temas, visto que se tratam de temáticas de impacto e conhecimento global. Certamente que essa é uma busca preliminar e que uma análise mais profunda poderia excluir alguns dos artigos listados, elemento que pode ser explorado de forma a complementar pesquisas futuras nessas áreas.

Assim, essa pesquisa ganha relevância, pela condição da pertinência de associarmos a atuação das mulheres com o tema do desenvolvimento. Nas atuais condições, não há como refletir e discutir a respeito de desenvolvimento de uma

⁴ A base Google Acadêmico também foi consultada, mas seus resultados foram substancialmente superiores as demais bases, fato que alertou para a necessidade de um refinamento na consulta e a consequente retirada dessa consulta na apresentação desses dados.

região sem buscar (re)conhecer as mulheres que integram essas comunidades, bem como suas formações, suas atividades econômicas e sociais, ou seja, identificar o perfil socioeconômico das mulheres que participam do cooperativismo no litoral norte gaúcho.

As informações coletadas e a sua respectiva análise poderão orientar ações internas das cooperativas, motivar parcerias com órgãos e instituições vinculados ao cooperativismo – seja para realização de capacitações, sejam atividades de integração e, até mesmo, ações para a comunidade externa as cooperativas. Além dessas possibilidades, a investigação poderá permitir uma integração entre a Universidade e as instituições cooperativas proporcionando um acréscimo ao compartilhamento de conhecimento e a valorização da experiência prática da vivência cooperativista.

Assim, nesse cenário singular de participação das mulheres nos cargos mais altos hierarquicamente das cooperativas do litoral norte gaúcho, justifica-se a relevância de realizar essa pesquisa, de analisar opções que ampliem a qualidade de vida dessas mulheres, que lhes ofereça a oportunidade de se expressar e apresentar as suas demandas e aspirações. E, através de ações coletivas e organizadas, essas mulheres podem satisfazer os seus anseios e desejos individuais e, ainda, através da sua ação cooperativa promover modificações nos espaços em que interagem, culminando em desenvolvimento.

Ao considerar os apontamentos já apresentados, essa pesquisa possui duas hipóteses iniciais. São elas:

- a) as contribuições do movimento cooperativista são consideráveis e possibilitam as mulheres oportunidades mais dignas. As associadas encontram espaço para realizar a sua atividade econômica de forma justa, ampliar as suas liberdades, reduzir as privações e alcançar satisfação pessoal;
- b) o movimento cooperativista impacta positivamente no desenvolvimento econômico das mulheres. Mas, as contribuições não se restringem a esse aspecto pois, promovem oportunidades sociais e políticas, agem com transparência através da gestão democrática e proporciona determinada segurança as associadas.

Baseado nas hipóteses mencionadas, o objetivo geral da pesquisa foi analisar em que medida a ação cooperativa contribui para uma vida livre de privações e que

proporcione satisfação às mulheres associadas a COOMAFIT, COOPVIVA e COOPERLÍQUIDOS. Enquanto que os objetivos específicos foram:

- a) caracterizar o perfil socioeconômico das mulheres associadas às cooperativas;
- b) identificar como as cooperadas percebem as oportunidades sociais e as facilidades econômicas;
- c) apresentar avanços e obstáculos vivenciados pelas associadas ao participar da cooperativa;
- d) identificar qual a percepção sobre a participação das mulheres no cooperativismo e os reflexos sobre o desenvolvimento.

Para atingir esses objetivos foi necessário realizar escolhas metodológicas que possibilitassem alcançá-los e, ao fazê-las, buscar a forma mais satisfatória possível, nas condições que estavam acessíveis. A primeira ação foi de identificar espaços cooperativistas do litoral norte gaúcho em que o protagonismo feminino estivesse ocorrendo, essa foi uma das prioridades para que assim fosse desenvolvida a pesquisa aqui apresentada.

Na fase de elaboração do projeto que originou esse trabalho, foi realizado um levantamento das cooperativas registradas na OCERGS, no qual identificou-se 5 cooperativas nos 21 municípios do COREDE. São elas: COOMAFIT, COOPAM, COOPERGESA, COOPERTRAC e COOPERLÍQUIDOS. Os municípios referidos são Itati, Mostardas, Três Forquilhas e Três Cachoeiras e os ramos das cooperativas são o agropecuário e de transporte.

Nos municípios mencionados, estão presentes outras organizações e associações que atuam de forma bastante semelhante as cooperativas, porém, não estão registradas e/ou identificadas como tal. Além dessa observação, existem cooperativas que optam por não se vincular a OCERGS, mas possuem a configuração de cooperativa e atuam com base nos valores e princípios cooperativistas. Um exemplo é a cooperativa COOPVIVA, sediada em Osório.

Considerando o reduzido número de cooperativas entre os municípios do litoral norte do Rio Grande do Sul e o interesse de inter-relacionar as temáticas do desenvolvimento, do cooperativismo e de gênero, foram selecionadas as cooperativas COOMAFIT, COOPERLÍQUIDOS e COOPVIVA. Essas cooperativas possuíam a presidência e a vice-presidência ocupadas por mulheres e, durante o

ano de 2021, após as suas respectivas assembleias, todas tornaram-se presididas por mulheres.

Em 2020, ocorreu o primeiro contato com as cooperativas que objetivou apresentar a pesquisa e solicitar a colaboração nas ações planejadas – aplicação de questionários e/ou entrevistas. Neste contato inicial, ocorreu a concordância em colaborar com a pesquisa e, inclusive, resultou em alguns dados preliminares que possibilitaram iniciar o planejamento da pesquisa, como por exemplo número total de associados, número de mulheres associadas e quantitativo de mulheres que integram os conselhos. Os dados relativos ao quadro social foram atualizados em 2021 e resultaram na Tabela 2.

Tabela 2 – Quadro Social COOMAFITT, COOPERLÍQUIDOS e COOPVIVA

COOPERATIVA	ASSOCIADAS	ASSOCIADOS	TOTAL DE SÓCIOS
COOMAFITT	91	182	273
COOPVIVA	19	47	66
COOPERLÍQUIDOS	1	84	85

Fonte: Pesquisa de campo realizada entre ago.-set. 2021 pela autora.

Os principais autores selecionados para refletir sobre as temáticas foram:

- a) desenvolvimento: Sen (2010) e Moser (1989);
- b) cooperativismo: Chayanov (2017) e Namorado (2007);
- c) feminismo(s) e mulheres: Tiburi (2018), Saffioti (2013) e Davis (2016).

A pesquisa tem uma abordagem mista por considerar aspectos quantitativos e qualitativos, embora ocorra predominância da abordagem qualitativa, visto que aos dados numéricos foi delegada menor relevância. Porém, podemos considerar que “ambas as abordagens são necessárias. Portanto, elas podem e devem ser utilizadas, em tais circunstâncias, como complementares” (MINAYO, 1993, p. 240).

A pesquisa não se orientou por uma fórmula ou estrutura fixa, ou seja, não utilizou um “modelo teórico de análise” (GIL, 2002, p. 90), principalmente por se basear na teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen e que a mesma se particulariza por não propor um padrão de análise. Assim, a pesquisa foi marcada pela constante reflexão sobre os temas, a observação dos objetivos delineados e as hipóteses levantadas, bem como sobre o desafio formular os próprios padrões de análise ao abordar temas tão múltiplos e que apresentam quase que infinitas

possibilidades de inter-relação. Segundo Deslandes (1994, p. 43), a metodologia escolhida “indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico”, portanto, essa etapa foi fundamental para consolidar as ações seguintes da pesquisa, bem como o planejamento da análise.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois se realizou um levantamento bibliográfico, foram aplicados questionários com as cooperadas e realizadas entrevistas, o que, segundo Gil (2011), busca uma visão geral do tema analisado através de esclarecimento e delimitação. Além disso, a análise conjunta dos temas propostos nesta pesquisa é algo pouco estudado (Tabela 5) e a pesquisa exploratória busca proporcionar uma visão geral sobre as temáticas abordadas (GIL, 2008) e seu objetivo principal é o “aprimoramento de ideias” (GIL, 2002, p. 41).

Quanto aos procedimentos técnicos essa pesquisa utilizou a técnica de entrevista, portanto, também é uma pesquisa de levantamento, visto que compreendeu interrogações diretas ao grupo selecionado (GIL, 2008), em especial as presidentas e demais associadas e pesquisadoras dos temas.

Relativa as técnicas, utilizou livros e artigos científicos, portanto, é bibliográfica (GIL, 2002). Também pesquisa documental pois se consultou banco de dados, *sites*, e, principalmente, documentos da OCB e SESCOOP-RS, como relatórios e anuários. Destaca-se o fato do Anuário do Cooperativismo 2019⁵ (OCB, 2019a) apresentar dados da distribuição por gênero entre as presidências.

Além disso, o site da OCERGS-RS disponibilizava uma consulta as cooperativas gaúchas com opções de filtros por ramos e regiões. Essa consulta não está mais disponível. Assim, para verificar o número de cooperativas do ramo agropecuário e de transporte presididas por mulheres, foi necessário solicitar a informação via formulário, no site. A previsão de resposta do questionamento era de até 10 dias úteis, porém, o retorno ocorreu em menor tempo. Porém, ainda caracteriza um retrocesso, pelo fato que esses dados estavam acessíveis anteriormente sem a dependência de mediação.

Com a escolha de três cooperativas, caracterizamos um estudo de campo, pois, buscou-se analisar a “estrutura do poder local” (GIL, 2008, p. 57) e como as relações se desenvolvem. Para essa pesquisa era imprescindível compreender os

⁵ O Anuário 2020 (OCB, 2020) deixou de apresentar os dados de gênero nas presidências e conselhos. Fato que designa um retrocesso, pois, diferentemente do que tem sido solicitado – como inclusão de dados relativos à etnia, foram subtraídos os dados referentes ao gênero.

significados, os valores e as opiniões das mulheres envolvidas nas relações sociais das cooperativas, e, principalmente, evitar mais um dos vários trabalhos que pesquisa mulheres, mas as entrevistas e questionamentos são dirigidos aos homens que estão atuando nos espaços. Considera-se que só assim se constrói uma análise que contribua efetivamente para um conhecimento teórico correlato com a prática.

O processo de elaboração das questões foi bastante complexo, tanto na formulação do questionário quanto dos roteiros das entrevistas, buscou-se não reforçar o senso comum nos resultados da pesquisa. As questões foram elaboradas com base nas liberdades facilidades econômicas e as oportunidades sociais apresentados por Sen (2010).

Inicialmente, o questionário foi planejado para todas as 110 associadas das 3 cooperativas e, assim, não se pretendia trabalhar com amostragem. Porém, o cenário do distanciamento social imposto pelas medidas de segurança em relação a pandemia do COVID-19 estabeleceu restrições que impactaram nos retornos, principalmente dos questionários destinados as cooperadas.

Utilizou-se aspectos de constituição dessas mulheres como sua condição familiar, a presença da maternidade e a sua influência na ação cooperativa, fatores tanto relativo às oportunidades sociais e facilidades econômicas. A formação educacional regular ou a ausência, bem como seu impacto na atividade cooperativista, dados relacionados ao ensino formal, aos anos de escolarização e à profissionalização e devem ser considerados na forma e dimensão com que esses elementos impactam nas liberdades dessas mulheres.

A coleta de dados foi organizada de forma que as questões de 01 a 34 forneçam dados relativos as oportunidades sociais e as facilidades econômicas e possibilitem traçar o perfil socioeconômico das associadas. Já as questões 35 a 46 refletem aspectos subjetivos e as percepções dessas mulheres ainda sobre as perspectivas sociais e econômicas.

Os questionários das cooperadas foram inseridos em formulário online do *Google Forms*, o link foi disponibilizado pelo *WhatsApp* acompanhado de mensagem informativa. Porém, devido ao baixo índice de retorno, esses questionários foram impressos, colocados em envelopes individuais e entregues para as cooperativas. Conforme combinado prévio, as presidentas das cooperativas se dispuseram a distribuir os envelopes e, após o seu preenchimento, recolhê-los.

Para as cooperadas optou-se pela aplicação do questionário por possibilitar responder no momento mais apropriado e sem a dependência da entrevistadora. Gil (2010, p. 103) apresenta o questionário como “o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato”, sendo esse um fator fundamental ao pesquisador que usualmente não possui o tempo cronológico como seu aliado. E, a esquematização dos questionários ao proporcionar uma economia de tempo, resulta em uma “representação exata dos objetivos e na estrutura de aplicação, tabulação e interpretação” (MANZATO; SANTOS, 2012, p. 10), facilitando o processo de análise das informações obtidas.

A tabulação foi realizada com o suporte de planilhas eletrônicas e as entrevistas foram distribuídas em dois grupos, sendo o primeiro o das presidentas das cooperativas, e, o segundo composto por mulheres pesquisadoras do cooperativismo, profissionais que atuam com cooperativas e associadas com histórico longo nas instituições. O grupo das presidentas está identificado como Entrevistada A, B e C e o segundo grupo está identificado como Entrevistada D1, D2, D3 e D4, desta maneira, torna-se possível garantir o caráter confidencial dos dados. Esses dois blocos de entrevistas nortearam-se por roteiros distintos visto que os objetivos pretendidos com cada grupo eram diversos.

Para Gil (2010, p. 102), a entrevista “pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação ‘face a face’ e em que uma delas formula questões e a outra responde”. No caso dessa pesquisa, as entrevistas ocorreram via chamada de vídeo através do aplicativo *WhatsApp* e *Google Meet*, ação que possibilitou uma aproximação mais espontânea e até mesmo imprevisível. Gaskell (2002, p. 65) afirma que a entrevista qualitativa “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação”. As informações permitiram perceber as interações entre as entrevistadas e o seu contexto social, identificar os significados e valores que atribuem/atribuíram ao cenário cooperativista e a presença das mulheres na atividade produtiva. Os dados coletados puderam ser interpretados conforme as leituras teóricas realizadas.

Algumas perguntas precisaram ser reformuladas conforme a entrevista progredia, foram retomadas as conversas anteriores e iniciais, o que exigiu uma avaliação do andamento da interlocução em tempo real. Em alguns momentos fez-se necessário o “encorajamento verbal ou não verbal” (GASKELL, 2002, p. 74) para alcançar as respostas das questões planejadas pois considera-se que “a

compreensão em maior profundidade oferecida pela entrevista qualitativa pode fornecer informação contextual valiosa para ajudar a explicar achados específicos” (GASKELL, 2002, p. 66), os quais de outra forma ou através da utilização de outro método de pesquisa poderiam não emergir. Exemplifica-se com os relatos relativos as situações vivenciadas pelo fato de as presidentas serem mulheres.

Conforme a classificação de Gil (2010), utilizou-se a entrevista semiestruturada com questões abertas que seguiram um roteiro “em que as perguntas são previamente estabelecidas, mas não são oferecidas alternativas de resposta” (GIL, 2019, p. 128), embora também com traços de informalidade, que Gil (2010, p.130) descreve como

úteis para verificar o que as pessoas sabem, pensam, creem, aspiram e temem, bem como para comparar essas percepções com as das outras pessoas. Essas comparações é que possibilitam identificar valores compartilhados na comunidade, na organização ou no grupo pesquisado.

De acordo com essas observações, elaborou-se para as gestoras das cooperativas, um roteiro formado por 13 perguntas abertas, que versaram sobre aspectos gerais sobre as cooperadas, a gestão da cooperativa e suas experiências pessoais com as temáticas analisadas. Já para as integrantes do movimento cooperativista foram abordadas suas percepções gerais do cooperativismo quanto a inserção da mulher, e, também suas formações e participação no cenário cooperativo, esse roteiro foi composto por 10 perguntas abertas.

As entrevistas foram transcritas e analisadas de forma a responder aos objetivos propostos nesta pesquisa, caracterizando uma pesquisa sociológica pois, não “se reduz a mera aplicação de um questionário de opinião” (CHAMPAGNE, 1996, p. 226). Após a transcrição, obteve-se o total de setenta páginas de material documentado e para analisá-los utilizou-se como suporte a técnica de análise de conteúdo.

De modo a apresentar a pesquisa realizada, esse trabalho encontra-se estruturado em três capítulos distribuídos, além da presente introdução.

O primeiro capítulo discorre sobre esse encontro entre as três temáticas, contextualiza as discussões de gênero que alinhavam as reflexões, caracteriza o cooperativismo, com destaque para sua manifestação nas cooperativas selecionadas e discute as abordagens de desenvolvimento até culminar no

desenvolvimento regional. O capítulo 2 apresenta os resultados obtidos e os relaciona com os objetivos específicos. A análise dos dados e a reflexão resultante do processo de pesquisa está no terceiro capítulo.

Por fim, são apresentadas as considerações finais que mais se identificam com inquietações futuras. Após as referências bibliográficas, também estão anexos o questionário aplicado e os roteiros das entrevistas.

2 MULHERES, COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO: UMA INTER-RELAÇÃO URGENTE

A participação feminina na vida econômica, social e política é fundamental para alcançar um desenvolvimento mais justo e consistente nos termos apresentados por Sen (2010), um desenvolver que objetive reduzir desigualdade de oportunidades e possibilite a “distribuição de liberdades substantivas e capacidades” (SEN, 2010, p. 160). O cooperativismo é um sistema que, através da condição de adesão voluntária e livre possibilita o ingresso das mulheres em uma atividade econômica igualitária, com base em princípios e valores que resultam em desenvolvimento ampliado para aqueles que o integram.

Apesar de contribuir significativamente para uma transformação contínua nos espaços que está presente, a mulher ainda enfrenta limitações, obstáculos, preconceitos para alcançar as suas liberdades, ter a sua ação valorizada de maneira igualitária e, principalmente gozar de uma vida digna e com satisfação através da sua atividade remunerada.

O cooperativismo, através de seu conjunto de princípios que orienta a gestão das cooperativas, norteia as suas práticas em direção a uma configuração mais democrática e acessível. Inclusive, “as cooperativas, como empresas baseadas em um conjunto de valores e princípios, permitem que todas as vozes sejam ouvidas, e argumenta que a visão feminista pode inspirar as cooperativas a aplicar plenamente seus valores e princípios” (SESCOOP/RS, 2019).

O desenvolvimento, identificado aqui como aquele que promove as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora (SEN, 2010) pode ser fomentado a partir da integração entre gênero e cooperativismo. Ambos esses movimentos, feminismo e cooperativismo, se articulam de forma que a sua união exerça uma pressão política que possibilite novas oportunidades e, essa “é uma parte do papel ‘instrumental’ da democracia e das liberdades políticas” (SEN, 2010, p. 199). Porém, é necessário aprofundar as reflexões, considerar mudanças estruturais e confrontar condições que reforçam disparidades.

Para que não se reproduza conceitos e visões colonialistas já que “o desenvolvimento traz em si a lógica da colonialidade” (BUTZKE; THEIS; MANTOVANELLI, 2018, p. 94) é cada vez mais urgente rever as estruturas que

constroem os pensamentos sobre desenvolvimento e as relações de gênero. Para Butzke *et al.* (2020a, p. 44), no Brasil e na América Latina, os recortes regionais são “arbitrários, originados nas relações de poder e sustentados por explicações baseadas principalmente em recortes naturais e econômicos”, apesar de se concentrar no regional, o faz com uma perspectiva imposta e hegemônica.

Considera-se que com base nos estudos teóricos selecionados, é possível inter-relacionar essas temáticas e alcançar uma compreensão mais plural sobre seus impactos na escala regional.

2.1 Mulheres e sua trajetória em busca de menos desigualdade

Historicamente, as mulheres foram alvo de ações excludentes dos espaços de decisão, de poder, de autonomia tanto na vida privada – doméstica, quanto na vida social. Os direitos à propriedade, ao voto, e, até mesmo aos seus filhos resultaram de reivindicações, manifestações e até mesmo mortes daquelas que ousaram não se contentar com uma narrativa masculina dominante que lhes impunha subordinação e dependência.

Ao longo dos séculos, as mulheres negras, mulheres trabalhadoras, domésticas tem experienciado distintas opressões. O movimento sufragista norte-americano, foi marcado pela influência do mito da supremacia masculina e, com raras exceções, excluía e segregava mulheres trabalhadoras, bem como mulheres negras (DAVIS, 2016). Miñoso (2016, p. 153) menciona estudos de pesquisadoras latinas que afirmam que “la idea de fuerza y mayor capacidad de razón masculina y de la fragilidad de las mujeres no podía ser aplicada a gentes no europeas”, reforçando que negros e indígenas não eram reconhecidos como gente, portanto, a concepção de gênero lhes era alheia, “la categoría de género es correspondiente solo a lo humano, a los seres de razón cuyo origen, de acuerdo a esta clasificación racial, es europeo”.

Na Europa, as mulheres foram as primeiras a sentir os impactos da industrialização, elas que muitas vezes produziam itens de necessidade básica e uso cotidiano foram “despojadas de papéis econômicos significativos” (DAVIS, 2016, p. 230) e suas economias se distanciaram de casa. Porém, o avanço do sistema capitalista e de seu processo de globalização colocaram as mulheres dos países periféricos em uma situação ainda mais inferiorizada, “resultado de la yuxtaposición

de su posición subordinada de las relaciones patriarcales” (RUBIO, 2003, p. 32). Apesar das múltiplas e variadas vivências, o elo entre todas essas mulheres se realiza na marca do signo mulher.

Para as mulheres é culturalmente destinado um espaço de inferioridade, de submissão e dependência, seja ela emocional, social e/ou econômica. Nesse contexto e cenário de dominação, mesmo que velado, é um ato de transgressão, até mesmo revolucionário pensar que essas pessoas podem gozar de liberdades e que possuam capacidades e potencialidades fundamentais para desenvolver uma sociedade tornando-a mais justa e digna.

A liberdade não foi algo oferecido ou considerado pertencente às mulheres, pelo contrário, precisou ser conquistada e até hoje precisa de mobilização para garantir a sua permanência. Nesse sentido, a liberdade não apenas caracteriza aqueles que gozam de autonomia para se desenvolver, mas, principalmente, possibilita gerenciar a si mesmo, decidir sobre isso, como menciona Sen (2010, p. 33),

a liberdade é não apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.

Porém, essa liberdade não deve ser direcionada apenas para alcançar “determinado fim preestabelecido, e sem construir os meios e finalidades de acordo com os anseios, desejos e realidades da classe trabalhadora” (MENDONÇA, 2012, p. 69). Pode-se afirmar que a liberdade tem uma aproximação com o que entendemos por qualidade de vida. O usufruto das liberdades promove essa condição, adequando-se ao que proporciona satisfação a cada pessoa. Essa condição almejada por todos os indivíduos e que, por mais que possua distinções entre uma pessoa e outra, ainda mantém algumas similaridades. Piccinini (2004, p. 73) conceitua que “considera-se, aqui, Qualidade de Vida como condições adequadas de trabalho e de vida com respeito às necessidades de sobrevivência e, também de realização num ambiente democrático”.

A vivência das mulheres em busca de vida sem privações e com satisfação alinha-se com usufruir de qualidade de vida. Portanto, desenvolver as suas

potencialidades, ter o “direito de se tornarem quem são” (TIBURI, 2018, p. 60) é fundamental para alcançar esse objetivo.

Ao buscarmos o desenvolvimento, é preciso ter em mente que esse não será alcançado ou usufruído enquanto permanecer o padrão de desigualdade que considera inferiores parte da sociedade. Quando as mulheres são excluídas, ou apenas algumas delas têm direitos e oportunidades, estamos em um cenário de desigualdade e essa condição não é benéfica para o desenvolvimento que objetivamos.

Inúmeras são as barreiras que as mulheres enfrentam e que as colocam em posição desigual, as mulheres não usufruem de total oportunidade para desenvolver as suas capacidades. Não se trata apenas de desigualdade de renda, mas também de desigualdade de oportunidades, Saffioti (2013, p. 128) conclui que “seria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente”. As mulheres estão envoltas em “uma geringonça feita de ideias prontas inquestionáveis de certezas naturalizadas, [...] muita violência simbólica e física” (TIBURI, 2018, p. 40).

Infelizmente, as consequências das desigualdades enfrentadas pelas mulheres permanecem sendo notadas. Embora sejamos uma maioria numérica, permanecemos sendo uma minoria política (TIBURI, 2018). E, esse dado se reflete, por exemplo, nos cargos de liderança, seja no cenário público ou no privado. Apesar de sermos maioria populacional - “52% da população mundial é feminina –”, mas os cargos de poder e prestígio são ocupados pelos homens” (ADICHIE, 2015, p. 20) e, quando ascendem aos espaços de comando, “mesmo quando chegam aos cargos mais desejados, como diretoras ou presidentes de corporações, as mulheres costumam receber salários menores” (TIBURI, 2018, p. 62). Davis (2016, p. 24) aborda o período pós-Guerra Civil quando “a experiência de realizar um trabalho produtivo foi roubada de muitas mulheres”. Essa condição advinha de uma ideologia da feminilidade que resultou do processo de industrialização e disseminou uma visão de que as mulheres – as brancas, nesse caso, eram percebidas “como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo” (DAVIS, 2016, p. 24-25). Esse contexto consolidado no sistema capitalista retirou oportunidades das mulheres por décadas.

Ademais, o sistema capitalista vincula a quase obrigatoriedade da maternidade, na “medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 34). Além disso promove uma esfera da feminilidade, retira oportunidades ao definir “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres”. Essa divisão sexual do trabalho que cultural e historicamente designa aos homens o trabalho remunerado e da esfera pública, enquanto as mulheres se limitam a esfera privada, “do lar” e o trabalho doméstico (RAMOS, 2017). A lista de imposições é extensa e a maioria delas diz respeito a convenções sociais e não especificamente sobre condições de exercer determinadas atividades profissionais.

Em virtude desse contexto complexo, ao invés de almejar ampliar a sua capacidade de garantir transparência de instituições, organizações e agentes públicos através de fiscalização e diálogo ou de desejar ocupar cargos de liderança nos espaços em que atua, as mulheres ainda direcionam as suas investidas em se manter vivas, seguras de violências variadas, em ter acesso básico à saúde e educação – para si e os seus. Nessa perspectiva, Sen (2010, p. 89) afirma que “nossos desejos e habilidades para sentir prazer ajustam-se às circunstâncias, sobretudo para tornar a vida suportável em situações adversas”.

A partir do momento em que recortamos a observação e analisamos as condições das mulheres, os espaços de interação e ação social recebem uma gama de outras barreiras e nuances. Uma dessas dimensões é a participação política que pode ser exercida nas cooperativas e entre as associadas, porém, merece alguns apontamentos.

A oportunidade política e de questionar uma realidade que já está posta, regulada e moderada torna-se ainda mais cerceada. Para realizar o debate político e as reivindicações necessárias, as mulheres se deparam com inúmeros afazeres que elas precisam superar, já que culturalmente lhe são atribuídas múltiplas ocupações, sejam elas profissionais, domésticas e/ou familiares e, após concluir as tarefas ainda lhe resta encontrarem ânimo e motivação para reivindicar seus direitos.

Assim, de modo genérico, às mulheres resta “pouco ou nenhum tempo para desenvolverem outros aspectos da própria vida” (TIBURI, 2018, p. 14 e 15). Em sua maioria, desde muito cedo, elas são iniciadas nas tarefas domésticas e, que na falta de outra oportunidade, essas se tornam uma profissão ou ocupação. Segundo Salvaro, Estevam e Felipe (2014, p. 402), “as atividades domésticas fazem parte de

um conjunto de regras preestabelecidas e aprendidas no processo de constituição de mulheres”. Entretanto, é um trabalho que historicamente não alcança prestígio como outra atividade profissional que exija formação tradicional.

Assim, devido a condição de excessiva carga de responsabilidades e atribuições, as mulheres deixam de tomar seu lugar nos espaços de discussão política. Lugares esses que, inclusive, decidem e definem aspectos e políticas de sua própria condição de mulher, seja através de acesso ao ensino noturno, disponibilidade de vagas em creches, cursos de formação profissional em horários alternativos, entre outros. Anderson (1992, p. 22) trata de um projeto que buscar “crear y fortalecer los mecanismos a través de cuáles las mujeres más afectadas tendrán voz en las decisiones sobre ellas”.

Segundo Tiburi (2018, p. 93), “de fato, são os homens que ocupam os espaços de poder que detêm o privilégio sobre decisões”, o que gera um empobrecimento dos debates. Nesse contexto, essas políticas, elaboradas massivamente por homens, deixam de considerar uma contribuição valiosa por parte das mulheres, visto que elas acrescentariam uma perspectiva agregadora, “menos distorcida, menos defensiva, menos incorreta e menos racionalizada do mundo, da natureza e da sociedade” (HARDING, 1993, p. 16), para um desenvolvimento qualificado e mais igualitário a todos ao contribuir com uma visão diversa e ampliada.

A forma como as mulheres são percebidas ainda está em transformação, ainda perdura uma ideia objetificada e que elas são incapazes de racionalidade. Essa visão se alinha a uma naturalização das relações sociais sem considerar que elas eram construídas e formadas social, cultural e historicamente. Mary Wollstonecraft em seu Reivindicação dos direitos das mulheres, publicado em 1792, já criticava a maneira como as mulheres eram educadas e a determinação de quais assuntos lhes eram pertinentes. A autora afirmava que “até que as mulheres sejam educadas de forma mais racional, o progresso da virtude humana e o aperfeiçoamento do conhecimento encontrarão contínuos obstáculos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 63).

A educação formal brasileira foi profundamente influenciada pela colônia portuguesa onde “não havia lugar para instrução feminina” (SAFFIOTI, 2013, p. 269), acrescenta-se a essa realidade o fato de que apenas os conventos poderiam instruir as mulheres. Porém, a quantidade de moças que buscavam essas

instituições era extremamente baixa. A educação enfatizava o ensino de costura, bordado, ensinamentos religiosos, bem como noções básicas de matemática e de língua portuguesa, ensino pautado para o casamento, para formar boas esposas e boas mães. Saffioti (2013, p. 275) declara que “lastimável era o nível de ensino nas escolas femininas cujas mestras estiveram sempre mais ou menos marginalizadas do saber” e que, em 1930, “não haviam ainda as mulheres conquistado o seu lugar no ensino superior e universitário (SAFFIOTI, 2013, p. 290).

Esse apontamento retoma o fato de que a razão e a cultura eram tratadas como pertencentes ao universo masculino enquanto a emoção e a natureza vinculadas ao feminino (HARDING, 1993), estabelecendo uma dicotomia que, apesar de tantas transformações sobre o conhecimento e a ciência, ainda “permanecem estruturando nossas vidas e nossas consciências” (HARDING, 1993, p. 26),

Assim, é inegável que existe uma assimetria entre homens e mulheres que data de séculos e, não raramente, o objetivo principal das mulheres contemporâneas é de sobrevivência, condição essa que impede que elas busquem e/ou reivindiquem direitos de menor urgência. Essa condição se relaciona com a realidade social, estrutural, visto que a realidade brasileira, por exemplo, carece de estrutura básica para usufruir de qualidade de vida, como o acesso ao saneamento básico, educação, atendimento de saúde. Sen (2010, p. 89) destaca que

os destituídos tendem a conformar-se com sua privação pela pura necessidade de sobrevivência e podem, em consequência, não ter coragem de exigir alguma mudança radical, chegando mesmo a ajustar seus desejos e expectativas àquilo que sem nenhuma ambição consideram exequível.

Em consonância com esse pensamento, Saffioti (2013, p. 95) contribui ao afirmar que entre as mulheres “o medo inconsciente do fracasso reduz suas aspirações e diminui seu ímpeto de realizar”. Assim, existe um contexto geral, estrutural de nossa sociedade que coloca as mulheres em uma posição negligenciada, que legitima a desigualdade e a injustiça, que se empenha em “não tornar possível a presença das mulheres na história nem permitir que elas ocupem algum espaço de expressão na sociedade” (TIBURI, 2018, p. 92). Um espaço que privilegia os mesmos indivíduos e cujos interesses econômicos estão baseados em um sistema de mercado que não demonstra interesse em oportunizar espaço para

novos integrantes. Principalmente se forem novas – ou seja, mulheres, visto que “o sistema de privilégios continua favorecendo os homens que, [...] com exceções que confirmam a regra –, lucram com a condição feminina escravizada no contexto dos trabalhos naturalizados e não remunerados” (TIBURI, 2018, p. 65).

Porém, cada vez está mais evidente de que essa ideologia interrompe e até mesmo bloqueia um desenvolvimento ampliado, social, econômico, com novas possibilidades. A oportunidade social é fundamental nesse sentido, pois inclui a educação, essa capacidade que permite conhecer as demais liberdades e modificar realidades ativamente. Tiburi (2018) contribui com essa compreensão ao expressar que

não há nada mais importante na vida do que aprender a pensar, e não se aprende a pensar sem aprender a perguntar pelas condições e pelos contextos nos quais estão situados os nossos objetos de análise e de interesse (TIBURI, 2018, p. 10).

As contribuições dos feminismos são múltiplas e permitem essa nova lente para a nossa realidade, nos instigam a buscar esse olhar particular que somente as mulheres possuem. O feminismo nesse sentido deixa de ser apenas um conceito, teórico e abstrato, mas sim “é um complexo operador ético-político, analítico, crítico e desconstrutivo e serve como lente de aumento que põe foco sobre as relações humanas e sobre os aspectos ocultados nessas relações” (TIBURI, 2018, p. 71), ou seja, uma ‘lupa’.

São essas relações que foram tão profundamente marcadas por uma concepção de supremacia masculina e que precisamos desconstruir gradativamente. Não é um processo simples e agradável, pois revive toda a nossa estrutura de percepção do mundo e, “se muitas vezes não queremos ver, pois o que vemos nos faz sofrer, também participamos da invisibilidade à qual fomos condenadas” (TIBURI, 2018, p. 101). Para se tornar agente de uma mudança significativa das relações, é necessária essa visibilidade das mulheres, porém,

a mulher não chegava a ter plena consciência de suas possibilidades de ação no sentido de operar certas transformações em sua posição na família patriarcal já em desintegração e que representava muito mais o instrumento inconsciente através do qual determinadas mudanças se faziam” (SAFFIOTI, 2013, p. 248).

As mulheres precisam cada vez mais refletir sobre as estruturas sociais, econômicas e culturais que as cercam. Tiburi (2018, p. 29) considera que é relevante “ajudar as pessoas a se perguntarem sobre os jogos de poder envolvidos em sua própria vida”. Somente dessa forma é possível ressignificar as relações e reconstruir com base em liberdade, pois os valores e princípios que nos norteiam devem ser revistos. A “escolha de valores sociais não pode ser decidida meramente pelos pronunciamentos daqueles que se encontram em posições de mando e controlam as alavancas do Governo” (SEN, 2010, p. 365-366). É preciso defender uma democracia radical que defenda aqueles vitimados pelo sistema patriarcal (TIBURI, 2018).

Uma categoria relevante para refletir sobre a vivência das mulheres é o trabalho, pois através dele as mulheres podem adquirir as liberdades substantivas, sejam elas as oportunidades sociais, a segurança protetora, as facilidades econômicas e, conseqüentemente, gozar de satisfação pessoal. Porém, nem sempre as condições de trabalho são dignas e justas e as relações são saudáveis e/ou aceitáveis. Portanto, para melhor desenvolver esses apontamentos, apresenta-se esta discussão na seção seguinte.

2.1.1 Trabalho

O trabalho sempre esteve acessível às mulheres, principalmente para a maioria que não integrava a burguesia ou as classes que detinham bens e capital. Porém, nem todos os trabalhos lhes eram acessíveis. Após a revolução industrial, os trabalhos de manufaturas de itens e utensílios do cotidiano das famílias passaram a ser industrializados, mas, anteriormente quase sua totalidade era produzida pelas mulheres.

A pesquisa de Heleieth Saffioti (2013, p. 60) afirma que o trabalho é

O momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética *sociedade capitalista* e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social no qual se inserem.

Não é possível refletir sobre trabalho sem vincular com o seu resultado, a remuneração. Muitas mulheres ao longo de suas atividades laborais não possuíam domínio sobre a sua renda, cabendo aos pais, irmãos, esposo a posse da mesma, bem como a decisão do seu uso. Essas mulheres “quase não tinham acesso aos salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras” (FEDERICI, 2017, p. 146).

Acrescenta-se a essa situação que as profissões de maior prestígio e reconhecimento, bem como remuneração, eram destinadas exclusivamente aos homens visto que o acesso à educação formal era negado as mulheres, inclusive proibindo o ensino às mulheres. No modo de produção capitalista, industrial, ocorre “uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina” (SAFFIOTI, 2012, p. 65). As mulheres eram consideradas como esposas “non-employed or low-earningwives⁶” (FRASER, 2012, p. 8), ou seja, sua participação econômica era repetidamente identificada como uma “co-laboração”, como complementar ao salário do esposo e/ou companheiro.

Nesse sentido, a renda é um elemento ambivalente, pois, tanto amplia as capacidades, quanto amplia as desigualdades, mas, a “concepção do trabalho feminino como um trabalho subsidiário favorece a oferta e aceitação de salários mais baixos que os masculinos” (SAFFIOTI, 2013, p. 345). Desta forma, as circunstâncias que circundam o mundo do trabalho usualmente são piores para as mulheres no âmbito da renda. Sen (2010, p. 116) considera que

é importante distinguir renda como uma *unidade* na qual se mede a desigualdade e renda como *veículo* de redução da desigualdade. Mesmo se a desigualdade de capacidades for bem medida no que diz respeito a rendas equivalentes, não decorre que transferir renda seria o melhor modo de combater a desigualdade observada.

A renda não é o principal elemento da desigualdade vivenciada pelas mulheres, tanto que os estudos da abordagem identificada como antipobreza (*antipoverty*) são criticados em virtude de que, apesar de inúmeros projetos e ofertas que ampliam trabalho remunerado, seus resultados são insuficientes para reduzir as disparidades entre homens e mulheres (NANES, QUADROS, ZARIAS, 2017). Essa abordagem falha ao desconsiderar que no seu “tempo livre”, as mulheres exercem

⁶ “não empregadas ou com baixos rendimentos” (FRASER, 2012, p. 8, tradução nossa).

atividades não remuneradas como o trabalho doméstico ou o cuidado com crianças e idosos. Da mesma forma que os programas orientados por essa perspectiva incentivam que as mulheres atuem em atividades produtivas tradicionalmente femininas, reforçando a divisão sexual do trabalho.

Embora atualmente muito já se tenha avançado nesse aspecto, sabemos que o mito da supremacia masculina ainda influencia as relações de trabalho, a força de trabalho feminina ainda é vista como “especialmente flexível, disciplinada y barata” (RUBIO, 2003, p. 49) e ainda “negava-se a elas a equiparação de tempo e a remuneração pelo trabalho no enlace vil entre cultura e instituição, que garantem a ordem masculina de privilégios” (TIBURI, 2018, p. 19). A questão do trabalho doméstico, em sua maioria, realizado pelas mulheres e, culturalmente, percebido como de responsabilidades dessas, é um viés dessa percepção, a qual desvaloriza o que é realizado pelas mulheres e ainda lhes nega a renda deste trabalho. Saffioti (2013, p. 415) define que os mitos sobre a mulher “visam a eliminar possíveis competidores, sobretudo nas áreas de atividades mais valorizadas socialmente”.

Nesse sentido, quando se considera a renda e o trabalho na economia da família, a realidade que se estabelece é de extrema desigualdade e promove um conjunto de outras privações. Alguns estudos buscam traduzir economicamente o tempo dedicado ao trabalho não remunerado a fim de evidenciar a sua proporção e “explicitar o quão importantes são as executoras desse trabalho para a provisão de bem-estar social” (RAMOS, 2017, p. 67), e também quanto o tempo investido em trabalho doméstico não remunerado repercute negativamente na vivência dessas mulheres.

Além disso, apesar de o uso da força não ser uma exigência na maioria dos trabalhos, ainda permanece uma diferença cultural que designa trabalhos para mulheres e trabalho para homens. Chayanov (2017, p. 138) menciona que as propriedades rurais gerenciadas por mulheres eram percebidas como frágeis, de “pouco potencial produtivo e não tem muito valor do ponto de vista da economia nacional” simplesmente pela presença de uma mulher em sua gerência. Porém, embora, essas correntes de pensamentos estejam consolidadas e até podem ser concebidas como teorias, Tiburi (2018, p. 75) nos lembra que “teorias não são sempre científicas, são também populares”.

Acrescenta-se ao panorama o fato da escassez de dados referentes ao trabalho doméstico. Bruschini (2007, p. 542) critica as estatísticas oficiais

considerando-as “inadequadas para mostrar a real contribuição das mulheres à sociedade”, além disso, são identificados como inatividade quando “deveria ser considerado trabalho não remunerado” (BRUSCHINI, 2007, p. 543). E com base nos dados disponíveis, Saffioti (2013, p. 340) destaca que “o desenvolvimento da indústria no Brasil não acarretou, como não provocou também em outros países, maior participação da mulher na força de trabalho efetiva da nação”.

No Brasil, o trabalho doméstico “é o nicho ocupacional feminino por excelência” (BRUSCHINI, 2007, p. 561), marcado pela extensa carga horária, baixa remuneração e alto índice de informalidade. Saffioti (2013, p. 84) pontua que “as mulheres, muito mais do que os homens, não são preparadas para o exercício de uma profissão”, o que, conseqüentemente as deixa a margem dos trabalhos de cuidado e doméstico. A autora afirma que

A escolarização de nível superior, incorporada pelos estratos sociais médios como requisito para ascensão social do homem, não constitui, porém, uma exigência para a formação intelectual da mulher, na medida em que esta se liga a uma possível carreira. A perspectiva do casamento, valor social superior à carreira profissional, e o namoro precoce operam como fatores limitativos da qualificação da força de trabalho feminina, de um lado, em virtude do fato de casamento e carreira serem frequentemente pensados como incompatíveis, e, de outro, por causa do papel subsidiário desempenhado pelo trabalho feminino em relação ao do chefe da família (SAFFIOTI, 2013, p. 327 e 328).

Desta forma, se uma cultura e ideologia segrega e negligencia uma parcela da população, no caso as mulheres, ela deve ser revista e ressignificada. Adichie (2015, p. 48) argumenta que “a cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar a nossa cultura”.

No ambiente doméstico se perpetua o mito supremacista, “a própria casa como oficina da desigualdade doméstica” (TIBURI, 2018, p. 111) e, independente da formação profissional e da qualificação dessas mulheres, as posições que ocupam, ainda lhes cabe os afazeres do lar. Adichie (2015) pontua que, em geral uma mulher que possua o mesmo diploma e emprego que o seu marido, ao chegar em casa do trabalho, a ela cabe a maior parte das tarefas domésticas, ou seja, o trabalho não remunerado ainda é “da mulher” e a “contribuição do marido ainda é considerada ‘ajuda’, pois não se trata de uma atividade atribuída historicamente aos homens” (SALVARO; ESTEVAM; FELIPE, 2014, p. 402).

Dois aspectos podemos detalhar aqui, um deles é que o trabalho doméstico ainda é percebido como uma “prática de amor”, o cuidado, o asseio, ainda relacionados a ideia de feminilidade e maternidade, como se fossem atributos naturais das mulheres. Algumas famílias, “adotam, num simulacro de prestígio, a ideologia da classe dominante: a mulher deve ser exclusivamente dona de casa, guardiã do lar” (SAFFIOTI, 2013, p. 95), sendo o ato de cuidar e servir identificado como voluntário e até mesmo nobre.

O segundo aspecto é o de que existe um custo para trabalhar fora de casa e que as mulheres devem arcar com ele. O custo dos encargos que a maioria das mulheres que realiza um trabalho fora de casa assume é o de realizar as tarefas domésticas após concluída a sua carga horária no seu emprego, isso porque “mesmo quando tiverem um emprego fora de casa, a maior parte das mulheres trabalhará mais do que os homens que, de um modo geral, não fazem o serviço da casa” (TIBURI, 2018, p. 14). Para evitar esse trabalho extra, o popular “terceiro turno”, as mulheres contam com o trabalho de outras mulheres, assim “muitas vezes as mulheres se emancipam ao conseguirem que outras mulheres trabalhem por elas e então repetem o mesmo ciclo que poderiam ajudar a destruir na luta contra a desigualdade doméstica e pública” (TIBURI, 2018, p. 64).

Como mencionado anteriormente, embora o trabalho tenha sido disponibilizado desde sempre (ou pelo menos alguns trabalhos), o mesmo não podemos dizer da renda ou do emprego – consequentemente acompanhado de renda e de direitos trabalhistas. Até mesmo o ato de reivindicar condições de igualdade se torna um obstáculo visto que “as mulheres têm dificuldade de encontrar tempo para fazer política, enquanto continuam aprisionadas a toda sorte de deveres domésticos e familiares” (TIBURI, 2018, p. 86).

Porém, a atividade econômica, o trabalho em si se apresenta como uma oportunidade de emancipação para as mulheres e, segundo Saffioti (2013, p. 425), “mulher é levada a penetrar na estrutura ocupacional, a obter um emprego que lhe garanta a sobrevivência ou a satisfação das aspirações que a cultura lhe incute. Questões salariais, possibilidade de promoção nas organizações e instituições, o gênero utilizado como critério de exclusão de acesso a vagas, assuntos relativos ao mundo do trabalho se refletem no desenvolvimento de uma região e, promovem oportunidade ou promovem exclusão. Tiburi (2018, p. 16) reflete sobre as injustiças ao mencionar que

meditar sobre a vida das mulheres como trabalhadoras que recebem menos do que os homens pelo mesmo tipo de trabalho, o que constitui uma das maiores injustiças que as pessoas heterodenominadas – denominadas por um outro – ou identificadas como mulheres sofrem em escala global.

Assim, o ser mulher já condiciona e restringe oportunidades que seriam fundamentais para alcançar melhorias e qualidade de vida. Observar as circunstâncias que permeiam nosso cotidiano é bastante relevante, ter consciência do seu ser no mundo e nos espaços em que age e interage é algo primordial na vivência das mulheres, pois “assumir o signo mulher sem consciência do que ele significa é um perigo para as mulheres” (TIBURI, 2018, p. 22).

Salvaro, Estevam e Felipe (2014, p. 399) pontuam que, no contexto das cooperativas, “o trabalho, como prática social, confere visibilidade social e produção de novas formas de subjetividade às mulheres” na esfera produtiva, além de proporcionar outras formas de se relacionar socialmente. Portanto, a mera possibilidade desse processo merece o investimento e dedicação em estudar a temática e se dedicar a cumprir as propostas da forma mais atenciosa e dedicada possível, visto que poderá repercutir na valorização da atuação das mulheres no desenvolvimento regional e, especialmente, aquelas vinculadas ao sistema cooperativista.

Assim, sabendo que, se as oportunidades sociais são reduzidas às mulheres, não se alcança o desenvolvimento, o sistema cooperativista deve investir seus esforços para cada vez mais proporcionar espaço para as mulheres. Para além desse apontamento, cabe as mulheres “buscar a contínua capacitação para o trabalho, como também para assumir, em determinados períodos, a posição de dirigente ou membro das comissões” (PICCININI, 2004, p. 75), visto que as mulheres devem desenvolver as suas potencialidades e cada vez ocupar lugares de liderança.

Investir tempo em conhecer as mulheres que interagem no cenário cooperativista da região é determinante para possuir uma visão ampliada das questões pertinentes as suas práticas e vivências. É importante conhecer como elas se identificam e reconhecem do seu ponto de vista, pois, como já mencionado, tudo o que se sabe sobre as mulheres foi primeiro contado pelos homens (TIBURI, 2018) e isso não é mais concebível.

É preciso verificar se as desigualdades vivenciadas pelas mulheres – já tão conhecidas e debatidas –, se refletem na mesma proporção e como os impactos são percebidos no âmbito cooperativista. Nesse sentido, conhecer condições de acesso e, principalmente, condições de trabalho das mulheres é tarefa fundamental, além de uma fonte significativa de informações relevantes em um desenvolvimento que objetiva reduzir desigualdades.

Diante disso, a seguir, apresentamos elementos sobre a trajetória do cooperativismo e sua relação com as mulheres.

2.2 Cooperativismo: suas interrelações com mulheres e o desenvolvimento regional

A origem do cooperativismo objetivava superar as dificuldades e limitações, especialmente econômicas e sociais, que a maior parte da população vivenciava, ainda no século XIX. As condições de profunda desigualdade impossibilitavam que os trabalhadores usufríssem de suas liberdades, o que claramente define um desenvolvimento apenas financeiro e exclusivo de uma pequena parcela da população que detinha os bens de produção e capital.

A consolidação dos princípios e valores que hoje conhecemos como cooperativistas surgem nesse contexto pois já existia a perspectiva de que o lucro não apresentava a solução para todos os problemas vivenciados. Já se percebia uma visão que “conscientiza para a existência de um ‘Nós’, independente das diferenças” (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p.29). Essa perspectiva de ajuda mútua é percebida até hoje e, mesmo as organizações mais burocráticas, com menor participação popular, como a OCB (2019), define que as ações desenvolvidas objetivam “um mundo mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos”.

Os pioneiros de Rochdale constituíram a primeira cooperativa de consumo como forma de superar ou minimizar as terríveis dificuldades econômicas e sociais que estavam vivenciando na Inglaterra, em 1844. Eles não percebiam outra alternativa para superar a excessiva carga de trabalho que lhes era imposta nas indústrias, a exploração dos comerciantes – ora no preço, ora nas medidas, e, a elevada taxa de analfabetismo entre os moradores das vilas operárias, sem mencionar as condições insalubres em que residiam (SCHNEIDER; HENDGES,

2006). Para Bueno (2001, p. 9), “o cooperativismo antecipou a democracia moderna”.

Com as mudanças e transformações socioeconômicas, as diferenças culturais e a decorrência temporal, as relações cooperativistas que, essencialmente objetivavam a ajuda mútua, também sofreram modificações. Em virtude disso, não há uma definição de cooperativismo que acolha a todos.

Pinho (2001, p. 13) define a doutrina cooperativa como

uma proposta de mudança do meio econômico-social, que se concretizará de modo pacífico e gradativo, por meio de cooperativas de múltiplos tipos. Ou, tentando resumir em uma frase, é a reforma do meio social por um instrumento econômico – as cooperativas.

E a OCERGS define o cooperativismo como “um modelo econômico-social que gera e distribui riqueza de forma proporcional ao trabalho de cada associado” (SESCOOP/RS, [2021?]). Outros mencionam que é uma filosofia de vida ou um movimento social, mas, nem mesmo a ACI define o conceito de cooperativismo.

Porém, algo que é recorrente e estável no cooperativismo mundial são os princípios. Embora eles não tenham a mesma ênfase em todos os ambientes cooperativistas, sua menção é uma constância.

O cooperativismo possui sete princípios que foram definidos pelos pioneiros de Rockdale e, apesar de passar por ajustes, eles mantem a mesma essência. São eles 1. Adesão voluntária e livre, 2. Gestão e controle democrático, 3. Participação econômica dos sócios, 4. Autonomia e interdependência, 5. Educação, formação e informação, 6. Intercooperação e 7. Interesse pela comunidade, os quais são especificados a seguir.

Quadro 1 – Princípios do Cooperativismo

Princípios do Cooperativismo	
1º - Adesão voluntária e livre	2º - Gestão democrática
As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.	As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

3º - Participação econômica dos membros	4º - Autonomia e independência
Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: - desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível; - benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e - apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
5º - Educação, formação e informação	
As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.	
6º - Intercooperação	7º - Interesse pela comunidade
As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais - força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros

Fonte: FERREIRA; SILVA (2015).

No sistema cooperativo, existem aqueles que pensam e atuam mais próximo ao que foi defendido pela Escola de Münster a qual “não está preocupada em reformar o homem ou a sociedade, e sim na maximização do atendimento dos interesses individuais, por meio coletivo” (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p. 25). São os que optam pelo “aumento de sua satisfação diretamente, mediante o aumento da sua renda, indiretamente mediante a diminuição de riscos e/ou custos” (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p.25). São os cooperados que escolhem o economicamente vantajoso – aqui “o nível de qualidade do cooperado e a sua maximização dependem do nível da sua renda” (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p.26).

Essas organizações se distanciaram do aspecto social da cooperativa e priorizam as ações econômicas. Quando as cooperativas se formam por uma

dificuldade comum aos associados, esses se mantêm próximos e mobilizados para satisfazer a sua necessidade, mas, ao resolver o seu problema inicial, a participação diminui e, conseqüentemente, o aspecto social é negligenciado. Schneider e Hendges (2006, p. 41) apontam que

as cooperativas estão cada vez mais envolvidas com a sobrevivência da empresa cooperativa. Nessas condições sobram pouco tempo, espaço e recursos para ocupar-se com o reforço ao **ser cooperativo** em si e na sua essência, trabalhando e aprofundando a identidade cooperativa junto aos associados, aos técnicos e dirigentes e mesmo junto ao público em geral.

As cooperativas que atuam exclusivamente para obter vantagens econômicas negligenciam o aspecto social da organização. Atuam de maneira autoritária, centralizam as decisões na direção e conselhos – esses constituídos pelas mesmas pessoas por décadas – e esse comportamento inibe e desconsidera opiniões diversas. Os cooperados que possuem essa percepção listam as limitações do sistema e da cooperativa em si, exigem celeridade e ambicionam *status* como uma empresa tradicional. Em uma percepção bastante positiva, Boesche e Mafioletti (2005, p. 14) consideram que esse cooperativismo “amadurece e entende que o importante é manter o equilíbrio entre as duas dimensões para cumprir com a sua vocação de buscar a viabilidade econômica e social de seus membros”.

Assim, identifica-se que mesmo em organizações com princípios mundialmente consolidados e valores coletivos que enfatizam a participação, a autonomia, independência, educação e a intercooperação, ainda perduram concepções individualistas, estruturalmente patriarcais com indícios de dominação e exploração. São indivíduos que se utilizam do sistema cooperativo para obter benefício individual, sem interesse em colaborar e promover transformações e avanços coletivos.

Portanto, diferentemente, nesta pesquisa, nos centramos em uma concepção de cooperação que está mais próxima dos ideais que originaram o sistema cooperativo e que concentram valores que direcionam para um desenvolvimento amplo e que percebe o resultado econômico da ação cooperativa para objetivos mais subjetivos e sociais. Para os autores Boesche e Mafioletti (2005, p. 2),

as cooperativas são organizações empresariais, de propriedade comum de seus cooperados e controladas democraticamente por eles, constituídas com a finalidade de buscar o atendimento às necessidades e aspirações

comuns, tanto econômicas quanto sociais e culturais, de seus membros. No entanto, se por um lado as cooperativas atuam em um mercado comum a todas as empresas, em que impera a alta competitividade do capitalismo, por outro, elas não poderão agir perante seus cooperados, os verdadeiros donos e usuários responsáveis pela sua constituição e manutenção, com a mesma racionalidade econômica que lhe é exigida no ambiente externo.

Chayanov (2017, p. 127), embora se refira exclusivamente ao cenário agrícola, contribui com essa reflexão ao afirmar que “o emprego desse capital para objetivos sociais deliberadamente formulados dota o sistema cooperativo organizado de um grau de influência excepcional sobre o desenvolvimento da economia agrícola”.

O autor pontua que o resultado financeiro não se encerrava em si mesmo, embora “o nível de remuneração do trabalho camponês, [...], é com frequência o fator de maior influência sobre seus esforços econômicos” (CHAYANOV, 2017, p. 179). E, essa remuneração trará outros resultados visto que o

efetivo mecanismo social das cooperativas é determinado não tanto por suas funções técnicas, mas sim pelas condições gerais de desenvolvimento do movimento cooperativo no país ou na região analisada” (CHAYANOV, 2017, p. 265).

Bueno (2001, p. 34) contribui com essa reflexão ao discutir os efeitos das cooperativas de mulheres, o autor pontua que “a distribuição dos resultados, materiais e imateriais, auxilia os que não são associados, no caso os homens e outros familiares, e se constitui em uma nova perspectiva de representação social”. Desta forma, repercutem na comunidade externa que também é impactada, inclusive atendendo um dos princípios cooperativistas – interesse pela comunidade.

Diferentemente de empresas tradicionais – que se instalam em determinado município ou Estado em virtude de isenções de taxas e tributos em geral⁷, que contam com apoio popular pela oferta de emprego, mas que partem para outro local quando os benefícios cessam – a criação de uma cooperativa é bastante distinta. A “cooperativa é criada e gerenciada por pessoas da região e na região. Suas raízes são profundas. Uma cooperativa não irá para outra região por falta de incentivos fiscais” (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p.31). Além disso, consolida-se a

⁷ “Um caso emblemático, nesse sentido, foi o que se deu em relação à empresa Ford que se instalou na Bahia, mas não sem antes ampliar consideravelmente suas perspectivas de lucro como resultado de uma acirrada “quebra de braço” entre este Estado e o Rio Grande do Sul pela concessão dos maiores benefícios a sua instalação (OLIVEIRA, 2007, p. 19).

identidade regional o que favorece inúmeros aspectos do desenvolvimento, gerando “maior grau de independência para a região na qual o cooperativismo é pujante” (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p. 31).

Scholz (2016, p. 59 e 60) ao abordar o cooperativismo de plataforma⁸ menciona que “as cooperativas têm sido um importante instrumento para a construção de poder econômico para grupos marginalizados”. Sabemos que a construção e manutenção das desigualdades são globais, mas é no local que seus efeitos são sentidos e, é justamente nesse cenário que as cooperativas podem contribuir. Uma das entrevistadas mencionou a experiência de visita a uma cooperativa em que mulheres imigrantes, trabalhadoras de limpeza de residências criaram uma plataforma digital para oferecer o seu serviço. Destaca-se o questionamento da própria entrevistada ao refletir: “em que outro modelo econômico as mulheres poderiam ser donas de um *app*? Mulheres que trabalham em casa e são imigrantes”⁹.

Ao refletir sobre as questões de desenvolvimento regional, considera-se que “a massificação da globalização enfraquece a resposta e o protagonismo regional, e pouco a pouco as características próprias das regiões vão se tornando cada vez mais similar a grande corrente internacional” (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p. 30-31). Já as cooperativas, acentuam as percepções regionais, pois “assumem como determinantes a democracia interna e a participação” além de ser “autônoma e independente, em face de quaisquer focos de poder que lhe queiram impor de fora” (NAMORADO, 2007, p. 3).

Assim, percebe-se o cooperativismo como uma alternativa de reduzir as diferenças em oposição a um sistema predatório e explorador, visto que as vivências não se reduzem a competição, e individualismo. Apesar de atuar num ambiente capitalista, o cooperativismo permite que mais pessoas tenham acesso aos mesmos rendimentos de forma justa pois

tem na sua concepção a opção por privilegiar a cooperação, a solidariedade e a ajuda mútua entre os sócios, o que faz com que a busca pela eficiência e eficácia que resultem na satisfação das necessidades e do bem-estar dos

⁸ O cooperativismo de plataforma caracteriza-se pela mudança no trabalho e, principalmente uma mudança “de propriedade”, esse modelo também elabora novos significados para inovação e eficiência. Esse cooperativismo apresenta-se como uma economia emergente e percebe o trabalho como digno e, não necessariamente, empobrecedor para os indivíduos. (SCHOLZ, 2016).

⁹ Entrevista concedida no dia 24/06/2021, por chamada no aplicativo *Google Meet*.

sócios seja o objetivo e não a busca por lucro (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p. 29).

A estrutura socioeconômica baseada em lucro e acúmulo de bens e capital somente amplia desigualdades e concentra os lucros nas mesmas pessoas, que são uma minoria mantida pelas relações de poder perpetuada ao longo dos tempos. Nesse sentido, segundo Carrion (2012, p. 269), o cooperativismo

veio para participar da construção de novas estruturas de participação e para facilitar o processo de edificação de comunidades de prática. E nesse sentido podemos afirmar que a gestão social introduziu uma verdadeira revolução simbólica no campo da gestão. Pensada enquanto espaço de luta política em defesa dos princípios de justiça, igualdade, respeito à diferença e à natureza.

A construção de condições mais justas e igualitárias nos permite refletir sobre posições, cargos, tarefas e funções que eram tidas no ideário coletivo como exclusivas de quem detinha determinadas características, condições. Porém, as exigências e as capacidades necessárias para a realização de um trabalho carecem cada vez menos de força e/ou outros atributos pertencentes a somente uma classe de pessoas. Independente de etnia, gênero, idade e demais definições, existe a capacidade de realizar de forma satisfatória inúmeras atividades. Segundo Adichie (2015, p. 21),

hoje, vivemos num mundo completamente diferente. A pessoa mais qualificada para liderar não é a pessoa fisicamente mais forte. É a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios para esses atributos.

Segundo o SESCOOP/RS (2019), o cooperativismo está atento a essa transformação e em alguns países tem ocorrido um grande movimento do sistema cooperativo para superar as desigualdades e possibilitar condições justas e dignas às suas populações e as ações não se restringem internamente às cooperativas. A colombiana Maria Eugenia Pérez Zea, presidenta do Comitê Igualdade de Gênero da ICA (Gender Equality Committee – International Co-operative Alliance) tem defendido que a contribuição das mulheres amplia a aplicabilidade dos valores e princípios cooperativistas (ICA, 2020) e, além disso, constitui uma imensa rede de pessoas que atuam em uma mesma perspectiva.

O cooperativismo tem investido em ações que promovem a atuação das mulheres, seja através de igualdade salarial entre mulheres e homens na ocupação dos mesmos cargos, seja através da oferta de linhas de crédito específicas para mulheres, principalmente em países em que as capacidades ainda estão bastante restritas. Sen (2010, p. 156) menciona o crédito participativo e organizações cooperativas “como o Banco Grameen e o Comitê para o Progresso Rural de Bangladesh”, o que confirma a relevância das ações coletivas orientadas para as mulheres.

No Quênia, algumas iniciativas estão em curso como “a introdução de cotas para melhorar a representação das mulheres no conselho, promovendo treinamentos para mulheres e liderando campanhas de igualdade de gênero direcionadas a homens e mulheres” (SESCOOP/RS, 2019).

Na Índia, são inúmeros os projetos que se concentram em possibilitar crédito a mulheres. A iniciativa é tão positiva que inclusive transpõe as questões culturais das castas e possibilita que mulheres de castas distintas possam trabalhar em conjunto por um objetivo maior.

A Colômbia possui o Equipares que é um sistema de certificação que “foi projetado para ajudar as empresas a lidar com as desigualdades no local de trabalho, promover boas práticas e políticas trabalhistas e reduzir as diferenças de gênero” (SESCOOP/RS, 2019). Das 20 empresas colombianas certificadas, 6 são cooperativas. Entre as práticas desenvolvidas estão “diminuir a diferença salarial entre homens e mulheres e oferecer benefícios à maternidade e à paternidade para equilibrar o trabalho e a vida familiar” (SESCOOP/RS, 2019). Além dessas ações, também ocorre a revisão das descrições de cargos para que se evite a delimitação de gênero para exercer as atribuições definidas.

Na França, um país com um histórico cooperativista reconhecido, são adotadas medidas para “garantir que nenhum gênero represente mais de 60% dos membros do conselho” (SESCOOP/RS, 2019) e algumas cooperativas de crédito francesas possuem políticas para que o salário seja o mesmo sem distinção entre homens e mulheres. O Comitê de Combate à Desigualdade de Gênero inclusive considera que restringir a associação apenas a mulheres não identifica ato discriminatório, pois em alguns casos é medida necessária para garantir condições e acessos às mulheres que enfrentam barreiras e impedimentos em ambientes não

cooperativos. Porém, o Comitê destaca a disponibilidade de rever a questão no momento em que alcançar padrões mais igualitários.

Essas experiências retratam o caráter transformador da cooperação e evidencia que para cooperar através do sistema cooperativo e obter os resultados de melhorias e qualidade social e econômica é necessário desenvolver habilidades e conhecimentos para que melhor se opere nesse modelo. Assim, a doutrina cooperativa “é uma proposta de mudança do meio econômico-social, que se concretizará de modo pacífico e gradativo, por meio de cooperativas de múltiplos tipos” (PINHO, 2001, p.13).

Irion (1997, p. 124) pontua que

não basta a melhoria econômica dos associados nem a formação doutrinária, é preciso completá-la elevando o nível do conhecimento dos sócios, funcionários e inclusive familiares. Promover a cultura, a qualificação e a capacitação técnica, etc., são tão importantes como transmitir conhecimentos doutrinários.

É necessário transformar e ressignificar toda uma estrutura consolidada com base em preceitos excludentes que se retroalimenta e fortalece constantemente com perspectivas coletivas, justas e diversas visto que

estruturas não são somente mobilizadas pelas sociedades humanas pelos seus aspectos materiais, sobre o plano do real; pois elas funcionam igualmente sobre o plano simbólico, pela palavra, por regras, por normas ou costumes, associadas ou não a uma tradição, ou ainda pela sua atualização em condições novas, em estruturas econômicas e sociais que relevam de representações e decisões políticas (SABOURIN, 2011, p. 46).

Como mencionado anteriormente, ainda hoje existe pouca teoria específica sobre o cooperativismo. Considera-se que esses estudos teriam grande valor e contribuiriam até mesmo na valorização desse sistema. Chayanov (2017, p. 267) destaca que a teoria cooperativista era pensada após a sua prática já ter se desenvolvido, “seguiu-se, então, um período em que a teoria cooperativa passou a fazer-se na esteira da prática cooperativa e se desenvolveu, não de modo *a priori*, como no passado, mas como uma teoria *a posteriori*”.

A teorização posterior ainda possui seu valor, porém, ela não deve ser deixada em segundo plano. Há necessidade de ampliação de teorias sobre o sistema cooperativo, em especial no “ensino superior, pois é este ensino que cria as bases teóricas usadas nos demais níveis de ensino” (FORGIARINI; ALVES;

MENDINA, 2018, p.28). E, para além das adaptações do que foi pensado e planejado para o sistema capitalista, devemos criar e elaborar as próprias técnicas pois “se o forem criadas de especialmente para as cooperativas podem gerar melhores resultados” (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p.28).

As estruturas dominantes são constantemente fortalecidas entre si e o “movimento cooperativo moderno rompeu com esse estado de latência do fenômeno cooperativo, mas não conseguiu ainda arrancá-lo de uma subalternidade que o coloca perante a pressão permanente da lógica e dos valores dominantes” (NAMORADO, 2007, p. 5). O movimento cooperativo ainda não alcançou espaço de influência a ponto de alcançar “papel estruturante e estratégico” (NAMORADO, 2007, p. 15) e acaba por ser ineficiente em um processo descolonizador, no sentido de pensar por si mesmo e de formular suas próprias teorias sobre si.

É fundamental que se estabeleça uma conexão entre a teoria e a prática cooperativista “de forma a destinarem depois mais tempo para a leitura, a discussão e o aprofundamento dos estatutos da cooperativa, já que a cooperativa pioneira era algo novo” (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p. 24). Ainda hoje permanece a necessidade de articular os aspectos técnicos de áreas distintas, a doutrina cooperativista e sua teoria, não há necessidade de disputa, mas sim de articulação entre ambos e que resulte em fortalecimento do sistema.

É relevante pontuar que a cooperação que inicialmente ocorria entre iguais que buscavam a sobrevivência, influenciou-se por transformações e pelas hierarquias que se constituíram. E, hoje é possível verificar que a cooperação acontece entre indivíduos com objetivos distintos, Namorado (2007, p. 4) apresenta que

a cooperação agora é funcional, decorrendo em termos socialmente construídos, marcados pela distribuição desigual do sobreproduto social, bem como por uma hierarquia imposta que exprime e cristaliza essa desigualdade, juridicamente legitimada e politicamente protegida.

Um exemplo é o cooperativismo de plataforma que é “um termo que descreve mudanças tecnológicas, culturais, políticas e sociais” (SCHOLZ, 2016, p.63). Nesse sentido, é importante analisar as relações sociais entre associados de uma cooperativa visto que direciona para uma camada mais profunda das relações, em especial por considerarmos os múltiplos papéis que o mesmo indivíduo desempenha

e nas distintas atividades que realiza. Granovetter (2009, p. 51) considera que “a resolução de conflitos é facilitada por essa imersão dos negócios nas relações sociais”, além de que na situação de “bastante tempo na empresa, existem condições para uma densa e estável rede de relações, entendimentos compartilhados e a construção de coalizações políticas” (GRANOVETTER, 2009, p. 56). Ou seja, as condições mais favoráveis para solucionar contratempos e divergências estaria na própria natureza da associação baseada na ajuda mútua.

Assim, considera-se que “boa parte dessa complexidade é resolvida por relações de poder implícitas ou explícitas” (GRANOVETTER, 2009, p. 58), mas em grupos organizados – como as cooperativas – alguns aspectos permitem neutralizar temores e situações de conflitos em geral. O capital social está relacionado à influência nas relações pois é formado por um conjunto de valores que os indivíduos reconhecem como relevantes. Assume-se que os indivíduos valorizam os mesmos princípios e valores cooperativistas.

Em relações de reciprocidade, o capital social de determinada pessoa é relevante não apenas para iniciar relações de confiança, mas também para mantê-las, ou seja, a força dos laços entre os envolvidos é fundamental para se estabelecer uma rede de reciprocidade e é essencial para a cooperação visto que “as diversas formas de cooperação precisam de ser construídas de forma gradual, equivalente ao poder historicamente crescente das cooperativas como movimento social” (CHAYANOV, 2017, p. 289).

Namorado (2007, p. 15) acrescenta que

a cooperatividade, embora valha pelos resultados a que conduz, ou pelas externalidades solidárias que suscite, vale também como experiência vivida, como reflexo e elemento de propulsão endógena da mudança. Liga-a uma sinergia natural às dinâmicas de natureza solidária. Qualifica a solidariedade, afastando-a do assistencialismo.

A cooperação se caracteriza como uma economia social, que reconhece a potência dos indivíduos e se relaciona à participação e mobilização individual, seguidas de oportunidades sociais que contribuem para uma expansão dos direitos, algo “possível pela associação de pessoas que tenham a mesma identificação e muita confiança mútua para poder transformar sua capacidade individual fragmentada em força e ação conjunta” (BUENO, 2001, p. 13). E assim, se complementam pelas práticas cooperativas que, conforme Pinho (2001) sempre

almejam diminuir os desequilíbrios econômicos regionais bem como melhorar a qualidade de vida da população.

Esse cenário nos possibilita identificar que “é fundamental que o movimento cooperativo gere estratégias para facilitar e incentivar sua participação não apenas em cooperativas, mas também dentro da vida pública e política” (SESCOOP/RS, 2019) e que o sistema cooperativista divulgue seus princípios e valores de forma a contribuir com um desenvolvimento socioeconômico acessível a todos e todas.

Para ampliar a compreensão do cenário cooperativista, a seção seguinte apresenta dados que contribuem com esse processo.

2.2.1 O movimento cooperativista: mundial, brasileiro, gaúcho e do Litoral Norte gaúcho

Segundo o Sistema OCERGS-SESCOOP/RS (2021), através da publicação “Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2021”, havia, em 2020, 3 milhões de cooperativas presentes em diversos países, reunindo 1,2 bilhão de associados e 280 milhões de empregos. No Brasil, foram registradas 6,8 mil cooperativas, 14,6 milhões de associados e 425,3 mil empregos gerados. Já no Rio Grande do Sul, havia 455 cooperativas, 3 milhões de associados e 68,3 mil empregados.

Em 2010, ocorreu a reorganização dos ramos do cooperativismo através da Resolução OCB nº 56/2019 com o objetivo de planejar melhor as atividades da organização. Após a alteração, os 13 ramos transformaram-se em sete, fato que resulta em algumas adaptações e modificações nas suas participações no cenário cooperativista. No ramo agropecuário foram incluídas as cooperativas de estudantes de escolas técnicas que possuem produção rural, antes classificadas como ramo educacional. As cooperativas de turismo que realizam transporte passaram a integrar o ramo Transporte (OCB, 2019b). No Rio Grande do Sul, 98% dos sócios estavam vinculados aos ramos agropecuário, crédito e infraestrutura.

De forma a caracterizar o cenário cooperativo e destacar dados relativos ao gênero, mais especificamente, a participação das mulheres, apresenta-se as tabelas a seguir:

Tabela 3 – Cooperativismo Brasileiro

Ano	Nº cooperativas	Nº associados	% Mulheres
2018	6.828	14,6 milhões	36%
2019	5.314	15,5 milhões	38%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da OCB (2019a, 2020).

Identifica-se que nas cooperativas ocorre uma predominância masculina mesmo nos seus quadros sociais. E, essa reduzida participação nos quadros sociais que já é evidente no âmbito geral, se amplia nos ramos agropecuário e transporte – que são os ramos das cooperativas estudadas nessa pesquisa. Nesses ramos, a presença das mulheres é ainda menor, sem nem ao menos atingir 20% de cada segmento, como vemos na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição por Gênero do Quadro Social dos Ramos Agropecuário e Transporte

QUADRO SOCIAL 2019		
	Homens	Mulheres
Ramo Agropecuário	85%	15%
Ramo Transporte	89%	11%

Fonte: Elaborada pela autora com dados da OCB (2019a).

Já no Rio Grande do Sul, em 2021 temos 129 cooperativas agropecuárias como 334,2 mil associados e, 80 cooperativas do ramo transporte com 9,7 mil cooperados. Segundo o Sistema OCERGS-SESCOOP/RS (2021), no ano de 2020, o ramo transporte concentrava um patrimônio líquido de R\$ 62,3 milhões e gerou R\$ 7,4 milhões de sobras – demonstrando aumento de R\$ 2,8 milhões em relação ao ano de 2019. Já o ramo agropecuário apresentou patrimônio líquido de R\$ 6,9 bilhões em 2020 com sobras de R\$ 941,5 milhões.

Ao considerar a participação das mulheres, os dados demonstram que a presença das mulheres é significativamente inferior em relação aos homens. Também é baixa a presidência exercida por mulheres. Sendo 4 nas cooperativas agropecuárias e 2 nas de transporte em todo o Rio Grande do Sul.

Tabela 5 – Mulheres na Presidência das Cooperativas Agropecuárias e de Transporte no Rio Grande do Sul em 2021

Ramos Agropecuário e Transporte no RS				
Ano	Cooperativas Agropecuárias	Mulheres Presidentas	Cooperativas de Transporte	Mulheres Presidentas
2021	129	4	80	2

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Destaca-se mais uma vez a excepcionalidade das cooperativas do litoral norte gaúcho, que, entre cinco cooperativas, possui duas cooperativas presididas por mulheres no mesmo COREDE, o qual contempla 21 municípios dos 497 do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, essa é uma ocorrência significativa em um cenário em que predomina a presença de homens, tanto no quadro social quanto na presidência das cooperativas gaúchas, pois, segundo o Anuário do Cooperativismo 2019, apenas 25% dos componentes do quadro de dirigentes são mulheres, sendo considerados dirigentes todos que integram Conselhos de Administração, Diretorias e Conselhos Fiscais. Portanto, o número de presidentes mulheres é ainda menor, em especial pelo fato de que o dado se baseia no total de apenas 1.219 cooperativas que possuíam mandatos vigentes em dezembro de 2018.

Como mencionado antes, o COREDE Litoral abrange cinco cooperativas associadas a OCERGS, são elas: Cooperativa Mista de Agricultura Familiar de Itati. Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFIT), Cooperativa Agrícola Mostardense Ltda (COOPAM), Cooperativa Agrícola Santo Anjo (COOPERGESA), Cooperativa dos Transportadores Rodoviários de Cargas de Três Cachoeiras (COOPERTRAC) e Cooperativa de Transporte de Produtos Líquidos (COOPERLÍQUIDOS). A COOMAFIT, a COOPAM e a COOPERGESA são cooperativas do ramo agropecuário. Elas se localizam respectivamente em Itati, Mostardas e Três Cachoeiras. Enquanto a COOPERTRAC e a COOPERLÍQUIDOS são cooperativas de transporte e ambas têm a sede em Três Cachoeiras.

De acordo com a OCERGS, municípios que acolhem cooperativas possuem melhores resultados nas dimensões educação e renda, apresentam Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) superiores as médias estaduais e gerais. Atualmente, as cooperativas do litoral norte gaúcho possuem uma relevância econômica considerável para os seus

municípios. A COOMAFITT, por exemplo, apresenta faturamento acima dos R\$ 4 milhões mensais, enquanto a COOPERLÍQUIDOS apresenta uma movimentação financeira mensal de aproximadamente 3,9 milhões de reais.

Porém, esses resultados econômicos do ato cooperativo possuem desdobramentos, em especial, pelo fato de que sua posse não se concentra nas mãos de um ou poucos indivíduos, mas sim, é compartilhado entre todos os associados. Esses resultados gradativamente podem possibilitar mobilidade social e econômica através da descentralização da renda, além de, de maneira geral, contribuir para a ampliação das liberdades dos associados.

De acordo com uma abordagem de desenvolvimento para além do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deve-se considerar um desenvolver que “requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade” (SEN, 2010, p. 16) sejam elas individuais ou coletivas. O cooperativismo acolhe essa perspectiva em particular ao tratar como desafio equilibrar os objetivos econômicos e os objetivos sociais das cooperativas (SCHNEIDER; HENDGES, 2006). Sabe-se que os efeitos das articulações globais são percebidos no local, portanto, a seguir apresenta-se mais especificamente o contexto das três cooperativas escolhidas para essa pesquisa.

2.2.2 Cooperativas do Litoral Norte gaúcho lideradas por mulheres

A presença e atuação de cooperativas em uma determinada região tem representado desenvolvimento considerável, porém, ainda está muito relacionado aos índices econômicos e as questões empresariais da cooperativa, como por exemplo o número de funcionários, dados de faturamento, entre outros. Porém, pouco ainda é observado em relação aos impactos das atividades econômicas cooperativas na “expansão das capacidades humanas e na qualidade de vida” (SEN, 2010, p. 191) desses associados.

É fundamental que a região como um todo reconheça e valorize as suas potencialidades e posicione suas atividades econômicas com a devida significância. Entre as cooperativas estudadas, nota-se que foram construídas estratégias para superar as imposições externas e consolidar a sua atividade produtiva de maneira a beneficiar todos os associados. É recorrente a fundação de cooperativas em razão de adversidades e obstáculos que um grupo de pessoas enfrenta e, no litoral norte,

não foi diferente. Foi através da ação coletiva que as cooperativas buscaram sua autonomia e a cada dia tem se posicionado no mercado.

A Cooperativa Mista de Agricultura Familiar de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, (COOMAFITT) foi fundada em setembro de 2006 e hoje conta com 273 associados, dentre eles, 91 mulheres. Essa cooperativa funda-se na busca pelo comércio justo da produção de seus sócios e no respeito pelos indivíduos e meio ambiente. A organização da COOMAFITT surge dos obstáculos e pela exploração exercida pelos reconhecidos “atravessadores”. Anteriormente, esses indivíduos compravam os produtos diretamente dos agricultores para revendê-los geralmente em Porto Alegre. Eles obtinham grandes vantagens econômicas ao oferecer um valor irrisório pelos produtos, até mesmo insuficiente para cobrir as despesas de produção (SANTOS, 2017). Porém, os agricultores se sujeitavam a esse modelo de negociação, movidos pela necessidade de escoar a sua produção e a fragilidade em solucionar os entraves de comercialização. Para além da questão econômica, essa situação impactava na estima e autovalorização dos produtores, devido esse abuso externo que era alvo.

Através do ato cooperativo foi possível conquistar a autonomia e assumir a gestão da produção. Hoje, comercializa seus produtos, fornece alimentos para programas governamentais e, somente na alimentação escolar, fornece alimentos para mais de 198 mil estudantes (COOMAFITT, 2021).

Quanto a liderança das mulheres, a COOMAFITT é presidida pela atual presidenta desde a assembleia geral realizada em março de 2021. Ela já havia ocupado o cargo de vice-presidenta na gestão anterior e sua participação na cooperativa iniciou como gerente de produção, atividade que lhe possibilitou ampliar a experiência e colaborar com a expansão e desenvolvimento da COOMAFITT. O reconhecimento pelo trabalho realizado na cooperativa foi corroborado em 2021 quando da publicação da Forbes Brasil que inclui a presidenta entre as 100 mulheres mais influentes no ramo agropecuário. A lista lançada neste ano pela primeira vez no Brasil foi uma iniciativa em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Rural, estabelecido pela ONU em 1995 (ONDEI, 2021).

A Cooperativa de Transporte de Produtos Líquidos, a COOPERLÍQUIDOS, foi fundada em 2016 por 23 associados. Hoje, possui 85 associados, sendo apenas 1 mulher. De acordo com a presidenta, a frota está composta por 100 veículos com

idade média de 5 anos. A presidência da cooperativa é ocupada pela associada desde a sua fundação.

Os sócios fundadores atuavam como prestadores de serviços de forma autônoma e individual, sendo sua atividade produtiva o transporte de cargas. Porém, com mudanças de legislação a respeito de regramentos e normativas surgiram obstáculos que os impedia de seguir com suas práticas. A legislação que entrou em vigor exigia e condicionava padrões que individualmente os motoristas não estavam em condições de atender, permitindo a prestação de serviço apenas por parte de grandes empresas. Porém, ao tomar conhecimento do cooperativismo e, mais especificamente, do ramo transporte, a associada percebeu que através da união e da ação coletiva via cooperativa seria possível superar esses impedimentos e manter a atividade econômica já desenvolvida.

Após reunir os interessados e buscar ajuda com a OCERGS, a COOPERLÍQUIDOS deu início as suas atividades como cooperativa de transporte. O ato cooperativo permitiu que superassem as limitações, adequassem as suas práticas e qualificassem a sua atividade de transporte, o que hoje, lhes possibilita uma visibilidade diferenciada no segmento devido a confiança no seu modelo de negócio que busca qualificar o atendimento prestado.

A Cooperativa de consumo e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Litoral Norte Ltda, a COOPVIVA, foi fundada em setembro de 2009 e hoje conta com 66 associados, dentre eles, 19 mulheres. A presidência é exercida pela cooperada que também foi a primeira presidenta da COOPVIVA quando ela foi fundada, porém, em 2022, deixará esse cargo.

De acordo com a presidenta, a mesma forma que ocorreu como os produtores da COOMAFITT, os agricultores e sócios da COOPVIVA vivenciaram a mesma experiência de exploração por parte dos atravessadores. A pressão de um padrão externo, ditado do centro para a periferia, representado na figura do atravessador se materializava na imposição de seu modelo, seu preço e suas condições, sem valorizar e visibilizar o produtor e a produtora rural. Além disso, a presidenta relata que precisou contar com o tempo para que as pessoas se acostumassem com sua presença, referindo-se a cultura patriarcal que usualmente exclui e invisibiliza as mulheres nesses espaços – o mesmo ocorreu na COOMAFITT, ou seja, foi possível o enfrentamento de outras barreiras, como por exemplo, a questão de gênero.

No processo de fundação da cooperativa, a presença feminina era rara, nas reuniões realizadas quase sempre a única mulher era a atual presidenta. Porém, com o desenvolvimento das atividades, o grau de proximidade e confiança foram ampliados e a participação na cooperativa tem gerado expectativas entre os membros da cooperativa. Para além da segurança de comercializar os seus produtos com um preço justo, esses produtores podem planejar suas atividades, sua produção e suas economias e, assim ampliar a qualidade de suas vidas.

2.3 Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional

Inúmeras são as teorias do desenvolvimento e os elementos considerados e mensurados para designar o que é desenvolvido ou as 'outras' denominações, sejam elas subdesenvolvido, em desenvolvimento, terceiro mundo. Os conceitos e as abordagens transformaram-se ao longo dos tempos e, gradualmente, tem abandonado a perspectiva exclusivamente econômica e considerado dimensões políticas, sociais, de gênero, históricas.

A temática de gênero também se desenvolve no contexto do desenvolvimento, como já mencionado anteriormente, e a partir dos anos 1970, os estudos têm se consolidado e, cada vez mais, fica explícita a contribuição das mulheres nesses processos. Os estudos nomeados WID (Mulheres em Desenvolvimento), WAD (Mulheres e Desenvolvimento) e GAD (Gênero e Desenvolvimento) buscam erradicar as desigualdades de gênero (NANES, QUADROS, ZARIAS, 2017) e, apesar de apresentarem contradições entre si em alguns momentos, eles trazem a perspectiva de gênero para o centro das discussões sobre desenvolvimento. Embora alguns teóricos tentem reduzir a relevância das pesquisas e as identifiquem “apenas” no campo do feminismo, “feminist” or “women’s lib,” terms used by many in such a derisory manner¹⁰ (MOSER, 1989, p. 1804), caracterizando uma nova investida em desvalorizar o protagonismo das mulheres – como se elas fossem incapazes de pensar a si mesmas e sobre sua presença na esfera econômica, social e política.

De acordo com as autoras Hilkenkamp, Guerin e Verschuur (2014, p. 1), a “economia feminista denuncia há muito tempo o viés masculino nas ciências

¹⁰ “feminista’ ou ‘movimento feminista’, termos usados por muitos de maneira irrisória (MOSER, 1989, p. 1804, tradução nossa).

econômicas”, elas também pontuam programas focados no econômico que “fortaleciam a subordinação das mulheres, sua exploração e não permitiam a transformação das relações de gênero” (HILKENKAMP; GUERIN; VERSCHUUR, 2014, p. 10). Segundo Nanes, Quadros e Zarias (2017, p. 31), ainda “em muitos programas de desenvolvimento, a eficiência significa corte de gastos com políticas sociais e intensificação de uso do tempo e trabalho não remunerado feminino”, ou seja, a eficiência baseia-se em parâmetros financeiros e não observa as transformações sociais e seus desdobramentos.

Uma das pesquisadoras que se opunha a esse padrão excludente é a filósofa Nancy Fraser (2009; 2012). A autora, ao analisar a segunda onda do feminismo, elaborou reflexões significativas ao tratar sobre as facetas do capitalismo e como o movimento feminista reagiu as condições que se apresentavam, sendo essas reações elementos associados a políticas e programas de desenvolvimento. Anderson (1992, p. 4) retoma esses estudos e destaca a necessidade de ações “en beneficio de las mujeres”, visto que as existentes até então eram bastante simplistas na esfera do planejamento. A autora declara que “si queremos bien a las mujeres, nuestra obligación es reconocer a su mundo la misma complejidad que le atribuimos al masculino” (ANDERSON, 1992, p. 11). É imprescindível que as lideranças internacionais e nacionais, aqueles que formulam políticas públicas e planejamento estejam conscientes das questões de gênero e de suas necessidades e interesses específicos, “it has to be gender aware¹¹” (MOSER, 1989, p. 1802).

Caroline Moser (1989) evidencia que a ação das mulheres no desenvolvimento dos países de Terceiro Mundo não se traduz em práticas de planejamento, ela observou a ocorrência de uma visão em que as mulheres são percebidas como mães e donas de casa, sendo o homem o provedor (*breadwinner*) e, quando a mulher trabalha fora, sua atividade é auxiliar, ou seja, complementar a renda do marido. A autora identifica essa concepção com a abordagem do bem-estar, que não questiona a divisão sexual do trabalho e sujeita a mulher a uma posição passiva e receptora de assistência e benefícios.

Porém, ao analisar a realidade dessas mulheres do Terceiro Mundo, observa-se uma condição bastante distinta daquela “imaginada” pelas políticas de desenvolvimento. Na maior parte das vezes, as mulheres trabalham fora, sustentam

¹¹ “é necessário ser ciente a respeito de gênero” (MOSER, 1989, p. 1802, tradução nossa).

a família na ausência (permanente ou temporária) dos homens ou durante períodos em que estejam desempregados, elas realizam o cuidado dos filhos praticamente com exclusividade (ou seja, os pais não participam) e ainda atuam em ações comunitárias. Moser (1989) classifica as políticas de desenvolvimento em cinco abordagens que são: bem-estar, equidade, antipobreza, eficiência e empoderamento. As divergências e as inúmeras críticas encaminharam para os estudos WID que, por sua vez, resultaram em abordagens alternativas que compartilham dessa origem comum. Assim, esses estudos WID desdobram-se nas alternativas equidade, antipobreza e eficiência, e, ambas consideram o caráter ativo das mulheres nos processos de desenvolvimento. Por essa destacada característica, essas são as concepções que, nesta pesquisa, relacionamos com a teoria de Sen, visto que sua abordagem de desenvolvimento enfatiza a participação ativa das mulheres e, portanto, é nela que nos concentramos.

A abordagem WID congrega as 3 classificações já mencionadas anteriormente, as quais se diferenciam em maior ou menor escala, são elas:

- a) equidade: questiona as estruturas e, em consequência, é percebida como feminista, defende a redistribuição de poder, porém, possui dificuldades em estabelecer padrões para medir seus resultados;
- b) antipobreza: aborda a ausência de acesso a propriedade de terras e/ou moradia, além da discriminação nos locais de trabalho, ao enfatizar a distinção entre as profissões “masculinas” e “femininas”. Essa abordagem torna-se bastante questionável pois, seus programas estão focados em atividades tradicionais, “rather than to introduce them to new areas of work¹²” (MOSER, 1989, p. 1812) e por enfrentar resistência dos governos que preferem disponibilizar recursos aos “chefes de família”;
- c) eficiência: reconhece que ocorre mal uso e desperdício de 50% dos recursos humanos disponíveis ao desenvolvimento, destaca que as restrições impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial resultam em custos sociais que impactam diretamente “the use of women’s unpaid time¹³” (MOSER, 1989, p. 1813).

Já a abordagem Mulheres e Desenvolvimento (Women and Development – WAD) considera que as mulheres ainda estão na esfera das necessidades básicas,

¹² “ao invés de apresenta-los a novas áreas de trabalho” (MOSER, 1989, p. 1812, tradução nossa).

¹³ “o uso do tempo não remunerado das mulheres” (MOSER, 1989, p. 1813, tradução nossa).

“sin erigirse como agentes capaces de diseñar el tipo de desarrollo que necesitan” (RUBIO, 2003, p. 40), elas concorrem aos empregos menos qualificados, com menos salário e ainda menos reconhecimento. Nesse cenário são raras as participações em cargos políticos e de liderança. Além disso, não há questionamentos sobre o trabalho doméstico e/ou reprodutivo, “no supone una ruptura con los viejos roles domésticos” (RUBIO, 2003, p. 42)

Por sua vez, a abordagem Gênero e Desenvolvimento (Gender and Development – GAD) desenvolveu-se a partir das insatisfações com as abordagens do WID, da qual se diferencia por se deslocar para o termo gênero (mais amplo e socialmente construído), por analisar estruturas econômicas e sociais e considerar a relevância do papel do Estado. Essas duas características afastam essa abordagem da teoria de Sen, portanto, não a desenvolvemos nessa pesquisa. A abordagem GAD está relacionada a perspectiva do *empowerment*, e, “su principal objetivo es aumentar las oportunidades y capacidades de los individuos como fin último del desarrollo” (RUBIO, 2003, p. 43). Da mesma forma que os estudos WID, esse também “vê as mulheres como agentes de mudanças, no processo de desenvolvimento, e salienta a importância da organização/mobilização feminina para a conquista dos direitos” (NANES, QUADROS, ZARIAS, 2017, p. 37).

Apesar dos múltiplos propósitos e as variadas formas de alcançar seus objetivos, esse grupo de estudos “all share a similar commitment to empower women¹⁴” (MOSER, 1989, p. 1817), eles inserem as mulheres no planejamento de políticas seja no curto ou longo prazo, seja em ações práticas ou estratégicas. Na mesma lógica, Scott (1989) considera gênero uma categoria analítica fundamental para pensar mudanças e transformações e como essas ocorrem para homens e mulheres, e considera que “o gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1989, p. 23).

No Brasil e na América Latina, refletir sobre desenvolvimento implica em ponderar aspectos históricos vinculados aos processos de colonização que delegaram às sociedades um lugar de subordinação em que foi imposto todo um sistema hierárquico dominante. Saffioti (2013) elabora que existe um descompasso entre desenvolvimento político-intelectual e desenvolvimento econômico e essa

¹⁴ “todos compartilham um compromisso similar para empoderar mulheres” (MOSER, 1989, p. 1817, tradução nossa).

divergência está vinculada a imitação praticada pelos políticos e intelectuais. Desta forma, a configuração colonizadora serve de base para o capitalismo progredir visto que “los países del centro explotan y se apropian del excedente económico de los países periféricos” (RUBIO, 2003, p. 34).

Assim, os países desenvolvidos, industrializados, capitalistas tiveram a oportunidade de se estabelecer baseados na exploração dos colonizados no seu aspecto mais amplo, “cuando lo colonial se impone modifica las relaciones sociales, porque interviene directamente en la estructura de las relaciones de poder” (MIÑOSO, 2016, p. 158). Nesse sentido, não é possível naturalizar as tradicionais supremacias masculinas, brancas e colonizadoras, já que elas promovem e retroalimentam esse mesmo sistema.

A divisão sexual do trabalho é outra dimensão fundamental para questionar as perspectivas do desenvolvimento. Essa divisão é promotora de disparidades profundas, principalmente ao cristalizar culturalmente que o trabalho reprodutivo e de cuidados é próprio das mulheres, além de não ser remunerado. Ao analisar o período de transição, Silvia Federici (2017, p. 197) observa que

podemos ver o surgimento da divisão sexual do trabalho que seria típica da organização capitalista – embora as tarefas domésticas tenham sido reduzidas ao mínimo e as mulheres proletárias também tivessem que trabalhar para o mercado. Em seu cerne, havia uma crescente diferenciação entre o trabalho feminino e o masculino, à medida que as tarefas realizadas por mulheres e homens se tornavam mais diversificadas e, sobretudo, passavam a sustentar relações sociais diferentes.

Essa separação se consolida social e culturalmente e repercute nos projetos e programas de desenvolvimento. Sen (1987, p. 13) exemplifica a situação ao mencionar que “in most societies by which women do the cooking and are able to take on outside work only insofar as that can be combined with persisting as the cook¹⁵”.

Uma multiplicidade de desigualdades se desdobra por conta dos pontos apresentados – o caráter histórico, cultural, social, de gênero e do trabalho. E a abordagem do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen é escolhida para contornar as reflexões que surgem, pois, é uma perspectiva que considera muitos

¹⁵ “na maioria das sociedades nas quais mulheres cozinham e são capazes de trabalhar fora de casa somente na medida em que o trabalho possa ser combinado com a permanência como cozinheira” (SEN, 1987, p. 13, tradução nossa).

aspectos e não impõem um modelo rígido de análise, o que permite selecionar variáveis e temas e analisá-los na perspectiva do desenvolvimento humano.

Há tempos, a perspectiva de desenvolvimento com uma visão unicamente econômica, financeira, de acúmulo de bens e de maximização de lucro perdura e amplia a desigualdade social, o que em nenhuma perspectiva é vantajoso a longo prazo. As justificativas para essas práticas apresentam argumentos e articulações que explicam as suas convicções e suas prioridades, principalmente em meio a grandes crises, quando, muitas vezes, as mulheres são removidas dos seus empregos como o argumento de aliviar “as tensões geradas pelo excesso de mão de obra no mercado de trabalho, mantendo economicamente inativos imensos contingentes femininos” (SAFFIOTI, 2013, p. 106).

Esse sistema baseado no conjunto de valores daqueles que, por muito tempo, detêm riqueza e poder tem apresentado suas fragilidades e falhas e promove um cenário de desigualdade e disparidade que enfraquece qualquer economia, independentemente de ocorrer em um país desenvolvido ou naqueles considerados em desenvolvimento. Seus hábitos e práticas retroalimentam e fortalecem as estruturas e a hierarquia que os sustentam, porém, não consideram caminhos alternativos para solucionar seus problemas.

Essa lógica regida pelo mercado promove um individualismo profundo e um desejo de consumo descontrolado. Ela tende a conservar valores ultrapassados e difundidos por muito tempo nas sociedades elitistas e conservadoras, inadequados as condições atuais. Nessa perspectiva monetarista, “diferentes haveres fazem com que o campo econômico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos” (BOURDIEU, 1989, p. 135) e que a mão de obra, o trabalhador em si, seja visto como uma engrenagem do modelo de gerar riqueza para alguns, e “a sociedade humana torna-se um acessório do sistema econômico” (POLANYI, 2012, p. 81), restringindo o espaço para novas oportunidades.

Reconhece-se que nos processos de mercado “nenhum método com base em custos poderia ser executado de forma tecnicamente neutra” (GRANOVETTER, 2009, p. 55), ou seja, sempre existe a influência por parte daqueles que controlam os meios de produção e as regras do mercado. E essa influência possui fortes aspectos econômicos associados a manutenção e aumento de poder vinculado ao *status* social, uma vez que

a classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Algumas abordagens associam o desenvolvimento diretamente com a industrialização, como se esse modelo fosse adequado e desejado por todas as sociedades e que sua concepção fosse a “correta”. Nem sempre essa visão se alinha às crenças e valores dos grupos e comunidades e, conseqüentemente, não atenderá às suas necessidades e expectativas. Rubio (2003) nomeia essa visão de desenvolvimento capitalista induzido. Assim, o desenvolvimento não é acessível a todos e, equivocadamente, se estabelece uma relação de dependência e enfatiza a indústria e/ou o enriquecimento de um pequeno grupo detentor dos bens de produção e de capital.

A visão polarizada entre países industrializados e não industrializados acarreta desigualdades entre as economias e repercute nas interações sociais e até mesmo se reflete em escala regional. Ocorre uma negação do saber das culturas atrelada a supervalorização das ideias europeias e/ou norte-americanas sobre o desenvolvimento, uma “dependencia del saber y la relación centro-periferia de una matriz colonial e imperialista” (MIÑOSO, 2016 p. 148). A necessidade dos países de negociar com os países industrializados – por vezes, seus antigos exploradores, condiciona os países em desenvolvimento a submeter-se a imposições não apenas econômicas, mas, principalmente, políticas, assim, o atraso é uma condição do desenvolvimento (RUBIO, 2003). Fraser (2009, p. 22) destaca que nos países percebidos como terceiro mundo,

a neoliberalização foi imposta usando a dívida como ameaça, como um programa forçado de “ajuste estrutural” o qual subverteu todos os princípios centrais do “desenvolvimentismo” e compeliu os Estados pós-coloniais a despojar-se de seus ativos, abrirem os seus mercados e cortar gastos sociais.

Por certo que essas condicionantes impactam na vida das mulheres e alcançam desdobramentos distintos daqueles percebidos entre os homens. Não foi apenas a especialização dos processos e diferença entre trabalho agrícola e trabalho industrial que alavancaram o capitalismo, mas, principalmente o uso da força de trabalho das mulheres. Federici (2017, p. 232 e 234) menciona que

a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente 'a parte não remunerada do dia de trabalho' e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. [...] Desta forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças e desigualdades, hierarquias e divisões que separam os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos.

Nesse sentido ganha robustez as críticas direcionadas à abordagem do bem-estar que é bastante questionada por definir os homens como produtivos e as mulheres com “auxiliares”, contribuindo com a economia doméstica. Essa perspectiva não reconhece o papel ativo das mulheres e, embora alguns críticos identifiquem a teoria do desenvolvimento humano como associada ao bem-estar, destacamos o fato da abordagem de Sen defender e reforçar o papel ativo das mulheres, não apenas na economia, mas também na política. Rubio (2003, p. 40) reconhece que Amartya Sen pontua a necessidade de estudar a categoria gênero ao tratar de desenvolvimento posto que “son las mujeres pobres las más oprimidas por el capitalismo”.

As mudanças decorrentes dessa hegemonia resultam em aumento da complexidade social visto que não trata de fatores isolados na atuação dos indivíduos em uma dinâmica social. Mas sim, refletem um conceito de desenvolvimento múltiplo e que abrange todas as esferas da vida dos indivíduos, destacando aqui, as mulheres.

Sen (1987, p. 4) considera que

Development analysis cannot really be divorced from gender categories and sex-specific observations. It is, however, difficult to translate this elemental recognition into practice, and to find an adequate framework for the use of gender categories and sex-specific information in social analysis¹⁶.

Não convém pensar as relações econômicas sem considerar aspectos subjetivos que conduzem as ações dos agentes sociais, suas motivações, seus desejos, seus afetos e desafetos, sua confiança ou desconfiança nas atividades que realiza. Para tanto, utiliza-se a teoria das liberdades de Sen (2010) já que se

¹⁶ “Análise do desenvolvimento não pode ser divorciada das categorias de gênero e observações específicas de sexo. No entanto, é difícil traduzir esse reconhecimento elemental em prática e encontrar uma estrutura adequada para o uso das categorias de gênero e informações específicas por sexo em análise social” (SEN, 1987, p. 4, tradução nossa).

distingue de abordagens tradicionais pelo uso de variáveis subjetivas e reconhece a categoria de gênero.

Os estudos de equidade relacionados a abordagem Mulheres no Desenvolvimento enfatizam a atuação da mulher e lhe atribuem uma participação ativa no processo de desenvolvimento. Sen (2010) também defende e evidencia essa atuação dos indivíduos e considera que as mulheres devem ter acessos e oportunidades. E, embora não questione as estruturas hegemônicas e acumuladoras de bens e capital, inclusive um alvo de críticas em relação a sua teoria, apresenta argumentos que possibilitam brechas para questionar esse sistema.

Alguns autores criticam as propostas de Amartya Sen. Mendonça (2012), por exemplo, argumenta que as propostas senianas são insuficientes para solucionar as desigualdades e não ameaçam os objetivos capitalistas. Para o autor, “o liberalismo igualitário foi ainda mais desenvolvido a partir da contribuição de Amartya Sen” (MENDONÇA, 2012, p. 69). Outro aspecto que propicia críticas para a teoria do indiano é a ausência de menção aos conceitos de poder (OLIVEIRA, 2007) que, inclusive, são estruturantes das desigualdades, tanto entre países – desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido – quanto entre indivíduos e suas classes sociais, gênero, etnia. O fato de não definir um esquema ou estrutura de análise com indicadores predefinidos e instruções que orientem a forma de aplicar a sua teoria é mais um alvo dos seus críticos, considerando que é uma abordagem que se aplica a algumas áreas do conhecimento, restaria uma lacuna a ser preenchida por essa “fórmula”.

Mastrodi (2011) contextualiza a escrita de Amartya Sen no tempo e lugar em que ocorre, algo relevante e que certamente impacta nas propostas do autor ao sugerir alternativas aceitáveis ao invés de mudanças radicais. Essa observação refere-se à atuação do indiano como consultor junto à ONU e que possui estrita relação com suas pesquisas cujas descobertas resultaram em sua abordagem do desenvolvimento como liberdade. Assim, é possível que sua inserção nesses espaços institucionais não tenha propiciado, ou até mesmo favorecido, uma postura mais combativa. Existe o questionamento da pobreza e da miséria, mas não um confronto enfático com os promotores dessa assimetria, não há enfrentamento a essência do capitalismo que, segundo Mastrodi (2011, p. 14),

está na acumulação do produto social pelos detentores dos meios de produção de riqueza, sem nenhum interesse na distribuição/transferência de parte desses recursos às classes subalternas, dentre outros motivos, porque isto retiraria a competitividade de sua atividade econômica, gerando redução da produção social global.

Neste aspecto, segundo o autor, a liberdade, como proposta por Sen (2010), não se opõe a essa acumulação de bens e capital, mas sim, remete “diretamente à capacidade individual para enfrentar determinada situação de carência” (MENDONÇA, 2012, p. 69), mesmo que essa privação seja promovida por essa concentração de capital. Aqui, concorda-se que não podemos reincidir no reducionismo de perceber liberdade como “poder escolher”, mas devemos verificar, questionar e transformar as condições em que essas liberdades se constituem.

Porém, apesar das críticas, considera-se que a abordagem desenvolvida por Amartya Sen ainda propicia elementos significantes para pensarmos o desenvolvimento de uma forma que integre dimensões fundamentais na vivência humana, principalmente por se aproximar da abordagem WID ao considerar a atuação ativa dos agentes, no caso, as mulheres. A teoria do desenvolvimento, como proposta por Sen, enfatiza o indivíduo e, nesse caso, iremos complementar as reflexões ao inter-relacionar com o movimento cooperativista que se caracteriza pelo coletivo de suas organizações, sendo possível até mesmo apresentar resultados além dos prospectados.

A perspectiva elaborada por Sen (2010) enfatiza que são as múltiplas liberdades que caracterizam o desenvolvimento. O autor apresenta cinco tipos de liberdades substantivas que são “políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora” (SEN, 2010, p. 25). Essas liberdades não são totalmente independentes, mas sim ocorre uma complementaridade entre elas que, por sua vez, ampliam as capacidades e resultam em desenvolvimento de forma mais ampla e justa.

A participação política, a oportunidade de se representar e se fazer ouvir é imprescindível para o desenvolvimento, “o exercício da liberdade é mediado por valores que, porém, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação” (SEN, 2010, p. 24). O direito a opinar publicamente, ouvir e ser ouvida permite, inclusive, que as mulheres se mobilizem para modificar discussões públicas que lhes dizem respeito e em que suas opiniões devam ser consideradas.

Portanto, poder opinar e se manifestar já constitui uma liberdade, inclusive promotora das demais, e está vinculada tanto a autonomia dos indivíduos, a autonomia em decidir participar de uma entidade cooperativa, quanto a própria autonomia da cooperativa na sua atuação social e econômica, sempre conforme as suas motivações, os seus valores. Destaca-se o fato que no Brasil, o direito de se manifestar publicamente foi amplamente cerceado, em especial nos períodos em que a democracia esteve suspensa, acrescenta-se ao contexto brasileiro que o direito das mulheres de votar e ser votada, ainda não completou 100 anos¹⁷. E, apesar de constituir 51,33% da população do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2020a), as mulheres ainda possuem pouca representatividade nas posições de liderança.

Em Desenvolvimento como liberdade, Sen (2010) argumenta que as liberdades substantivas não são um fim em si mesmas, são meios para que as demais se estabeleçam. A facilidade econômica não se resume a acumulação de riqueza, mas sua utilidade “está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter” (SEN, 2010, p. 28), seja no acesso ao crédito ou a simples possibilidade de possuir uma conta em instituição de crédito em seu próprio nome. Já as oportunidades sociais são facilmente percebidas quando em face da privação de acesso, crianças são impedidas de estudar e forçadas ao trabalho, população negra que por décadas foi barrada da escolarização e demais direitos civis, mulheres impedidas de estudar e/ou de trabalhar fora de casa, mulheres impossibilitadas de acessar créditos e financiamentos, acesso a serviços de saúde, inclusive preventivos.

A garantia de transparência por sua vez está relacionada a governos democráticos, processos eleitorais justos, imprensa livre de censura. Porém, mesmo nessas circunstâncias ainda é possível deparar-se com “falta de participação pública na averiguação dos procedimentos financeiros e empresariais” (SEN, 2010, p. 241),

¹⁷ As mulheres foram consideradas eleitoras apenas em 1932 com o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que definia como eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo (...)”. Anteriormente, inúmeras foram as discussões que sempre colocavam as mulheres em posição infantilizada, considerava-se que a sua educação formal devia ser reduzida vinculando a ‘natureza’ feminina como pertencente exclusivamente ao espaço doméstico. Após, surge a condição de votante apenas àquelas que exercessem profissões com títulos científicos ou professoras. Em 1927, no Rio Grande do Norte, ocorre a solicitação de Lamartine para emendar a Lei Eleitoral do Estado. Porém, o Senado não apurou os 15 votos femininos realizados em 1928. O livro Ideologia e feminismo de Branca Moreira Alves (1980) narra a ocorrência do voto de 3 mulheres em 1906, em Minas Novas, Minas Gerais. Mas a tradição da supremacia masculina em relação ao sufrágio feminino somente foi superada no Código Eleitoral de 1932 (BRASIL, [2020?]).

o que pode ampliar a ocorrência de corrupção. E, a segurança protetora permite rever e questionar o desenvolvimento em Estados não democráticos, visto que essa liberdade é “o papel preventivo da democracia” (SEN, 2010, p. 240), cujos resultados políticos propiciam benefícios que os incentivos econômicos não poderiam promover. Para Sen (2010),

a própria proteção contra a fome, epidemia e destituição acentuada e súbita constitui um aumento da oportunidade de viver bem e com segurança. A prevenção contra crises devastadoras, neste sentido, é parte integrante da liberdade que as pessoas com razão valorizam (SEN, 2010, p. 245).

Nesse sentido, pode-se afirmar que para além do caráter econômico e quantitativo, é muito pertinente considerar o desenvolvimento social dos indivíduos pois, somente assim, eles irão atuar de forma efetiva na sociedade promovendo e buscando oportunidades que atendam às suas demandas e valores sociais. É fundamental considerar que acessos à educação e saúde, por exemplo, ampliam o desenvolvimento e não devem ser percebidos como exclusividade de países desenvolvidos. Os cidadãos precisam conhecer os seus direitos e colocá-los em prática para superar dificuldades que venham a obstruir sua fruição. Eles devem aproveitar as poucas situações de questionar e enfrentar o *status quo*, visto que “os cidadãos comuns têm pouca oportunidade política para expressar suas opiniões sobre a questão e muito menos para contestar as afirmações feitas pelos detentores do poder” (SEN, 2010, p. 199).

Considerando esse aspecto, é incoerente permanecer pensando o desenvolvimento unicamente com base nos números do Produto Interno Bruto, na média salarial da classe trabalhadora, na taxa de abandono do ensino regular, entre outros. Sem a devida análise e ponderações pertinentes, os valores do PIB não definem desenvolvimento e nem apontam soluções, tornam-se apenas dados que - inclusive - podem ser utilizados para fins diversos daqueles para os quais foram coletados. Essa reflexão conduz para a necessidade de uma abordagem que contemple fatores não somente objetivos, mas também subjetivos, como a elaborada por Amartya Sen.

Para melhor exemplificar as liberdades substantivas conforme a teoria do desenvolvimento como liberdade, apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 2 – Liberdades Substantivas

Liberdades Substantivas	
Oportunidades Sociais	Facilidades Econômicas
<p>Liberdade de acessar os sistemas educacionais e de saúde.</p> <p>Permissão/habilitação para dirigir.</p> <p>Essa liberdade relaciona-se diretamente com as liberdades políticas e econômicas visto que sua privação impede acessar participação em outras instâncias.</p>	<p>Liberdade de uso de recursos econômicos com objetivos de consumir, produzir ou trocar.</p> <p>Acesso ao crédito e a financiamentos, inclui o microcrédito.</p>
Liberdades Políticas	Garantias de Transparência
<p>Liberdade de votar e ser votado, de escolha de seus governantes e de seus partidos políticos, de fiscalização e de questionamento das autoridades.</p> <p>Gozam de liberdade de expressão e a imprensa está livre de censura.</p>	<p>Baseia-se em relações sociais pautadas por pela legalidade.</p> <p>Liberdade fundamental para inibir a corrupção, a irresponsabilidade social e atos ilícitos, principalmente na esfera pública.</p>
Segurança Protetora	
<p>Liberdade responsável por disponibilizar auxílios e benefícios aos que estejam em vulnerabilidade social, situação de desemprego, entre outras situações. Compreende disponibilidade de alimentos, abrigos ou moradias temporárias e empregos emergenciais.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora a partir da obra de Sen (2010).

Essa abordagem considera vários fatores que contribuem com o combate à desigualdade – particularmente as vivenciadas pelas mulheres nas inúmeras experiências que sua vida proporciona –, uma percepção plural que planeje para a maioria da população. “Uma abordagem adequada do desenvolvimento não pode realmente concentrar-se tanto apenas nos detentores do poder” (SEN, 2010, p. 317), mas sim oferecer condições para que se modifiquem as relações de poder.

Nesse aspecto, é necessário gestar um desenvolvimento que considere múltiplos aspectos como oportunidades de trabalho digno, acesso à saúde, garantia aos direitos humanos e justiça social, que rejeite as articulações de exclusão e o aprofundamento das desigualdades, em especial para as mulheres. Essa perspectiva encontra um sentido na definição de Sen (2010) ao expressar que o desenvolvimento compreende “um processo de eliminação das privações de liberdades e de ampliação das liberdades substantivas de diferentes tipos que as pessoas têm razão para valorizar” (SEN, 2010, p. 119). Não é raro verificar que

essas privações constituem o cotidiano de muitas mulheres, o que evidencia a pertinência de considerar a temática de gênero ao refletir sobre desenvolvimento.

Portanto, é importante utilizar todos os recursos e ferramentas que estejam disponíveis para ampliar o desenvolvimento de forma a reduzir as desigualdades, ampliar as liberdades da população e, mais especificamente das mulheres, lhes proporcionando qualidade de vida e satisfação através de sua atividade produtiva ou reprodutiva, se esse for o seu desejo.

2.3.1 Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento no Litoral Norte gaúcho

As diferentes características regionais, em especial em um país tão plural como o Brasil, precisam ser consideradas ao se analisar aspectos da sociedade que necessitam de observação detalhada e, conseqüentemente, que são alvos de planejamento de transformações. Assim, para identificar um desenvolvimento que reduza as desigualdades e oportunize melhores escolhas para o maior número de pessoas, deve-se considerar os aspectos regionais e locais.

Os processos de desenvolvimento de escala nacional, em sua maioria, resultam em inúmeras ações, políticas e/ou práticas culturais que promovem apenas o desenvolvimento econômico e mantêm o controle e o domínio centrado sempre nas mãos de uma minoria, o que impede um desenvolvimento ampliado. Assim, para desenvolver de forma mais igualitária uma região é imprescindível “disminuir la concentración económica y las desigualdades espaciales” (PÁEZ, 2018, p.120), seja através da educação gratuita e de qualidade, seja pelo acesso aos cuidados com a saúde, moradia digna, seja através de “generar empleo y agregar valor a la producción a nivel local” (PÁEZ, 2018, p.120).

No Estado do Rio Grande do Sul foi implementada a estratégia dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, os COREDEs. A política, que iniciou na década de 1990, buscava articular a população em geral com a administração pública no planejamento de ações que promovessem o desenvolvimento regional, ou seja, respeitando os pontos fortes e dirimindo as fragilidades. Por apresentar uma ampla diversidade sócio-econômico-ambiental, o Estado está organizado em 28 Conselhos Regionais, e o COREDE Litoral é um deles (FORGIARINI, *et al.* 2015; RAMBO; VIANNA, 2020).

O COREDE Litoral é composto por 21 municípios que são: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra d'Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá. Como já mencionado anteriormente, a população é de aproximadamente 354.204 habitantes (RIO GRANDE DO SUL, 2020a). Desse total, 74.763 habitam os municípios que congregam as cooperativas analisadas, sendo que 61,8 % são habitantes do município de Osório, o terceiro município mais populoso do COREDE Litoral. A população feminina é de 180.017, ou seja, 50, 82% da população total, no recorte dos municípios as mulheres somam 37.850 habitantes.

A economia da região apresenta “grande participação do setor de Serviços e da Construção Civil, especialmente nos municípios que constituem centros de turismo sazonal, o que atrai grandes contingentes de trabalhadores” (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 15). Em 2012, O COREDE Litoral era a região com o segundo menor PIB per capita entre todos os 28 COREDEs. Já em 2019, o PIB per capita em Osório é de R\$ 36.828,12 e Três Cachoeiras de R\$ 24.496,05, enquanto em Itati é de R\$ 31.459,73, Terra d'Areia R\$ 21.649,16 e Três Forquilhas é de R\$ 21.516,96 (IBGE, 2017).

A média dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do COREDE Litoral, em 2010, era de 0,71, caracterizando um valor menor do que os índice médios do Estado (0,787 em 2017) e do país (0,778). O IDH do município Osório é de 0,751 e Três Cachoeiras 0,718, já os municípios de Itati, Terra d'Areia e Três Forquilhas oscilam entre 0,662 e 0,689 (IBGE, 2017), todos classificados abaixo da média estadual.

Quanto ao IDESE, o COREDE Litoral perdeu posição entre os municípios gaúchos. Em 2007, estava em décimo oitavo, mas, em 2013 ocupava a vigésima terceira posição do melhor IDESE do Rio Grande do Sul. Além disso, nos anos observados, o IDESE do COREDE Litoral permaneceu inferior ao COREDE do Rio Grande do Sul (CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL, 2017).

De acordo com o Perfil socioeconômico do COREDE Litoral, a região apresenta baixas taxas de matrículas tanto na pré-escola quanto no Ensino Médio, os dados relativos ao Ensino Médio colocam a região na penúltima posição no

Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2015), ou seja, os estudantes abandonam o ensino formal antes do ingresso no Ensino Médio. Outro fator observado na região são as taxas de mortalidades que são superiores as médias estaduais. Além disso, a região conta com apenas 6 hospitais públicos (Capão da Canoa, Mostardas, Osório, Torres, Tramandaí e Palmares), condição que exige que recorra aos atendimentos especializados na capital Porto Alegre. Esse conjunto de dados qualifica a região com uma das menos desenvolvidas no Rio Grande do Sul.

Devido aos temas inter-relacionados nessa pesquisa é importante relatar que o COREDE Litoral (2017) através de seu Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Litoral do Rio Grande do Sul, publicado em maio de 2017, não apresenta nenhum projeto em sua cartela que priorize e/ou identifique mulheres como público-alvo. Apenas o projeto Reconhecimento, Visibilidade e inclusão das Comunidades Quilombolas define entre seus objetivos o estabelecimento de políticas públicas para jovens e mulheres. Esse planejamento possui como marco limite o ano de 2030 e, apesar das inúmeras políticas e movimentos de inclusão das mulheres – globais e nacionais, percebemos que esse viés está ausente e/ou invisibilizado no referido Plano Estratégico.

2.4 O Encontro entre as mulheres e o cooperativismo em busca de desenvolver

A conjunção entre mulheres e cooperativismo pode resultar em reflexões e questionamentos fundamentais para valorizar ambos e, principalmente, reconhecer as suas contribuições para o desenvolvimento. A inter-relação entre essas temáticas pode desencadear transformações significativas e profundas e impactar na forma de perceber as estruturas que sustentam os sistemas socioeconômico, histórico e cultural em que nos relacionamos.

Essas temáticas podem e devem inspirar umas às outras em busca de condições mais equitativas, plurais, diversas e satisfatórias. É inegável que convivemos em um cenário capitalista e que o capital ainda é meio de acessar as condições básicas de vivência, porém, é necessário considerar que mesmo nesse contexto existem alternativas menos exploratórias e que valorizam as potencialidades de cada um.

No cenário de crise vivenciado em decorrência da pandemia do COVID-19, algo que tem se destacado mundialmente são as posturas adotadas pelos países

governados por mulheres. Destacam-se Nova Zelândia, Islândia, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Noruega e Taiwan. De acordo com a pesquisadora Janaína Mendes (2020, online),

‘Coincidentemente’, estes sete países são governados por mulheres e seis deles ocupam as primeiras posições entre os 144 do ranking do Relatório global sobre igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial (FEM). Tal fenômeno pode ser explicado pela intimidade que, infelizmente, as mulheres tem com a desigualdade.

Podemos identificar que a liderança de mulheres permite uma ação mais ampla e estabelece governos mais democráticos. Acrescenta-se a esse fato, as recentes pesquisas que pontuam baixos índices de desenvolvimento entre países que possuem governos patriarcais. Uma dessas pesquisas é apresentada pelo *The Economist* (2021), em cuja publicação evidencia que os países mais instáveis e mais pobres são aqueles que tratam as mulheres com mais desigualdade. Baseados em uma cultura tribal, as linhagens são masculinas, passando de pai para filho, já as filhas não podem escolher seu marido, não podem andar sozinhas na rua e são “avaliadas” pela habilidade de dar à luz filhos homens.

Para além da desigualdade entre homens e mulheres, esses países também vivenciam cenários violentos de disputa de territórios, principalmente nas áreas rurais. A noção familiar vivenciada pelos clãs também resulta num enfraquecimento do Estado e acaba por culminar em corrupção na primeira oportunidade. Segundo a pesquisa, o patriarcalismo anda de mãos dadas com a pobreza, o que impacta diretamente na vivência das mulheres.

Assim, fatores que impactam no desenvolvimento econômico como capital, renda e trabalho permanecem sendo pontuados. Porém, é necessário que sejam acompanhados de aspectos mais específicos que questionem as estruturas hierárquicas mantenedoras de desigualdades, sem os quais o desenvolvimento integral e ampliado não irá acontecer.

Desta forma, é quase unânime que o conceito de desenvolvimento não deve mais compreender unicamente um viés econômico, mas sim, que necessita considerar e respeitar diversos aspectos da vida em sociedade que se relacionam com uma vida livre de privações e que promova certa satisfação às pessoas. Em especial, as mulheres, já que elas vivenciam as desigualdades e injustiças de maneira direta. Considera-se que esse objetivo pode ser buscado através da

participação nas cooperativas, visto que segue o princípio da adesão voluntária e livre, o qual possibilita oportunidades de qualidade de vida, desde que não se guie por concepções estruturais de uma suposta supremacia masculina.

A ação cooperativa possibilita uma atuação econômica sem necessariamente ocorrer via emprego, ou seja, não existe a relação patrão-empregado baseada na mais valia. Ela permite a prática econômica sem necessitar de um vínculo empregatício, situação essa contrária ao que Mendonça (2012, p. 71) pontua ao afirmar que “não há possibilidade de inserção no sistema que não seja através do emprego”, desconsiderando e/ou ignorando o sistema cooperativo.

Porém, as cooperativas são organizações que podem reforçar aspectos desiguais e de dominação ao reforçar as regras e estruturas com base no sistema patriarcal, mas, também são instituições capazes de possibilitar alternativas de desenvolvimento coletivo, através do trabalho dos indivíduos, principalmente, da ação autogestionada pelos seus membros. E, é nessa possibilidade de geração de renda, redução de desigualdades e aumento de oportunidades que gostaríamos de concentrar.

As cooperativas podem contribuir no gerenciamento de situações problemáticas e de crises se estiverem dispostas a superar as tensões – estruturais e patriarcais – que retardam o progresso econômico e social. São instituições que se adaptam para manter a confiança dos seus associados e superar limitações, de forma coletiva. As cooperativas atuam para garantir serviços e produtos, sejam alimentos, saúde, logística, energia elétrica¹⁸. A capacidade de operar em colaboração, tomar decisões em conjunto, estabelecer regras e negociar alternativas faz parte da origem e da permanência do sistema cooperativista no mundo, ao mesmo tempo em que caracteriza um desafio.

As condições e características de uma região permitem, facilitam ou reduzem as probabilidades de determinada ação socioeconômica, uma cooperativa, por exemplo, e, “dependendo das diferenças regionais na estrutura da economia nacional, essa demanda irá variar significativamente tanto em termos quantitativos como qualitativos (CHAYANOV, 2017, p. 122). Considerando as mulheres em

¹⁸ As instabilidades financeiras acrescidas do colapso da saúde desencadeada pela COVID-19, provocaram uma instabilidade que desencadeou encerramento de atividades de inúmeros estabelecimentos e um aumento vultoso da taxa de desemprego. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) COVID-19, em setembro de 2020, 14 milhões de brasileiros e brasileiras estavam desempregados (IBGE, 2020).

regiões específicas, elas possuem necessidades distintas, como por exemplo, possuir carteira de habilitação para se deslocar no veículo da família. Para quem vivencia limitações de transporte é uma necessidade, enquanto que, aquelas que possuem acesso à transporte público seguro, de qualidade e nos horários que atendam suas demandas, não percebem da mesma forma.

Nesse cenário, as mulheres formam o grupo de indivíduos que mais vivenciam as diferenças sociais e sua trajetória é marcada por diversos acontecimentos que as posicionam num patamar de dificuldades e restrições, quando não de inferioridade. Assim, a participação na cooperativa pode proporcionar que elas desenvolvam as suas capacidades pois a “instituição cooperativa está a serviço das pessoas e não o contrário. Os sete princípios do cooperativismo, não são um fardo, são orientadores da função social desta sociedade de pessoas e não de capital” (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p. 31). Mesmo aquelas que ainda não participam como associadas da cooperativa podem/poderiam se beneficiar de ações que buscam o interesse pela comunidade.

Frente aos objetivos dessa pesquisa, é fundamental verificar se de fato as cooperativas investigadas estão alinhadas as orientações e recomendações gerais do cooperativismo. É necessário confirmar se as cooperativas incentivam a participação das mulheres, valorizam a sua atuação no desenvolvimento econômico e social e buscam reduzir as desigualdades que essas possam vivenciar.

Pensar alternativas e transformações que promovam desenvolvimento atravessa as condições globais, e, principalmente, as características regionais. As desigualdades são percebidas amplamente, porém, elas de fato são vivenciadas local e regionalmente. Theis (2019, p. 351) considera que

assim, o fato da existência de desigualdades (sociais, econômicas, políticas...) entre regiões é o que convidaria a agir em favor de desenvolvimento regional, vale dizer, de uma redução nas disparidades regionais.

Os estudos que utilizam a concepção de desenvolvimento regional distinguem-se por delimitar, recortar um espaço específico para realizar as suas análises. Segundo os autores Corrêa, Silveira e Kist (2019, p. 7),

conceitualmente, praticamente, não há distinção entre desenvolvimento de uma nação ou desenvolvimento de uma região, no entanto, as explicações

para um e outro caso podem ser distintas, por conta de uma questão de escala, das características socioespaciais e da historicidade diferencial dos territórios, ou mesmo de autonomia administrativa.

Por meio da abordagem das liberdades proposta por Sen (2010) é possível observar esse acirramento das desigualdades, principalmente pela hegemonia dos aspectos econômicos praticados (CORRÊA; SILVEIRA; KIST, 2019). Essas diferenças são perceptíveis, pois, “em cada região, a provisão de meios de produção é, quantitativa e qualitativamente, diferenciada, assim como é diferenciada a produtividade de sua força de trabalho” (THEIS, 2019, p. 354). Esse fato verifica-se no litoral norte gaúcho, onde o desenvolvimento econômico e social não se define pela industrialização, avanço tecnológico ou modernização. A população acima de 60 anos tem sido proeminente nos municípios da região¹⁹, aproximadamente 67 mil habitantes, ou seja, 19% da população total, o que caracteriza uma parcela considerável de idosos que, muitas vezes, migram para o litoral em busca de qualidade de vida e tranquilidade. Esses dados permitem inferir e relacionar que uma parcela considerável da população local prioriza iniciativas de desenvolvimento menos predatórias, visto que a maior deles migram de localidades mais populosas e industrializadas. Embora outra parte da população ainda esteja limitada a ideia de desenvolvimento na perspectiva do veranista, do setor da construção civil, sem considerar e priorizar as questões ambientais e as pessoas que residem permanentemente nos municípios.

Cada região possui as suas potencialidades e pode se desenvolver conforme as suas disponibilidades e particularidades. As cooperativas podem auxiliar nessa dinâmica ao atuar como “instituição situada entre a lógica liberal e a lógica coletiva e que pode ser um complemento a primeira, reduzindo os custos sociais, colaborando para o desenvolvimento regional” (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018, p. 32).

Páez (2018, p. 120) defende a necessidade de “favorecer el asociativismo y mejorar las condiciones de vida y de producción de los pequeños y medianos productores” para em um planejamento de desenvolvimento regional “para desarrollar cadenas de valor regionales que integren al sector primario, la industria y

¹⁹ No Rio Grande do Sul, a população com 60 anos ou mais totaliza 18,2%, enquanto a população acima de 80 anos está estimada em 312.814. Os municípios do Litoral Norte não constam entre os 10 municípios com maior número de pessoas idosas, porém a estimativa recorta apenas municípios com mais de 20 mil habitantes, ou seja, apenas Capão da Canoa, Imbé, Osório, Torres e Tramandaí são considerados. Enquanto isso, outros 11 municípios, apresentam individualmente mais de 20% de sua população na faixa etária dos idosos (RIO GRANDE DO SUL, 2020a).

los servicios, aprovechando los recursos naturales y las potencialidades de los territorios” (PÁEZ, 2018, p.121).

De acordo com essa abordagem, o desenvolvimento deve agir para reduzir as desigualdades, seja na região, ou em relação a outras escalas com as quais articula. As desigualdades sociais de renda, de gênero e classe, tendem a reduzir as oportunidades e, conseqüentemente se afastam do desenvolvimento amplo. A mobilização para reduzir a desigualdade entre mulheres e homens produz grandes transformações e diminui os desequilíbrios tão visíveis em nossa sociedade.

A desigualdade resulta de um processo de dominação que se desenvolveu por muito tempo e até por vezes é naturalizado. Nesse sentido, é necessário destacar a relevância dos movimentos de lutas sociais visto que essas “lutas que são múltiplas e diversas, como são múltiplas e diversas as formas de exploração, dominação e exclusão provocadas pelo capitalismo” (ACOSTA, 2016, p. 155), e são conectadas com as necessidades e demandas de cada região, bem como as suas potencialidades de reverter as desigualdades.

A desigualdade visível é produto, marca característica de um desenvolvimento focado no acúmulo de capital e renda, de concentração sob os bens de produção que percebe a sociedade apenas como força de trabalho e/ou consumidores. Em relação a desigualdade entre mulheres e homens, cada dia mais as mulheres buscam seus direitos – suas liberdades, são “mulheres conscientes dos jogos de poder nos quais estão envolvidas – depende o lugar ao sol, ao qual damos o nome de cidadania” (TIBURI, 2018, p. 92).

Acosta (2016, p. 123) reflete que:

foi necessário que ao longo da história se reconhecesse “o direito a ter direitos”, e isso se obteve sempre com esforço político para mudar as visões, os costumes e as leis que negaram esses direitos. Não deixa de ser curioso que muitas das pessoas que se opõem a uma nova ampliação de direitos não tenham pudor em aceitar que se concedam direitos quase humanos a empresas – o que é uma grande aberração.

Nessa perspectiva, é recorrente pensar nas desigualdades que marcam e caracterizam as regiões. Inúmeros são os elementos que conduzem para uma sociedade marcada pelas desigualdades, sejam elas evidentes ou veladas, chocantes ou naturalizadas.

O processo de colonização vivenciado pelos países latinos é caracterizado pela desigualdade estabelecida pelo colonizador que se auto intitula detentor de conhecimento e condiciona o colonizado numa perspectiva de ignorante. Butzke *et al.* (2020b) pontuam que “muito do que se produziu e se praticou em nome do desenvolvimento da América Latina e no Brasil tem orientação eurocêntrica, masculina, hetero-patriarcal e branca” (BUTZKE, *et al.*, 2020b, p. 114). Apesar das inúmeras transformações sociais, culturais e econômicas, ainda ressurgem as insígnias daqueles que se sentem no direito de exercer domínio sobre o outro ou a outra.

A estrutura de dominação também se manifesta em relação às mulheres, quando homens se consideram proprietários das mulheres e/ou crianças – exemplo dos países como Iraque, Nigéria, Qatar, citados pela pesquisa do *The Economist* (2021), quando se sentem confortáveis em impor a sua vontade, insensíveis ao dano que pode causar à outra pessoa, “os homens da classe dominada funcionam, pois, como mediadores no processo de marginalização das mulheres de sua mesma classe da estrutura ocupacional” (SAFFIOTI, 2013, p. 123). A onda de violência contra a mulher com seus índices em crescimento, durante o isolamento social provocado pela pandemia COVID-19, sinaliza que a luta das mulheres e os feminismos mantêm os seus objetivos pois “visa à superação de um estado social injusto e que não teme desaparecer depois que tenha cumprido sua função histórico-social” (TIBURI, 2018, p. 44).

Nesse cenário, as liberdades substantivas contribuem ao desenvolvimento na forma mais ampla possível, sem restringir participações, e, “a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento das rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais [...] que o crescimento econômico pode possibilitar” (SEN, 2010, p. 61).

Forgiarini, Alves e Mendina (2018, p. 32) afirmam que “a eficácia das cooperativas [...] é um meio de gerar desenvolvimento regional, no escopo de desenvolvimento sustentável”. Essa afirmação tem sua base no fato de que, em geral, os associados das cooperativas são pessoas da própria região e que não iniciam sua organização sob negociações e isenções fiscais. Pelo contrário, é recorrente a constituição de cooperativas como resultado de adversidades e diversas restrições da atividade produtiva e/ou de trabalho dos associados os quais encontram na organização cooperativa uma alternativa as dificuldades enfrentadas (SCHNEIDER; HENDGES, 2006) e seus resultados ultrapassam os limites da

cooperativa e repercutem na sociedade. Inclusive, foram as restrições o elemento motivador da criação das três cooperativas analisadas nessa pesquisa.

Além disso, a ação de equidade entre homens e mulheres e seu trabalho conjunto na cooperativa deve ocorrer de forma mais equilibrada, sendo esse um dos fatores que evidencia o desenvolvimento regional e que possibilita que se compartilhe da capacidade de transformação articulada pelas mulheres no gozo de uma vida satisfatória e livre de privações.

Ainda é necessário desejar e reivindicar condições mais justas e dignas, seja no aspecto, social, familiar, profissional. E, mesmo que esses objetivos sejam considerados utópicos é urgente buscar um viver menos desigual. Ao concluir suas reflexões sobre o desenvolvimento regional, Theis (2019, p. 351) considera a necessidade tanto de noções mais concretas quanto utópicas e que percebam e contemplem diversos aspectos, dentre eles, a presença das mulheres, pois, “não existe apenas um remédio para as disparidades regionais”.

Desta forma, em relação aos anseios das mulheres, é bem possível que elas também sejam identificadas como sonhadoras, por almejar experienciar uma vivência livre de restrições. Soma-se o objetivo de realizar sua atividade econômica de modo justo. Chayanov (2017, p. 291) afirma que “podem surgir períodos críticos no decorrer de nossa vida econômica, quando a única salvação residirá na capacidade consciente, ou talvez espontânea, de resistência entre as massas engajadas no sistema cooperativo”.

Para verificar essas condições, a seguir são apresentados os dados coletados nos questionários e nas entrevistas realizadas.

3 AS MULHERES COOPERADAS DO LITORAL NORTE TEM AMPLIADO SUAS LIBERDADES?

Nessa pesquisa buscamos identificar o perfil socioeconômico das mulheres associadas às cooperativas e como elas percebem as oportunidades sociais e as facilidades econômicas, apresentar avanços e obstáculos vivenciados ao participar da cooperativa, além de identificar qual a percepção sobre a participação das mulheres no cooperativismo e os reflexos sobre o desenvolvimento.

A seguir, apresentamos elementos resultantes dos questionários aplicados e das entrevistas realizadas que permitem refletir em que medida a ação cooperativa realizada na COOMAFIT, COOPVIVA e COOPERLÍQUIDOS contribui para uma vida livre de privações e que proporcione satisfação às mulheres associadas.

3.1 O perfil socioeconômico das mulheres cooperadas

As questões de 01 a 28 são as que possibilitaram definir o perfil socioeconômico das associadas. As questões trataram sobre educação, renda, bens, saúde, atividades domésticas, busca por informações e atividades extras.

Das 18 respondentes, uma é associada da COOPERLÍQUIDOS, cinco da COOPVIVA e 12 da COOMAFIT. Das respondentes, sete residem no município de Itati, cinco em Osório, uma em Três Cachoeiras e cinco em Três Forquilhas. Nos anos de 2020 e 2021, três das cooperadas ingressaram nas cooperativas, seis delas no período de 2015 a 2017, quatro estão na cooperativa desde sua fundação tendo ingressado em 2009, enquanto duas mulheres ingressaram em 2011. Não souberam precisar o início de sua participação, quatro das respondentes.

A faixa etária das cooperadas é bastante variável, duas delas estão com 19 anos, uma com 22, na faixa entre 28 e 29 encontram-se três mulheres. A maior concentração está naquelas entre 30 e 32 anos, com cinco associadas, uma das respondentes possui 36 anos e três delas estão entre 41 e 45 anos. Com idades acima dos 50 anos, encontramos três cooperadas cujas idades variam entre 51 e 56 anos.

Em relação a posse da propriedade, mais especificamente sobre a presença do nome das associadas como proprietárias das terras e/ou bens vinculados a

atividade produtiva da cooperativa, cinco responderam que sim, enquanto 10 informaram que não. Já, três delas deixaram de responder.

A questão seis refere-se sobre o grupo familiar, 17 cooperadas responderam. Dessas mulheres, 13 são casadas e 12 delas são mães. Enquanto que quatro delas são solteiras e não possuem filhos. As sócias possuem 14 filhos e filhas, duas delas não informaram as idades dos filhos, três são filhos adultos de 20, 27 e 30 anos, a criança mais jovem possui um ano, quatro crianças têm entre oito e 11 anos e três são adolescentes com idades entre 13 e 15 anos.

Os grupos familiares são compostos por diversos graus de parentesco como mães, pais, sogras, sogros, irmãs e irmãos, sobrinhas e sobrinhos, cunhada e cunhado, genro, além de esposos, filhas e filhos. As famílias possuem entre dois e oito membros, nove famílias são compostas por duas ou três pessoas, quatro possuem quatro ou cinco membros, duas famílias contam com seis pessoas e dois grupos familiares são formados por sete e oito pessoas. As famílias compostas por seis membros contam com sobrinhas/os e irmãs e irmãos, já as de sete e oito pessoas incluem sogras/os, mães e pais.

Das 18 cooperadas que responderam ao questionário, quatro possuem ensino superior, 13 cursaram somente o ensino básico variando entre os anos do ensino fundamental e médio. Duas das graduadas possuem familiares com ensino superior, sendo um filho de uma delas e o esposo da segunda. Apenas uma delas não respondeu a essa pergunta. Ainda sobre o processo educacional, cinco mulheres responderam que os jovens e/ou adultos tiveram/têm oportunidade de estudar em escola técnica, enquanto 10 informaram não ter essa oportunidade, três delas não responderam a pergunta. A respeito da oportunidade de jovens e/ou adultos estudar na localidade em que residem, 11 sócias responderam que foi possível estudar na mesma localidade, enquanto quatro informaram não ter essa oportunidade, tanto para si quanto para o grupo familiar, duas delas não responderam e, uma delas não soube informar visto que a família se mudou recentemente.

Quanto a posse de utensílios domésticos, 15 associadas responderam as questões. Dessas, 14 possuem máquina de lavar roupas, sendo que uma delas adquiriu após ingressar na cooperativa, uma não possui. Todas as 15 possuem geladeira e/ou *freezer*, três delas adquiriram após associar nas suas respectivas

cooperativas. Da mesma forma sobre o aparelho televisor, todas possuem televisão e apenas uma delas adquiriu após se tornar cooperada.

Sobre os aparelhos eletrônicos, 10 mulheres possuem computadores e/ou notebooks, sendo que cinco informaram que a compra ocorreu após o ingresso na cooperativa, cinco delas não possuem. Todas elas possuem aparelhos celulares e três delas compraram após estar na cooperativa. Sobre o acesso à internet, uma delas não possui, 14 delas têm acesso, inclusive uma delas que pode acessar após se tornar associada.

A respeito dos veículos, as famílias de todas as cooperadas possuem carro, cinco delas realizaram a compra após o ingresso na cooperativa. Das 15 respondentes, nove não possuem motos, seis possuem e, dentre essas, duas adquiriram depois de se associar. Das 18 associadas, seis não possuem habilitação, uma dirige apenas moto, cinco dirigem carro, três dirigem carro e moto, enquanto que três associadas dirigem até caminhão. Sobre o acesso as residências e/ou propriedades, a pergunta trata sobre o transporte público/coletivo entre a residência e outros locais, quatro das mulheres afirmam haver transporte coletivo, seis declaram ser satisfatório enquanto oito afirmam que esse serviço é insuficiente.

As associadas responderam sobre bens utilizados na atividade produtiva. Esse bloco de questões foi respondido por 15 cooperadas. O caminhão é um bem do grupo familiar de quatro mulheres, sete delas utilizam caminhões da cooperativa e duas não responderam. Sobre as máquinas agrícolas, oito possuem máquinas próprias, três usam a da cooperativa e quatro deixaram de responder. Quanto aos tratores, nove tem o equipamento para uso do seu grupo familiar, duas utilizam da cooperativa e, novamente, quatro não responderam. Sobre a disponibilidade de área de conservação ou galpão, 10 possuem em suas propriedades, duas declaram utilizar da cooperativa e, recorrente, é a ausência da resposta de quatro cooperadas.

Sobre a origem da renda familiar, 15 cooperadas responderam à pergunta. A atividade com a cooperativa representa mais de 75% para uma sócia, até 75% para outra, até 50% para seis e até 25% para outras seis cooperadas. Uma delas não respondeu. O trabalho no comércio, prestação de serviços e/ou contratos representa nada para 12 associadas, mais de 75% para uma sócia, até 75% para uma segunda e até 50% para uma terceira mulher. Quanto ao trabalho temporário, ele não representa nada na renda de 12 cooperadas e até 25% para três sócias. O turismo rural e/ou sazonal não constitui a renda de nenhuma das respondentes.

A renda por aposentadoria corresponde até 50% para duas sócias, até 25% para outras duas e nada para 11 mulheres. As pensões não constituem renda para 13 respondentes e até 25% para duas associadas. Aluguéis e arrendamentos significam até 50% para uma mulher, até 25% para uma segunda e nada para 13 delas. Já a criação de animais e/ou atividade leiteira não representa renda para 14 sócias e até 25% para uma associada. A venda em outros canais e/ou diretamente para os consumidores representa mais de 75% para três sócias, até 75% para duas, até 50% para uma, até 25% para outra associada. Essa atividade não possui representação na renda de oito cooperadas.

Ainda sobre o assunto renda, nove mulheres responderam não ter uma renda sobre a qual decida com exclusividade, as seis demais informaram ter uma renda que só elas decidem a respeito. Destas mulheres, duas podem decidir por mais de 13 anos, as demais pelo período de aproximadamente 2 anos e 4 anos.

Quanto aos acessos financeiros, três associadas não possuem conta bancária somente em seu nome e 12 possuem. Destas mulheres, seis não informaram há quanto tempo são correntistas, as demais possuem entre 2 e 6 anos, 14 anos, 26 e 30 anos. Das respondentes, 11 utilizam cartão de crédito próprio, quatro não utilizam, - sendo que duas das quatro mulheres, as mesmas que não possuem conta bancária. Sobre o tempo do uso do cartão, cinco não responderam, as demais variam o uso entre 1 e 6 anos, 10 anos, 20 e 21 anos.

As associadas responderam sobre acesso a financiamentos, 12 afirmaram ter acesso, enquanto três não possuem essa facilidade. O tempo de acesso é bastante variável, entre 2 e 20 anos, com destaque para uma cooperada que declarou evitar financiamentos. Das 12 respondentes que tem acesso ao serviço econômico de financiamentos, 47% delas estão comprometidas com essa atividade. Enquanto quatro delas não possui financiamento, duas delas apenas algum familiar possui esse comprometimento. Das associadas, uma paga financiamento de valor alto, quatro delas de valor razoável e quatro delas de valor baixo – em relação as suas respectivas rendas.

As cooperadas responderam sobre os gastos familiares, sete delas afirmam gastar até 25% com manutenção da atividade produtiva, duas até 50% e seis delas não souberam informar. Com a alimentação, os gastos de seis mulheres é de até 25%, quatro até 50%, uma delas informou não ter gastos com alimentação e quatro não souberam informar. Com a educação, nove delas gastam até 25% da sua renda,

duas informam não gastar nada e quatro não informaram. As despesas com saúde consomem até 25% de sete mulheres, três declararam não ter gastos nessa área e cinco delas não souberam informar. Relativa à poupança e/ou reservas econômicas, seis cooperadas informam destinar até 25%, cinco delas não reservam e quatro não souberam informar.

Quanto a gestão das despesas e da renda, era possível selecionar mais de uma alternativa conforme as condições do grupo familiar. Nenhuma das respondentes usa sua renda somente para despesas pessoais, quatro das associadas usam sua renda para auxiliar os estudos dos filhos, três mulheres são responsáveis pelo pagamento da maioria das despesas financeiras, sete declaram ter total autonomia sobre a gestão de sua renda e 10 mulheres informaram que dividem as despesas igualmente.

Os dados relativos aos aspectos da saúde foram respondidos pelas 18 associadas. Foram apresentados alguns elementos que poderiam/podem interferir nas atividades produtiva no dia a dia. Sobre desmaios, 11 responderam que nunca acontece, uma delas mencionou acontecer raramente e uma respondeu que ocorre às vezes, cinco não responderam. Das cooperadas, cinco responderam nunca ter dores de cabeça, seis que raramente ocorre, quatro das mulheres indicaram que às vezes e três não responderam. Sobre a incidência de enxaqueca, nove nunca sentiram, três raramente, duas que ocorre às vezes, enquanto, quatro não responderam. Sobre dores nas costas, quatro delas nunca sentiram, duas raramente, enquanto nove delas informaram sentir às vezes, uma delas informou que sente quase sempre e duas não responderam. Uma das cooperadas acrescentou o fato de ter realizado uma cirurgia e ter algumas dores após esse procedimento, já uma segunda relatou ter tendinite.

As mulheres associadas responderam sobre os cuidados com sua saúde, 15 delas utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS), embora uma delas consulte particular quando necessário e, uma segunda, que também possui plano de saúde privado. Por sua vez, uma delas indicou possuir apenas plano de saúde particular e duas não responderam. Sobre a regularidade que realizam exames médicos, duas deixaram de responder, uma cooperada informou que os realiza a cada seis meses, nove mulheres informaram realizar uma vez ao ano, enquanto seis relatam buscar verificar a saúde quando se sente adoecida.

Referente as atividades domésticas, as questões 25 e 26 questionam sobre a colaboração com a associada e o tempo para a realização. Das 15 respondentes, 73% das cooperadas relatam que nunca têm ajuda externa, 13% têm ajuda às vezes, 7% informou que quase nunca conta com ajuda e uma delas não respondeu à pergunta. Sobre a participação dos filhos nas tarefas domésticas, quatro delas declararam esses nunca ajudam e quatro delas que filhos ajudam às vezes, três responderam que quase nunca, enquanto que uma delas disse ter ajuda quase sempre e três que os filhos sempre ajudam.

Duas respondentes deixaram de responder a respeito da participação exclusiva de meninas e mulheres nas atividades domésticas, uma respondeu que sempre e duas que quase sempre essa é situação que ocorre. Porém, duas delas relataram que ocorre às vezes, uma delas que quase nunca, seguida de sete delas informando que nunca. Já sobre a participação do esposo ou companheiro, 53% delas informam que ele participa sem especificar a regularidade, enquanto 27% declara que quase sempre, 13% afirma que quase nunca e 7% declara que sempre. Ao questionar se a distribuição das tarefas domésticas se desenvolve conforme o que cada uma gosta de fazer, 47% das associadas respondem que nunca, 27% informaram que às vezes, 20% que quase sempre leva em consideração o gosto de cada um, 6% relata que quase nunca.

Em respostas ao questionamento de quanto tempo as mulheres costumam dedicar às atividades domésticas diariamente, incluindo seu planejamento e organização, uma delas não respondeu e uma delas informou utilizar mais de 12h, duas delas afirmaram usar de 8 a 10 horas, quatro delas utilizam de 4 a 8 horas, enquanto oito delas dedicam-se até 4h diárias.

Sobre a participação das mulheres nas atividades da cooperativa como por exemplos reuniões e assembleias, percebemos o índice elevado de comprometimento delas visto que 60% das 15 respondentes responderam que participam sempre que as atividades ocorrem, 27% uma vez ao mês ou mais e 13% informaram nunca participar. Quanto as atividades esportivas, 40% delas informaram que nunca participam, 20% sempre que as atividades são realizadas, 13% delas praticam atividades esportivas semanalmente, 7% delas participam uma vez por mês e 7% uma vez por menos ou mais, 13% delas não responderam.

Das entrevistadas, 40% delas informaram que frequentam as atividades festivas menos de uma vez ao mês, 27% frequentam uma vez ao mês ou mais, 20%

sempre que ocorrer enquanto 13% nunca participa. Das respondentes, cinco delas informaram que nunca participam de reuniões comunitárias, quatro delas frequentam uma vez ao mês ou mais, enquanto que três mulheres participam menos de uma vez ao mês e o mesmo número participa quando as reuniões da comunidade ocorrem. Sobre a participação em atividades religiosas 33% participa semanalmente, 20% uma vez do mês ou mais, outros 20% menos de uma vez ao mês, 20% das cooperadas declararam não participar de atividades religiosas e 7% delas não responderam. Em relação as atividades escolares, cinco delas informaram participar sempre que essas ocorrem, quatro delas nunca participam, três mulheres participam uma vez ao mês ou mais, uma cooperada participa semanalmente e duas delas não responderam. sempre que essas se realizam.

Quanto a busca de informações, dentre as 15 respondentes, 60% informam-se através da televisão, 67% através da cooperativa e 100% acessando a internet. Dessas cooperadas, cinco delas escutam rádio, quatro trocam informações com as vizinhas, amigas e familiares e sete delas usam os grupos de *WhatsApp*. Esses dados permitem refletir sobre a relevância do acesso à *internet* em especial nas áreas rurais em que a maioria dessas mulheres residem.

3.2 As oportunidades sociais e as facilidades econômicas na percepção das cooperadas

As perguntas que refletem as percepções das cooperadas quanto ao seu bem-estar e a satisfação como associada e, mais especificamente, sobre as oportunidades sociais e as facilidades econômicas estão vinculadas as questões 35 a 46. A questão 36 trata das percepções relativas a facilidades econômicas enquanto que as 35, 37 a 46 são concernentes as oportunidades sociais. Já a pergunta 42 divide-se entre aspectos sociais e econômicos.

A questão averiguava sobre como a respondente julga e/ou considera os bens materiais que ela possui, 16 delas julgam os bens suficientes e duas insuficientes, destaca-se que havia uma explicação de que os bens materiais estavam sendo considerados como equipamentos que promovem facilidade e conforto. A respeito dos instrumento/ferramentas de trabalho, sendo esses itens utilizados para trabalhar, 14 mulheres os consideram suficientes e quatro

insuficientes. Quanto as possibilidades de deslocamentos da residência, 13 consideram suficientes e 5 como insuficientes.

Sobre as percepções após ingressar na cooperativa, as associadas poderiam selecionar mais de uma alternativa, fato que gerou 107 identificações distribuídas entre as nove afirmações expostas. Uma das associadas, optou por não responder a pergunta em virtude de sua associação ser bastante recente e, portanto, alguns efeitos do ingresso, ela julgou ainda não ter tempo para perceber. Assim, das 17 respondentes, 13 percebem que ocorreu aumento da sua renda, 13 também reconhecem que melhoraram as condições de vida, o mesmo número de associadas percebe ter mais informações para gerenciar sua renda e, novamente, 13 mulheres percebem que a renda possibilitou planejamento futuro.

Dentre as mulheres que responderam a pergunta, 12 delas percebem que a renda ajudou a reduzir/eliminar privações e o mesmo quantitativo sente segurança quanto a renda da sua atividade, 11 associadas passaram a atender as próprias necessidades e desejos, 10 percebem que a renda aumentou a influência nas decisões familiares, são 10 também aquelas que percebem que a cooperativa se tornou a principal fonte de renda.

Quanto a oportunidade de voltar a estudar, 14 mulheres gostariam de voltar a estudar, sendo que destas, sete fariam um curso, somente se ajudasse na atual atividade e três delas fariam um curso para mudar completamente de atividade. Das respondentes, 2 duas estão estudando atualmente, uma não respondeu e, apenas uma das associadas informou que não pretende voltar a estudar.

As 18 associadas desejam que seus filhos permaneçam na atividade produtiva atual e 14 delas consideram a necessidade de estudo como muito importante e quatro delas como importante.

A respeito das percepções sobre saúde, quatro cooperadas percebem limitações devido a algum problema de saúde e/ou cuidado médico, sete delas percebem que não precisam de nenhum cuidado médico e sete não realizam acompanhamento e percebem que não atrapalha suas atividades. São duas associadas que consideram o seu cuidado com sua saúde ótimo, nove percebem o cuidado como bom e sete delas como razoável. Ao avaliar os serviços de saúde da região como hospitais e postos de saúde, três percebem como ótimos, 11 consideram bons, três como razoáveis e uma delas percebem como ruim,

especificou que na localidade em que reside o posto ficou durante muito tempo desassistido.

Em relação ao uso do tempo, as associadas poderiam selecionar mais de uma alternativa, o que resultou em 45 respostas. Das 18 associadas, 12 delas trabalham mais horas que antes de seu ingresso na cooperativa, mas 11 associadas percebem que sobra tempo para o lazer e cinco que o tempo de férias e lazer é suficiente. Porém, oito mulheres percebem que no tempo "livre" realizam mais atividades produtivas como artesanato, panificados e mais produtos comercializáveis e cinco delas que seu tempo livre significa cuidar de outras pessoas e quatro responderam que o intervalo de almoço significa mais trabalho.

Uma das associadas informou que não trabalha para a cooperativa, apenas entrega seus produtos. Ela não relacionou o uso do tempo da produção com a relação com a cooperativa. Por sua vez, outra associada, informou que não consegue participar de oficinas de artesanato que são ofertadas pelo município na sua localidade. Porém, a não participação está desvinculada do uso do tempo disponível, mas sim, com a dificuldade de mobilidade, dependência do esposo que dirige e utiliza o veículo no trabalho.

As percepções a respeito da atividade cooperativa, apresentavam sete afirmações que poderiam ser apontadas pelas respondentes. Dessas sete assertivas, quatro relacionam-se com oportunidades sociais e três com as facilidades econômicas. Uma das cooperadas deixou de responder essa questão. Quanto as oportunidades sociais, 17 mulheres percebem como a ação cooperativa como uma atividade digna, 14 consideram que possibilita ajuda em casos de dificuldade e/ou privações, sete percebem que precisam trabalhar muitas horas e quatro delas que é uma atividade que exige muito das associadas. Já as facilidades econômicas, 13 associadas sentem que a atividade é estável, ao comparar com os empregados que correm risco de ser demitidos, nove delas reconhecem que é melhor que fazer 'bicos' ou ter trabalho informal. Porém, três dessas associadas informam preferência em ter carteira assinada.

As associadas foram questionadas sobre suas percepções em relação ao que poderia melhorar na cooperativa, esse questionamento também indicava a possibilidade de seleção de mais de uma opção. Totalizaram 45 afirmações e, inclusive, a indicação de respostas que não estavam elencadas por parte de duas associadas, dentre as 17 que responderam. A maioria das sócias indicou que uma

melhoria seria ampliar assistência técnica, identificado por 11 mulheres, nove delas identificaram promover palestras, quatro apontaram cursos de longa duração com mais de uma etapa e/ou encontros regulares e, o mesmo número de respondentes, horários de reuniões em dias e turnos diferentes.

Entre as respostas, três mulheres marcaram a opção cursos de curta duração (finais de semana), a melhoria 'Informações sobre a administração da cooperativa' foi indicada por mais três sócias, assim como igual número apontou Encontros somente de mulheres e valorizar (mais) as atividades realizadas pelas mulheres. Como mencionado anteriormente, surgiram respostas distintas das disponibilizadas no questionário. Duas associadas informaram que os encontros somente para mulheres já ocorrem e que são bons, da mesma forma que a valorização das ações das mulheres na cooperativa. E, duas cooperadas apontaram que alguns cursos poderiam ocorrer nas localidades e não apenas na sede da cooperativa.

Mais vinculado ao gênero mulher, a questão seguinte demandou a percepção das associadas no cotidiano da cooperativa, duas cooperadas percebem que as mulheres têm menos oportunidades, duas que a opinião das mulheres é menos considerada, uma percebe que sua atividade produtiva não é valorizada, uma outra afirma que nos debates os homens falam mais e uma terceira considera que elas têm pouco espaço nos cargos de direção. Já as demais 11 cooperadas consideram que essas realidades não ocorrem na cooperativa e, inclusive, uma associada afirmou "aqui as mulheres estão com tudo"²⁰.

Sobre o que as mulheres consideram importante na prática cooperativa, 11 foram as respondentes. Na cooperativa, nove associadas percebem como muito importante participar das assembleias e duas como importante. Buscar orientações em caso de dúvidas é muito importante para 10 mulheres e importante para uma. Já opinar nas decisões é muito importante para nove cooperadas e importante para duas delas e oito delas percebem como muito importante poder questionar os gestores, enquanto três consideram importante.

O ato de votar para presidente e conselheiras (o) é muito importante para oito sócias e importante para uma delas, duas deixaram de responder. Poder se candidatar para presidenta e conselheira foi avaliada da mesma forma que o ato de

²⁰ Foram aplicados 3 questionários pessoalmente no dia 01 de dezembro de 2021, data em que ocorreu a reunião de uma das localidades do município de Três Forquilhas. A fala mencionada é de uma das cooperadas que respondeu ao questionário nessa data e local.

votar, ou seja, duas não responderam, oito julgaram muito importante e uma importante. Por outro lado, ser reconhecida e valorizada foi a afirmação que todas as 11 associadas perceberam como muito importante e, ser tratada da mesma forma que os homens, é muito importante para 10 mulheres e importante para uma das sócias.

A respeito do que as mulheres cooperadas gostariam estavam disponíveis seis alternativas. Das 11 respondentes, oito desejariam se dedicar para compreender/estudar as atividades da cooperativa, e três delas não gostaria. Já nove delas gostaria de estudar sobre suas atividades produtivas, enquanto duas não. Sobre participar mais das decisões da cooperativa, seis gostariam e cinco não. Já sobre participar mais das decisões familiares, seis delas apontaram que gostaria, três não gostariam e três deixaram de responder. Quanto a ter ajuda em casa, para poder participar das atividades da cooperativa, cinco sócias gostariam, duas não gostariam e quatro não responderam. A respeito de ter apoio em casa para fazer os cursos que a cooperativa oferece, quatro gostariam, três não gostariam e quatro delas deixaram de responder.

3.3. Avanços e obstáculos no cotidiano das cooperadas

As questões 29 a 34 são relativas à cooperativa na qual cooperadas estão associadas, mais especificamente sobre aos avanços promovidos pela cooperativa ou os obstáculos em seu cotidiano.

A respeito do ingresso, as mulheres poderiam selecionar mais de uma alternativa conforme as suas experiências individuais. No total, obteve-se 52 respostas, 11 afirmativas de que o interesse partiu da sócia, oito declararam ter sido convidadas pela gestão das cooperativas, sete delas os familiares já eram associados, mesmo número de mulheres receberam incentivo dos familiares e sete também foram apoiadas/incentivadas pelos homens da família. Das 16 respondentes, seis afirmaram que as mulheres da família e/ou amigas apoiaram e/ou incentivaram sua decisão, enquanto que seis declararam que seus vizinhos e colegas(conhecidos) já eram associados.

Sobre o período de tempo que dedicam às atividades da cooperativa diariamente, oito mulheres declaram dedicar mais de 8h diárias, uma delas trabalha entre 6h e 8h, seis dedicam até 4h diárias e uma delas deixou de responder. Quanto

a participação nos conselhos da cooperativa, uma não respondeu a questão, quatro delas não participam, duas participam de conselho fiscal e administrativo, três são funcionárias da cooperativa, uma declarou ser conselheira sem especificar em qual conselho e duas presidentas.

De acordo com as respondentes, a assistência técnica disponível é satisfatória, afirmação de 11 associadas, quatro consideram suficiente e uma destas insuficiente. Sobre os cursos promovidos pela cooperativa, as mulheres poderiam selecionar mais de uma opção, essa condição resultou em 34 afirmações. Das 14 associadas que responderam a pergunta, 13 declaram que os cursos promovidos pela cooperativa são úteis, 12 delas afirmam gostar dos cursos, cinco delas sugerem novos cursos e quatro identificam que não poderiam pagar pelos cursos, caso os realizasse individualmente.

Em relação a possibilidade de mudar de atividade econômica, 14 cooperadas declaram que permaneceriam na atividade atual e sete delas que gostaria que os filhos permanecessem na atividade.

3.4 A participação das mulheres no cooperativismo e os reflexos sobre o desenvolvimento

3.4.1 Da perspectiva das Presidentas

Dentre as presidentas entrevistadas, uma delas ingressou na cooperativa em 2015 como coordenadora de produção e ocupa a presidência desde abril de 2021, porém, havia sido vice-presidenta na gestão anterior. A segunda presidenta participa da cooperativa desde a sua fundação em 2016 e está no seu segundo mandato como presidenta da cooperativa. Já a terceira, que também integrou os membros fundadores, foi a primeira presidenta em 2009 e, após outra gestão, reassumiu a presidência e está concluindo o seu segundo período de mandato.

A participação na atual cooperativa foi uma primeira experiência para duas das entrevistadas, embora elas ouvissem falar sobre cooperativas – principalmente do ramo agropecuário. A terceira presidenta já havia participado da construção de uma cooperativa de produção de compotas e conservas na localidade em que residia, porém, essa iniciativa que se originou devido um projeto governamental deixou de ter incentivos, o que resultou no encerramento das atividades.

Quanto a associação das mulheres, duas presidentas relatam que atualmente as mulheres buscam se associar. Porém, esse fato resulta de duas razões distintas. No primeiro caso, são realizadas atividades de formação regulares em que as discussões permitiram que as mulheres compreendessem a importância da sua participação. No segundo, as mulheres estão reconhecendo o trabalho da cooperativa e buscam se associar devido a atividade produtiva que já realizam.

A parceria com a EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural) nas atividades de formação são elementos fundamentais para a participação da mulher na cooperativa e, para a primeira entrevistada, essas condições permitiu ampliar a presença das associadas nos conselhos fiscal e administrativo e também de modo ativo nas discussões e reuniões. Para a segunda entrevistada, a sua participação – única sócia atualmente, possui relação direta com sua experiência pessoal já que seu pai e esposo sempre trabalharam com o segmento em que atua. Essa condição fez com que ela auxiliasse no aspecto administrativo da atividade antes de ingressar na cooperativa, pois, seu esposo era profissional da área, assim, ela já estava familiarizada com as rotinas e particularidades da profissão. A terceira presidenta relata que o início das atividades da cooperativa foi bem desafiador pois ela era a única mulher, esse fato fazia com que as mulheres da comunidade não tivessem muita simpatia. Porém, gradativamente, elas foram conhecendo e hoje possuem uma grande participação das mulheres nos conselhos, presidência e vice-presidência e, ela também percebe que as mulheres são mais autônomas, inclusive relata o caso de uma cooperada que dirige caminhão e que o esposo não dirige. A entrevistada também menciona a participação em instituições e cooperativas da região em que a presença das mulheres tem se destacado.

Quanto a percepção do equilíbrio entre o aspecto social e o econômico na gestão das cooperativas, uma das presidentas relata que, devido ao perfil da maior parte dos associados, ocorre uma ênfase da gestão e também dos sócios no pilar social através da troca de informações, das corretas instruções sobre a produção e o acompanhamento com os produtores. Enquanto isso, a segunda entrevistada percebe o social mais vinculado a contribuir com a comunidade externa, com a oferta de um plano de saúde que atenda melhor seus funcionários, participar de ações sociais e doações de alimentos. Já para a terceira presidenta, distingue aqueles associados com interesse mais econômico que buscam a estabilidade de uma associação com a cooperativa que já é estável com suas vendas

principalmente nos mercados institucionais. Porém, o auxílio e as orientações sobre a gestão financeira da propriedade e a valorização dos produtos também é do interesse da maior parte dos sócios. Assim, nota-se o predomínio do aspecto social em 1 cooperativa, do econômico em outra e, na terceira, a direção enfatiza o aspecto social enquanto parte dos sócios apenas objetiva o aspecto econômico.

As três presidentas relataram melhoria nas suas rendas após ingressar na cooperativa. Uma informa que essa melhoria também é percebida entre as rendas dos associados que, diferente do período em que eles comercializavam por intermédio de atravessadores, agora eles têm uma previsão e podem planejar suas economias devido a garantia de comercializar com a cooperativa. A segunda entrevistada mencionou que a sua remuneração aumentou gradativamente desde o início do funcionamento da cooperativa e que, atualmente, a movimentação financeira da cooperativa permite que os associados acessem financiamentos e créditos com maior facilidade. A terceira entrevistada relatou que, antes da participação na cooperativa, a família possuía uma agroindústria que encerrou as atividades, assim, a cooperativa foi uma alternativa para a atividade produtiva que já realizava – produção e venda nas feiras, bem como a prestação de serviços para a cooperativa como o transporte dos produtos.

Em relação as melhorias na sua saúde, na educação e nos momentos de lazer desde que se associou, a primeira presidenta mencionou que já possuía uma graduação e que posteriormente cursou uma formação em vendas. Enquanto o lazer é uma área que apresenta seus desafios, em virtude do comprometimento com as responsabilidades com a gestão da cooperativa, ela afirma que por vezes deixa de sair e viajar. A segunda entrevistada destacou que o lazer não é deixado de lado, porém, muitos eventos sociais que participa são para representar a cooperativa, além de que o tempo que dedica as atividades como presidenta ocupa bastante o seu tempo. Ela também considera a responsabilidade com as decisões algo relevante pois essas refletem na vida de várias famílias. Já a terceira presidenta, considera que conciliar as rotinas com o lazer não é algo fácil, ela espera que com uma maior participação das outras cooperadas, a carga de atribuições administrativas e da gestão seja dividida e permita ter mais tempo de lazer.

A respeito do acesso e a busca por crédito e financiamentos, a primeira presidenta apresenta a realidade dos grupos familiares em que na maioria a gestão da propriedade é conduzida pelas mulheres. São elas que financiam tratores, áreas

de terra, melhorias na residência e/ou propriedade e, recentemente, projetos de energia solar. A segunda entrevistada destaca o acesso a financiamentos e, inclusive, a oferta por parte das instituições financeiras para os cooperados, da mesma forma ocorre com fornecedores e prestadores de serviços que percebem a estabilidade ocasionada pela movimentação financeira da cooperativa como uma garantia nas negociações com os sócios. A terceira entrevistada percebe que os associados, de modo geral, têm acesso ao crédito e, inclusive, buscam auxílio da cooperativa para analisar as melhores alternativas para atender os seus objetivos. Porém, as mulheres ainda não buscam crédito e financiamentos especificamente para si, mas para benefícios da propriedade que venham a facilitar a sua vida dentro da propriedade.

Em resposta a questão sobre se sentir realizada e valorizada na atividade cooperativa e/ou no cargo de presidenta, as mulheres relatam que se sentem reconhecidas e valorizadas. A primeira presidenta destaca a possibilidade de ajudar outras pessoas – como a comunidade externa, mostrar que é possível que as mulheres ocupem os cargos e que sim, ela percebe o reconhecimento das pessoas. A segunda presidenta se sente realizada, porém, mostra-se preocupada devido ao alto grau de responsabilidades que seu cargo compreende. A técnica da atividade da cooperativa repercute em aspectos civis e criminais e, a presidenta percebe que os demais associados não possuem a correta dimensão desses compromissos, o que torna a função bastante desgastante. A terceira presidenta declara sentir-se valorizada e, mesmo quando ocorrem divergências de opiniões entre ela e os cooperados, ela destaca que o respeito prevalece. Ela menciona que os membros identificam a carga de responsabilidade que ela gerencia, o que reforça a confiança e que isso produz satisfação na sua vida.

A primeira entrevistada reconhece que, de modo geral, as mulheres não possuem o mesmo reconhecimento que os homens, embora desempenhem um ótimo trabalho. Porém, essa é uma realidade que, internamente, a cooperativa busca combater e minimizar através do acesso a informação e das oportunidades para as mulheres. Ela menciona sua própria experiência que ingressou na cooperativa com um cargo técnico em que homens também concorreram, entretanto, a gestão da cooperativa não considerou o critério de gênero, mas sim de qualificação para o cargo. De acordo com a segunda entrevistada, a cooperativa disponibiliza as mesmas oportunidades, porém, são as mulheres que não têm

demonstrado interesse em ingressar na cooperativa. A terceira entrevistada considera que hoje, dentro da cooperativa, homens e mulheres possuem as mesmas oportunidades, inclusive, relata que nas reuniões realizadas, algumas esposas – que ainda não são associadas – costumam participar e também expressam as suas opiniões, ou seja, ocorre uma liberdade de manifestação bastante significativa entre todos.

Depois de participar da presidência, a primeira presidenta informa que não consegue trabalhar na propriedade devido ao tempo que precisa dedicar a gestão da cooperativa e atender as demandas dos sócios, porém, sempre que possível dedica tempo ao lazer e em estar com a família. A segunda presidenta destacou que não deixa de ter seu momento de lazer em especial pela importância desse momento para si e sua família, embora, sempre precise equilibrar com as demandas da cooperativa que, inclusive, tratar de trabalho na madrugada de um sábado, como relatou uma experiência recente. A terceira presidenta relata dificuldade de contar com alguns associados na realização de algumas atividades, pois, embora ela considere que é possível essa relação, precisa da concordância dos demais membros e que estes já se conhecem bem, fato que permite com que eles já saibam se a relação dará certo ou não. Assim, muitas tarefas permanecem sem ser compartilhadas e exigem mais da presidenta.

Em resposta ao que considera que a cooperativa deve promover para melhorar a vida das cooperadas, a primeira presidenta percebe que é fundamental manter os encontros mensais – ocorriam antes do isolamento e migraram para o modo virtual durante a pandemia, desenvolver projetos com viés da psicologia que ampliem discussões como a questão da violência contra a mulher, ou seja, manter e ampliar as ações que já tem acontecido. Ela acrescenta a presença da CRESOL (Cooperativa Central de Crédito) na região como uma oportunidade para as mulheres no sentido de expandir as possibilidades para as mulheres com o apoio dessa instituição. Para a segunda entrevistada, seria importante a presença de mais mulheres na cooperativa, porém, ela menciona caso de motoristas que usam da atividade profissional para se promover em redes sociais, o que, do seu ponto de vista banaliza a profissão. Já a terceira entrevistada, apresenta seu desejo da cooperativa seguir sendo representada por mulheres, segundo ela a atividade da cooperativa é própria das mulheres e, além disso, tem um grande número de mulheres que podem participar mais da gestão. A entrevistada destaca que aguarda

ansiosa que com o crescimento dos filhos pequenos e seus ingressos na escola permitirá que as mulheres disponibilizem mais tempo nas atividades gestoras da cooperativa.

3.4.2 Da perspectiva de associadas, pesquisadoras e colaboradoras do movimento cooperativista

Foram entrevistadas cinco mulheres que possuem alguma relação ou com cooperativas ou com o movimento cooperativista, mesmo que como pesquisadoras. A primeira delas é gerente em Desenvolvimento Humano em cooperativas e está vinculada ao SESCOOP há cinco anos. A segunda delas atua em cooperativa de crédito há mais de 6 anos e também é docente em pelo menos quatro instituições de ensino superior no Rio Grande do Sul. A terceira entrevistada é docente do curso Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia desde 2013. A quarta entrevistada é associada e coordenadora do setor social da COOTAP (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre – GiraSol), participa do movimento cooperativo há mais de 30 anos e atua na direção por mais de 14 anos. A quinta entrevista foi realizada com a extensionista rural da EMATER que atua há 10 anos com as unidades de cooperativismo.

A primeira delas não possuía proximidade com o cooperativismo antes de ingressar no curso de Gestão em Cooperativas da Universidade Federal de Viçosa, porém, após o ingresso percebeu iniciativas das cooperativas de crédito na sua região de origem. Enquanto a segunda entrevistada, após a graduação e duas especializações, ingressou no curso de mestrado em que desenvolveu pesquisa sobre sustentabilidade e cooperativismo de crédito, em virtude de estar trabalhando numa cooperativa desse ramo e, essa experiência, a conduziu para cursar uma pós-graduação em Cooperativismo.

A terceira entrevistada, por sua vez, ingressou no mestrado em 2003 e iniciou sua pesquisa com cooperativas do Movimento Sem Terra (MST). Também no seu doutorado permaneceu estudando cooperativas, agora aquelas vinculadas a economia solidária de Salvador. A quarta participa do movimento de assentamentos e sua produção agrícola há mais de 30 anos e até hoje é atuante nas atividades de formação das associadas. A quinta entrevistada desde que ingressou na sua

instituição trabalha com cooperativas e associações da agricultura familiar, sejam elas já formadas ou em formação.

De acordo com o primeiro relato, a participação das mulheres tem crescido na OCB e também nas unidades estaduais, fato distinto de cinco anos atrás, para a entrevistada a participação ocorre naturalmente devido a competência e capacitação das mulheres, porém, afirma que não existe uma política específica na organização nacional. A segunda entrevistada apresenta que o número de mulheres no quadro de colaboradores é superior ao de homens, mas, destaca que na escala hierárquica a presença de mulheres vai afunilando. Além disso, ela destaca que, embora as colaboradoras estejam em maioria, não são ouvidas ou não possuem uma voz ativa na instituição. No terceiro relato, a pesquisadora retoma a sua experiência em momentos tanto formais quanto informais no cooperativismo, inclusive, ela exemplifica com eventos promovidos pela OCB (8 de março) em que a participação da mulher é como ouvinte. Além disso, nas cooperativas que ela pesquisou, a presidência é ocupada por homens e ela identifica a ação extremamente forte do patriarcalismo no espaço rural. Já a quarta entrevistada, identifica uma forte presença das mulheres nas ações cotidianas, tanto produção quanto comercialização, como por exemplo a criação de mais de 20 feiras na região abrangida pela cooperativa. Porém, ela reconhece as dificuldades da atuação das mulheres na direção da cooperativa, sem precisar a razão, mas ela supõe ser medo e/ou preconceito – o machismo. Entretanto, ela manifesta a sua satisfação pela atuação das mulheres, principalmente por duas delas serem presidentas, além disso, ela atribui esse fato as lutas travadas pelo movimento. Já a quinta entrevista apresenta a sua percepção de que quando há participação das mulheres na gestão e direção de uma cooperativa é porque ocorreu um trabalho de formação anterior, um processo de capacitação para a participação política dessas mulheres.

Em relação a percepção da participação das mulheres ser acompanhada das mesmas oportunidades e tratamento que os homens, a primeira das entrevistadas afirma que, apesar de não existir uma política específica na OCB, com a formação de comitês de discussão tem ocorrido um processo de estímulo para que as mulheres ocupem os cargos e priorizem a preparação para isso. Ela exemplifica que algumas regiões possuem questões culturais mais rígidas que lhes impõem maiores desafios, mas ela considera que, diante do perfil conservador do cooperativismo, publicações nas redes sociais já são iniciativas relevantes. Diferentemente do relato

anterior, a segunda entrevistada percebe que os princípios do cooperativismo precisariam de uma releitura. Para ela, os antepassados cooperativistas eram em alguma medida uma alternativa ao *status quo* e, atualmente, no cenário cooperativista se repete o que está na sociedade pois, devido ao patriarcado, valoriza-se a figura masculina e relacionamos com poder. Já no dia a dia das cooperativas, as mulheres precisam se masculinizar, ela exemplifica com os temas misóginos que surgem nos momentos informais, além da dúvida sobre a intenção de um almoço no cotidiano, algumas colaboradoras precisam viajar muito – o que é um desafio duplo para aquelas que são mães, pela distância e pela cobrança social. Portanto, ao mesmo tempo que ela percebe a participação como desafio, a percebe como oportunidade para melhorias.

A terceira entrevistada percebe uma masculinização nos ambientes cooperativistas, desde o quadro social até os cargos mais elevados hierarquicamente. Nas experiências com a economia solidária ela percebe uma presença mais regular de mulheres, mas mesmo essas mulheres precisam enfrentar práticas patriarcais e valores mais individualizados e hierarquizados. O quarto relato apresenta a articulação das mulheres em sua formação de base, característica dos movimentos de assentados. A entrevistada apresenta a sua experiência pessoal em que não pode estudar devido uma criação machista que as impedia de estudar. Porém, através da luta coletiva, ela hoje pode ver duas mulheres sendo presidentas de cooperativas associadas. Ela também destaca que no setor social que atua, as mulheres levam a direção da cooperativa as suas demandas e reivindicam recursos financeiros para as suas atividades como as hortas e padarias, pois, segundo ela se liberam para as lavouras de arroz, deve liberar também para suas iniciativas. A quinta entrevistada percebe que o “normal” em cooperativas é a presença de homens, principalmente nos cargos de direção, que as mulheres se atentam a cuidar da casa e dos filhos. No seu trabalho, ela busca promover reflexões que rompam com esse pensamento e comportamento, que as mulheres se percebam com importantes também nas decisões das cooperativas. Além disso, ela exemplifica, em algumas associações o trabalho não se desenvolve seja por resistência das próprias mulheres, seja por dificuldade de elas participarem por não ter como se deslocar ou apoio com as atividades domésticas e cuidado com os filhos, o que dificulta o acesso à participação dessas associadas.

Para a primeira entrevistada, as cooperativas possuem níveis de maturidade distintos e possuem ações de acordo com esses níveis. Algumas assumem compromissos públicos ao publicar nas redes sociais, outros possuem políticas muito bem estruturadas na participação das mulheres, na sucessão, ou seja, na inserção das mulheres. Ela considera que não se pode exigir as mudanças, mas sim sensibilizar aqueles que ainda não compreendem a importância da questão. Ela apresentou dados do quadro social entre os ramos, em que alguns são bastante díspares e em outros já há mais mulheres que homens. Porém, na perspectiva da entrevistada, as instituições promovem oportunidades sociais e/ou facilidades econômicas para aquelas que interagem nos espaços por elas gerenciados. A segunda entrevistada percebe o cooperativismo como uma plataforma com potencial para alavancar mulheres, o acesso está disponível, por exemplo no ramo crédito, se as mulheres não estão acessando é importante verificar essa jornada até o acesso. Ela menciona a opção de utilizar o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social) para programas que apoiem e incentivem as mulheres, relata também uma experiência de cooperativa sobre a presença de mulheres em conselhos. Porém, ela reflete sobre casos em que os comitês de mulheres são percebidos apenas para atividades como artesanato, dar uma flor ou ação de embelezamento, ela pontua que a ação deve ocorrer para incluir as mulheres, de fato. No aspecto das facilidades econômicas, ela apresenta a experiência de Nova Iorque em que mulheres imigrantes são cooperadas, ou seja, donas de um aplicativo de limpeza, o que as permite o acesso econômico sem intermediários e com a distribuição conforme a proporcional contribuição de cada uma.

A terceira entrevistada ao tratar do recorte da agricultura familiar, que é seu objeto de estudo, considera que as cooperativas propiciam espaços de autonomia econômica, porém, ela reforça que essa experiência apresenta as suas contradições, visto que as relações sociais são hierarquizadas. As produtoras rurais que também comercializam na cantina da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), percebem na comercialização a possibilidade de um dinheiro que só seu, diferente da renda da produção agrícola que – apesar de elas trabalharem exaustivamente – são os homens que gerenciam. Destaca-se também que essas mulheres não tem apoio com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, porém, na ação cooperativa, algumas voltaram a estudar, e todas

reconhecem que a experiência coletiva lhes possibilitou se desenvolver, apesar dessa dominação no ambiente privado.

O trabalho de base realizado nos assentamentos permite a tanto as oportunidades sociais quanto a articulação para as facilidades econômicas, a entrevistada relata que as mulheres têm se desafiado a assumir a coordenação de grupos e de famílias, cargos que organizam e planejam os plantios. Também, essa mobilização é que permitiu que as cooperadas criassem padarias, feiras, feiras de produção orgânica que totalizam mais de 20 grupos de feirantes que são coordenados pelas mulheres, oportunizando facilidades econômicas e liberdade social. Já a quinta entrevistada, ela atribui essa promoção a gestão da cooperativa através de espaços organizados de discussão, que não são apenas rodas de conversa, mas momentos planejados e utilizados para indicar pautas futuras. Porém, algumas cooperativas, grupos de associadas e direção da cooperativa enfatizam o aspecto econômico e priorizam cursos mais práticos que poderão se tornar produtos comercializáveis, ao invés de participar de atividades de formação política e de discussões mais próximos do social.

O equilíbrio entre os pilares econômico e social, para a primeira entrevistada acompanha a maturidade das cooperativas, algumas estão iniciando na sensibilização sobre diversidade e outras já avançaram nesse quesito. Já a segunda entrevistada compreende que o pilar social é mal interpretado, algumas vezes ele é compreendido como uma doação ou apoio a comunidade, porém, ela considera que atender desde o pequeno associado é a forma de fortalecer o social. Medir o sucesso através do resultado econômico deixa de considerar a ajuda tecnológica ao associado, que inclusive é um incentivo para que ele e os filhos permaneçam na região, para a entrevistada a cooperativa começa com pessoas e não com o dinheiro, e acrescenta suas reflexões sobre o crédito para mulheres que deve ser ofertado para que as mulheres tenham mais qualidade de vida e mais renda. Para a terceira entrevistada, a finalidade econômica da cooperativa é muito forte, diferente das associações que são uma espécie de extensão da casa. Nas associações tem um protagonismo feminino e normalmente há um interesse em melhorias para a comunidade, enquanto a finalidade econômica é mais diluída, diferentemente nas cooperativas em que a dimensão econômica é mais forte, são os homens que atuam e defendem. Já a quarta cooperada afirma que as mulheres lutam muito para ter esse equilíbrio, ela exemplifica ao mencionar a busca por recursos e incentivos para

as hortas e pequenas lavouras na mesma medida em que há recursos para as grandes lavouras de arroz – sendo que essa cooperativa é a maior produtora de arroz orgânico da América Latina. Para além disso, ela menciona que existe incentivo para que toda a família se envolva e não se concentre em uma única pessoa, e relaciona com o uso de equipamentos da cooperativa, como tratores. Para a quinta entrevistada, e modo geral, o interesse é mais econômico, bem como a questão administrativa, ou seja, o aspecto prático do negócio, principalmente porque o social é mais difícil de ser percebido. Ela menciona que com a pandemia de COVID-19, a situação se agravou pois foi enfatizado o aspecto econômico, inclusive, várias cooperativas não conseguiram permanecer funcionando.

No sistema OCB, além dos comitês de jovens e mulheres iniciado no Congresso Brasileiro de Cooperativismo, a primeira entrevistada relata a existência da perspectiva de divulgar dados sobre a diversidade no cooperativismo, o planejamento de como sensibilizar gestores – visto precisam acessar diversos ramos e diversos níveis de cooperativas, além do incentivo nas plataformas de educação à distância, livros, vídeos e cursos e da já recorrente parceira com a ACI. A segunda entrevistada reconhece que o tema das mulheres agora está na pauta, nos planejamentos e na roda de chimarrão, ela espera que ocorra comprometimento na informação de dados, números, indicadores e metas em relação ao tema por parte das cooperativas. Ela reflete que também é necessário humildade dos atuais gestores para abrir espaço para as mulheres, inclusive uma nova geração de meninas que estão atuantes nas cooperativas escolares, e que assim se alinhem não apenas as outras instituições do mercado, mas sim a genética do cooperativismo. Para a quarta entrevistada, tem ocorrido uma incorporação do discurso da diversidade, pelo menos sobre gênero, embora outros aspectos, como raça, ainda não são enfrentados. Ela acrescenta que na prática não está ocorrendo um trabalho educativo que busque desconstruir as assimetrias, na sua perspectiva, as iniciativas são para não ser acusados de misóginos e não percebe uma disposição para desconstruir os processos patriarcais. A docente exemplifica que em um evento foi pronunciado por um presidente um ditado popular (*em briga de marido e mulher não se mete a colher*), fato que ela atribui a não existir esse comprometimento em desconstruir esse pensamento, mesmo num momento em que se trata tanto sobre o feminicídio e seus dados crescentes. A associada considera que as mulheres precisam se preparar para enfrentar os desafios porque eles não

são fáceis, que estudar e buscar conhecimento é o que vai ajudar as mulheres, ela mencionou que nos dias seguintes teriam uma assembleia e a sua expectativa era de que mais mulheres viessem participar da direção e também das formações. A quinta entrevistada considera que em alguma medida o cenário da pandemia permitiu fortalecer as cooperativas, ela faz uma retrospectiva de seu início de trabalho em que não havia nenhuma mulher, mas que com as formações isso foi se modificando e, ela espera que permaneça ampliando. Ela acrescentou que esse período se prestou a demonstrar que o aspecto social é importante e que ele possibilitou a continuidade das atividades durante a pandemia, visto que precisaram se adaptar em pouco tempo. A entrevistada percebe que cada região e cada cooperativa tem seu tempo, assim como o desenvolvimento e o processo é diferente entre os espaços rurais e urbanos, o que influencia no perfil dos sócios.

4 AS OPORTUNIDADES SOCIAIS E AS FACILIDADES ECONÔMICAS: PRENÚNCIO DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADES NO COTIDIANO DAS COOPERADAS DO LITORAL NORTE GAÚCHO

Essa pesquisa buscou identificar se as cooperativas proporcionam condições para que as mulheres atuem economicamente de modo justo, ampliem as suas liberdades, reduzam as suas privações cotidianas e obtenham satisfação pessoal, bem como se, através da ação cooperativa, essas mulheres ampliam as suas liberdades instrumentais e, finalmente, se essa dinâmica de ampliação de capacidades contribui com o desenvolvimento regional através de oportunidades sociais e políticas, a gestão democrática e transparência e segurança aos associados e a comunidade.

Os dados apresentados anteriormente foram imprescindíveis para refletir sobre essas questões e ampliar a compreensão acerca das realidades tão diversas dessas mulheres, mas que se entrecruzam através da prática e do pensar cooperativo. As informações coletadas também auxiliam a pensar sobre o desenvolvimento no litoral norte gaúcho através da lente do cooperativismo e também das mulheres e, além disso, considerar as práticas sociais de forma ordenada e elaborar a presente análise que permite conhecer os valores atribuídos pelas mulheres associadas.

As cooperadas do litoral norte gaúcho que responderam ao questionário totalizaram 18 mulheres, 67% sócias da COOMAFITT, 28% da COOPVIVA e uma delas da COOPERLÍQUIDOS. Esses valores correspondem a 13% do total de sócias da COOMAFIT, 26% da COOPVIVA e 100% da COOPERLÍQUIDOS.

As idades delas variam entre 19 e 56 anos e a maior concentração, 28% estão na faixa etária de 30 e 32 anos. Dentre elas, 28% têm nome nas suas propriedades, o restante não possui ou não informou. Elas são majoritariamente casadas, representando 72% e 67% são mães. Os grupos familiares variam entre dois e oito membros, sendo que 50% são compostos por duas ou três pessoas. Para Fraser (2009, p. 30) “a responsabilidade tradicional das mulheres para o processo de criar e educar os filhos ajuda a moldar os mercados de trabalho que as desfavorecem, resultando em poder desigual no mercado econômico” e além disso, “os efeitos adversos de taxas de natalidade elevadas incluem a negação de liberdades substanciais – devido a gestações frequentes e ao incessante trabalho de

criar os filhos” (SEN, 2010, p. 257), além do cuidado com os idosos e, no caso das cooperadas, sogras, sogros, pais e mães.

A responsabilidade e as preocupações que envolvem os cuidados com filhos e outros familiares gera uma carga excessiva para as mulheres e, assim como mencionado por Anderson (1992) impacta na sua ação profissional. O objetivo de um projeto mencionado pelo autor contribui para pensarmos sobre os elementos apresentados, pois, busca combater estereótipos – como de que só as mulheres devem realizar os cuidados domésticos e com os filhos – e, enfrentar discriminações que “afectan, actual o potencialmente a toda mujer en el ámbito laboral y de participación extra-doméstica y reorganizar equitativamente el trabajo de la casa” (ANDERSON, 1992, p. 17).

A escolaridade é elemento importante do perfil das associadas, visto que possibilita aplicar as orientações da cooperativa de modo mais preciso, 22% delas possuem ensino superior, porém, 78% cursaram apenas até o ensino básico e, dentre essas, 22% não tiveram oportunidade de estudo na sua localidade. Como a amostra é de aproximadamente 17% do total das associadas, considera-se que as respostas partiram daquelas com maior escolaridade. Em conversas informais com as presidentas, em especial do ramo agropecuário, foi recorrente a menção ao número de analfabetos ou de associadas e associados que possuem baixa escolaridade. Para Amartya Sen (2010, p. 59-60), “o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade”.

Em geral, as mulheres dessas cooperativas estudaram mais que os homens e, portanto, são elas que organizam as atividades das propriedades. As cooperativas atuam efetivamente na orientação do planejamento, na gestão, bem como em instruir sobre a emissão de notas para os produtores rurais. Uma prática que muitos negligenciavam por receio de errar ou realizar uma atividade que lhes prejudicasse. Uma presidenta destaca:

tem que ter movimento pro bloco, né, que é o movimento que prova a tua capacidade de pagamento, não. Tem que tirar isso das pessoas, não adianta ter um bloco guardado dentro de uma gaveta e dizer que tu é agricultor. Tu é agricultor quando tu tira nota que dá um recurso pra ti sobreviver, pelo menos o mínimo possível, né. Que é o que tá acontecendo e vai ser muito trágico isso porque as pessoas que não tiverem essa movimentação de bloco, eles não vão se aposentar, eles vão ter nascido dentro da roça e vão ter bloco desde que nasceram e não vão conseguir se

aposentar porque não comprovam ali dentro daquele movimento que eles conseguiram tirar o dinheiro dali pra sobreviver (Entrevistada C).

A maioria delas possui utensílios domésticos básicos, 55% tem computadores ou notebook, 100% tem aparelhos celulares e apenas uma pessoa não tem acesso à internet. Das cooperadas, 100% possui carro, sendo que 33% adquiriu após ingressar na cooperativa, 40% têm moto, 60% delas possuem habilitação e uma pessoa dirige até mesmo caminhão. Porém, 53% dizem que o transporte público é insuficiente e 40% consideram esse serviço satisfatório. Para a realização das atividades produtivas, 27% declaram possuir caminhão próprio e 53% possuem máquinas agrícolas próprias, 60% possuem trator e 27% deixaram de responder.

Porém, mais importante que a posse de bens e utensílios é o que essas mulheres podem realizar com eles. Os equipamentos que auxiliam nos afazeres domésticos permitem um menor gasto de tempo nas atividades, além de menos esforço físico, o que pode interferir nas suas condições de saúde. Existe um quantitativo de trabalho para ser executado e esse será facilitado caso as mulheres tenham acesso a equipamentos, veículos, utensílios em geral durante a realização das suas atividades.

Ao analisar que 100% dos grupos familiares possuem carro e que 60% possuem habilitação, identifica-se que o veículo provavelmente esteja para o uso exclusivo e/ou dependente de quem possui habilitação – possivelmente os esposos. Isso conduz para que elas dependam do transporte público e coletivo, o que a maioria delas considera insuficiente. Portanto, mais importante do que os bens que possuem é o que elas podem realizar com eles, ou seja, se existe liberdade de usufruir dos bens e das oportunidades e facilidades que eles podem promover.

Sobre a origem da renda familiar, as alternativas foram apresentadas em porcentagem, o que provavelmente resultou em relativa incompreensão nas respondentes. Nenhuma das cooperadas tem renda familiar originada do turismo rural ou outro, 80% não possui renda proveniente de comércio e/ou prestação de serviço. Já, 40% das mulheres têm renda originária de aposentadoria ou pensão, 20% tem até 25% da sua renda resultante de trabalho temporário, 13% de alugueis e arrendamentos e apenas uma pessoa identificou renda originária da criação de animais e atividade leiteira.

As atividades com a cooperativa representam renda de até 25% para 40% das associadas e até 50% para outras 40%, 20% das cooperadas possui renda da

venda direta para consumidores ou em outros canais, 13% tem até 75%, 7% até 50% e 60% delas não possui renda nessa atividade. Das respondentes, 40% delas possui uma renda sobre a qual tem poder de decisão, enquanto as outras 60% não possui. Dentre as que possuem renda própria, o período desse acesso varia entre 1,5 e 14 anos. Sobre conta bancária em seu nome, 80% possuem conta nominal e o tempo desse acesso varia entre 2 e 30 anos, sendo que 40% não informaram o quanto tempo de uso do serviço.

Entre as cooperadas, 73% utilizam cartão de crédito próprio e 27% não utilizam, dentre essas, duas cooperadas também não possuem conta bancária, o período de utilização do cartão oscila entre 1 e 21 anos. Possuem acesso a financiamentos 80% delas e 20% não, essa disponibilidade está acessível entre 2 e 20 anos. Dessas que acessam o serviço, 27% não pagam financiamento, 13% algum dos membros do grupo familiar está pagando financiamento, 60% pagam financiamento. Dentre as pagantes, 11% financiam um valor alto, 44% um valor razoável e 44% um valor baixo, considerando-se a renda dessas associadas.

Sobre os gastos familiares, 47% investe para manutenção da atividade produtiva, 27% gasta até 50% com alimentação e 40% delas consome até 25% da renda nesse gasto. Entre elas, 60% investe até 25% com educação e 47% investe até 25% com gastos em saúde, enquanto 53% não gasta ou não sabe informar. Em relação a poupança ou reserva, 33% não possui poupança ou reserva, 40% destina até 25% e 27% não sabe informar. Sobre a divisão das despesas, 67% delas dividem igualmente, 47% tem autonomia sobre a gestão da renda, 27% usa renda para auxiliar os estudos dos filhos e 20% é responsável pela maioria das despesas financeiras. Porém, nenhuma das mulheres usa sua renda somente para despesas pessoais.

A renda é de uso familiar, algumas não sabem precisar os gastos e custos, bem como parte delas não possui autonomia financeira, o que se manifesta pela ausência do acesso ao crédito. Considerando que elas são trabalhadoras, associadas e sua atividade produtiva produz renda elas poderiam usufruir dessas facilidades econômicas de modo a alcançar outras oportunidades sociais. Não é possível afirmar que ocorra, ou não, uma distribuição justa entre os familiares, nem mesmo que as necessidades de mulheres e meninas possuem a mesma relevância ou se os gastos são maiores com os membros masculinos do grupo familiar.

A desigualdade na distribuição da renda não precisa alcançar os padrões mencionado por Sen (2010) ao relatar meninas em condições de subnutrição e/ou negligência médica. Mas até mesmo pela concepção de que a mulher cabe o espaço doméstico e aos homens o espaço público, pode ocorrer um investimento desproporcional entre os membros familiares. As cooperativas através de espaços de discussão podem questionar esses modelos e ajudar a romper com essas estruturas, reconhecendo o papel ativo das mulheres, destacando que “quando as mulheres podem auferir renda fora de casa e o fazem, isso tende a melhorar a posição relativa feminina inclusive em distribuições no âmbito da família” (SEN, 2010, p. 252) e valorizando igualmente o trabalho não remunerado, visto que tem aspecto econômico e contribui para a prosperidade familiar.

Quanto as questões de saúde, 61% nunca tiveram desmaios, e 11% raramente ou às vezes, 28% não possuem dores de cabeça e 55% sentem essas dores às vezes ou raramente. Já, 50% nunca sofreram de enxaqueca, enquanto 28% sentem às vezes ou raramente e, 22% nunca tiveram dor nas costas, enquanto 61% sentem às vezes ou raramente, uma pessoa sente quase sempre. Dentre as cooperadas, 83% utiliza o SUS, uma delas possui plano privado e uma delas consulta particular quando necessário, 50% delas realizam exames com regularidade, 33% apenas quando se sentem adoecidas e uma delas realiza a cada seis meses. No Brasil, os programas preventivos como os ofertados pelo SUS permitem que na área da saúde pública não ocorra uma ampla desigualdade como em países como Índia e China. Para Sen (2010, p. 144), a culpa das elevadas taxas de mortalidade entre mulheres “parece ser a relativa negligência com a saúde e a nutrição feminina, especialmente – mas não exclusivamente – durante a infância”. Já para Moser (1989), quando os suprimentos de água e saúde são insuficientes, são as mulheres que mais sofrem, ou seja, elas tendem a se sacrificar para benefício dos demais, inclusive debilitando sua saúde.

Nas atividades domésticas, 73% nunca têm ajuda externa e nenhuma delas possui ajuda externa sempre ou quase sempre, 27% quase nunca tem participação dos filhos assim como, 27% tem às vezes, e 20% tem sempre participação dos filhos nas atividades domésticas. Quase metade delas, 47%, responderam que a participação nunca é somente de mulheres e meninas, enquanto 20% respondeu que sempre ou quase sempre é o que ocorre, já 53% informou que o companheiro ou esposo participa das atividades às vezes e 27% que quase sempre participa,

13% quase nunca participa e apenas uma participa sempre. Praticamente metade das mulheres, 47%, responderam que as atividades nunca são distribuídas conforme o que cada um gosta de fazer, 27% respondeu que às vezes a distribuição ocorre conforme a preferência e 20% que quase sempre. Portanto, quase metade delas exerce atividades que seu desejo não foi levado em consideração, o que podemos relacionar com uma vivência que ela não desejou e/ou deseja. O tempo dedicado as atividades domésticas considerando a organização consome até 4 horas de 53% das mulheres, de 4 a 8 horas de 27%, de 8 a 10 para 13% e uma das mulheres mais de 12 horas. Para Sen (1987, p. 7, tradução nossa), “a falta de percepção do interesse pessoal combinada com uma grande preocupação com o bem-estar da família é, naturalmente, apenas o tipo de atitude que ajuda a sustentar as desigualdades tradicionais²¹”.

Identifica-se que as mulheres assumem grande parte das atividades domésticas e os cuidados com os filhos, o que interfere na participação delas em atividades extras e/ou complementares que fortalecem os vínculos sociais. Assim, sobre a participação em atividades esportivas, 40% das mulheres nunca participa e apenas 13% participa semanalmente. Em atividades religiosas, 33% participam semanalmente enquanto 40% nunca participam ou participam menos de uma vez ao mês. Das atividades escolares, 33% participam sempre que ocorrem e 27% nunca participam. Sobre possíveis atividades festivas, 40% participa menos de uma vez ao mês e 27% uma vez ao mês ou mais, já em reuniões comunitárias, 33% nunca participa e 40% participa sempre que ocorre ou pelo menos uma vez ao mês. Nas atividades da cooperativa, 60% participa sempre que ocorrer, 27% uma vez por mês ou mais e 13% nunca. As cooperadas buscam informação em vários veículos, sendo que 67% buscam na cooperativa, 60% na televisão, 33% no rádio, 27% com vizinhas, parentes e amigas, 100% na internet e 47% nos grupos de *WhatsApp*.

Acesso à informação é importante bem como as redes de troca dessas informações, a COOMAFITT mantém um grupo em aplicativo que utiliza para troca de informações, avisos e, principalmente, a divulgação dos eventos mensais realizados para as mulheres, mantidos em formato virtual durante a pandemia de COVID-19, para o qual contou com o apoio da extensionista da EMATER. Segundo

²¹ “the lack of perception of personal interest combined with a great concern for family welfare is, of course, just the kind of attitude that helps to sustain the traditional inequalities” (SEN, 1987, p. 7).

Hilkenkamp, Guerin e Verschuur (2014, p. 15) ações práticas que ocorrem em conjunto “permitem a construção de novos repertórios de ação e solidariedade”.

Esses dados coletados foram importantes para identificar as condições socioeconômicas das mulheres, pois, assim como os autores Schneider e Freitas (2013, p. 126) destacam “entender o desenvolvimento é mais que uma análise das condições de renda dos indivíduos, mas uma abordagem integral, que observa os funcionamentos e as capacitações dos indivíduos e como estes conseguem melhorar suas condições de vida”. É importante considerar elementos que possam estar faltantes ou disponíveis para essas cooperadas e que possibilitam que elas reduzam as suas privações, supram as suas necessidades, ampliem as suas oportunidades e vivam uma vida conforme os seus valores.

Apesar das dificuldades cotidianas e de um cenário cultural e social bastante marcado pelo patriarcalismo, percebemos que o cooperativismo na região tem auxiliado a reverter situações de dificuldades que as mulheres enfrentam. A partir do ingresso na cooperativa tanto oportunidades sociais quanto facilidades econômicas estão mais acessíveis, as percepções das associadas possibilitaram analisar e verificar condições de bem-estar e satisfação das associadas.

Em relação as oportunidades sociais promovidas pelas relações e ou elementos disponíveis para seu uso, elas responderam que quanto aos bens materiais, ou seja, equipamentos que promovem facilidade e conforto, 89% das mulheres consideram que seus bens são suficientes, enquanto 11% consideram insuficientes. Sobre os instrumentos e ferramentas usadas para trabalhar, 78% consideram suficientes e 22% insuficiente. Em relação as possibilidades de se deslocar da sua residência, 72% delas considera suficiente, enquanto 28% julgam insuficientes.

Quanto a possibilidade de voltar a estudar, 78% gostariam de voltar a estudar, dentre estas, 50% fariam curso somente se ajudasse na atividade atual, enquanto 21% apenas fariam curso para mudar completamente de atividade. Das 18 respondentes duas estão estudando atualmente, uma não respondeu, e uma delas informou que não pretende voltar a estudar, todas as respondentes desejam que os filhos permaneçam na atividade produtiva que desenvolvem, e 78% delas considera a necessidade do estudo como muito importante e 29% como importante.

No que se refere à saúde, 39% das mulheres não precisam de nenhum cuidado médico regular, 39% não fazem acompanhamento médico e essa condição

não interfere nas suas atividades, enquanto que 22% percebem que algumas atividades não podem ser por elas realizadas. Metade delas consideram bom o seu cuidado com a saúde, 39% consideram razoável e 11% consideram ótimo. As mulheres consideram que os serviços de saúde da região, como postos de saúde e hospitais são: 61% bom, 17% razoável, 17% ótimo e 5% ruim.

Em relação ao tempo, 67% das associadas percebem que trabalham mais horas do que antes do ingresso na cooperativa, mas, 61% considera que sobra tempo para o lazer. No tempo livre, 44% percebe que realiza mais atividades produtivas, como artesanato, panificados e produtos comercializáveis, 28% considera que o tempo de férias e lazer é suficiente, porém, 28% considera que seu tempo livre significa cuidar de outras pessoas, 22% consideram que o seu intervalo de almoço significa mais trabalho. Sobre a atividade cooperativa, 94% considera que é uma atividade digna, 78% percebe que possibilita ajuda em casos de dificuldade e/ou privações, porém 39% afirma que precisa trabalhar muitas horas e 22% que a atividade exige muito das associadas. Porém, assim como a associação é livre, a permanência também, e

o cidadão estando de acordo com os objetivos sociais da cooperativa e assumindo o compromisso de cumprir com suas obrigações enquanto cooperado, e a cooperativa com condições suficientes em recebê-la, não haverá qualquer impedimento para esse cidadão ingressar no quadro de associados. Do mesmo modo ocorre com sua saída, caso seja de seu interesse, poderá ser pedida a qualquer momento e não pode ser negada (BRAÚNA; CANÇADO, 2020, p. 156).

Nesse caso, optar por permanecer associada, apesar do excessivo tempo dedicado as atividades produtivas, provavelmente ocorre pelo fato de que as cooperadas já vivenciaram um período sem a participação na cooperativa em que o grau de privações era superior ao que é vivenciado atualmente. Além disso, existe a expectativa de ampliar os acessos e as oportunidades, o que possibilita a permanência como associada.

Entre as demandas identificadas, 16% sugerem cursos de curta duração realizados aos finais de semana, 22% sugerem cursos de longa duração, promovidos em mais de uma etapa e/ou com encontros regulares, 50% sugerem a realização de palestras, 61% delas defendem a ampliação da assistências técnica, 17% gostariam de obter informações sobre a administração da cooperativa, 22% sugerem que os horários de reuniões sejam em dias e horários diferentes, 17%

sugerem encontros somente para mulheres e também 17% pensam que poderia melhorar a valorização das atividades realizadas pelas mulheres. Inicialmente, destaca-se a participação política possível em um ambiente democrático e disposto a escutar as demandas das cooperadas. Diferentemente de exemplos como apresentado por Sen (2010) em que as pessoas comuns pouco ou raramente podem questionar aqueles que detêm o poder. Acrescenta-se o fato de que as mulheres podem realizar uma análise do contexto que vivenciam e apontar alternativas, evidenciando o equívoco da concepção iluminista que “explicitamente negava que as mulheres possuíssem a racionalidade e a capacidade de observação desapaixonada e objetiva exigidas pelo pensamento científico” (HARDING, 1993, p. 17).

Observa-se uma distinção entre as associadas de uma cooperativa e outra, visto que, uma das cooperativas já realiza cursos mensais e atividades regulares, bem como encontro de mulheres. As cooperadas que já participam de atividades, acrescentaram em suas respostas que os encontros já ocorrem e que são bons, dentre essas duas sugerem que eventualmente os cursos ocorram nas localidades e não apenas na sede. A possibilidade de sugerir, argumentar e demandar atividades formativas é a manifestação de que ainda existe espaço para a ampliação das oportunidades sociais para as cooperadas do litoral norte.

Mais especificamente quanto a percepção relativa ao gênero, “por ser mulher...”, na cooperativa, 11% das associadas percebem que têm menos oportunidades, e que a opinião das mulheres é menos considerada, 5% que a sua atividade produtiva não é valorizada, bem como, tem pouco espaço nos cargos de direção, além disso que nos debates os homens falam mais. Tiburi (2018, p. 61) pontua que “as mulheres serão constantemente preteridas e talvez, de antemão, nem se coloquem em disputa com um homem, porque já se acostumaram a um lugar subalterno e negativo nessa ordem”. Por outro lado, 61% das mulheres não identificam nenhuma das alternativas apresentadas, pelo contrário, uma delas ao responder presencialmente ao questionário afirmou que na sua cooperativa “as mulheres estão com tudo”. Esses dados nos permitem identificar que as realidades entre uma cooperativa e outra são bastante desiguais nessa percepção do reconhecimento das mulheres.

A inclusão de uma das presidentas entrevistada entre as 100 mulheres mais influentes no agronegócio é uma marca de reconhecimento da força e mobilização da agricultura familiar e da juventude rural. E, de acordo com Sen (2010, p. 249)

esse poder tem de ser relacionado ao reconhecimento de que o poder feminino – independência econômica e emancipação social – pode ter grande projeção sobre as forças e os princípios organizadores que governam as divisões *dentro* da família e na sociedade e pode, em particular, influenciar o que é implicitamente aceito como “intitamentos” das mulheres.

Além disso, as cooperadas consideram muito importante participar das assembleias, 82% delas, e 18% consideram importante, bem como opinar nas decisões, 91% consideram muito importante buscar orientação junto a cooperativa em caso de dúvidas, assim como ser tratada da mesma forma que os homens, e, 9% consideram importante, 72% consideram como muito importante poder questionar os gestores, votar para presidente e conselheira(o)(s), além de se candidatar para esses mesmos cargos. Todas as respondentes percebem como muito importante o fato de ser reconhecida e valorizada. Essas percepções das oportunidades sociais permitem analisar que “com a expansão dessa liberdade o indivíduo tem maior possibilidade em participar de forma efetiva nas atividades políticas e econômicas” (BRAÚNA; CANÇADO, 2020, p. 159).

Educação e uso do tempo são os elementos mais evidentes para uma revisão, em virtude do número elevados de mulheres que manifestam interesse em retornar a estudar. Embora essa não seja uma atribuição das cooperativas, e sim dos órgãos governamentais, nota-se uma insuficiência do Estado em ter proporcionado o estudo regular na idade apropriada para essas mulheres, o que muito provável foi interrompido ou pela necessidade de trabalho, ou ainda pelo casamento e a maternidade. Essa condição retoma os estudos de Saffioti (2013) que caracteriza uma educação pautada pelo ideal do casamento em que o matrimônio e o maternar era comparáveis a uma carreira profissional.

Apesar de não estar diretamente vinculado, o uso dos tempos nas atividades produtivas e a excessiva carga de atividades domésticas e de cuidado com crianças e/ou adultos, sabe-se que essas mulheres atuam na produção agrícola no mesmo ritmo que os homens. Porém, ao retornar da lavoura, no caso das agricultoras, ainda lhes resta as atividades de cozinhar, lavar, maternar, sem considerarmos todo o

planejamento e a organização que é invisibilizada nas atividades domésticas, mas que, exigem o tempo das mulheres, majoritariamente. Para Santos, Cardoso e Scott (2017), as condições apenas se modificaram para as mulheres, porém, não houve transformação substancial entre as práticas masculinas.

No caso do Brasil o tempo que as mulheres dedicam aos serviços domésticos não remunerados é mais que o dobro do tempo que os homens gastam com esse tipo de trabalho. Embora as mulheres brasileiras tenham mudado seu comportamento diminuindo o tempo dedicado aos trabalhos domésticos do lar, os padrões masculinos não mudaram, contribuindo para as desigualdades de gênero reveladas nas pesquisas (SANTOS; CARDOSO; SCOTT, 2017, p. 13).

Essa condição é reforçada no momento em que mais de 60% das mulheres identificam que trabalham mais horas do que antes do ingresso na cooperativa, quase a metade delas utiliza seu tempo livre para mais atividades produtivas (artesanato, pães e outros) e outras usam o mesmo tempo para cuidar de outras pessoas, além de trabalhar no que deveria ser seu intervalo de almoço. Certamente que se ocorresse a divisão justa das tarefas domésticas entre homens e mulheres, as respostas seriam bastante distintas. O cooperativismo tem defendido de muitas formas a atuação econômica das mulheres, defendendo a igualdade salarial nos mesmos cargos e disponibilizando linhas de crédito específicas para mulheres. Cabe também incentivar ações sociais que busquem questionar e transformar as estruturas mantenedoras de uma suposta supremacia masculina de modo que as mulheres sejam reconhecidas e respeitadas sem distinção.

Em relação as facilidades econômicas, após ingressar na cooperativa, 72% das mulheres perceberam que ocorreu um aumento em sua renda, melhoria nas condições de vida, mais informação para gerenciar suas rendas e que a renda possibilitou planejamento futuro, 67% delas percebem que a renda ajudou a reduzir/eliminar privações e sentem segurança quanto a renda da sua atividade, 61% passou a atender as suas próprias necessidades e desejos, enquanto 55% percebeu que sua renda aumentou a influência nas decisões familiares, bem como que a cooperativa se tornou a principal fonte de renda. Apenas uma das cooperadas respondeu que ainda não entregou produtos para a cooperativa, portanto ainda não percebeu os impactos após o ingresso.

Ainda sobre a atividade cooperativa, 72% sente que a atividade é estável comparada com os empregados que correm risco de ser demitidos, 50% delas

reconhece que é melhor que fazer “bicos” ou ter trabalho informal, porém, 17% considera que preferia ter carteira assinada, enquanto 83% não prefere. Para além da questão financeira, outros elementos integram a dimensão econômica como a estabilidade, o planejamento e a segurança. As cooperadas reconhecem essa confiança na cooperativa e sabem que ao entregar o produto certamente receberam conforme as condições e valores acertados.

Essa situação caracteriza a facilidade econômica que permite que as associadas mantenham seus planejamentos de modo regular, bem diferente de quando se submetiam aos atravessadores. Braúna e Cançado (2020, p. 159) refletem que “esse processo tem importância fundamental os recursos disponíveis que cada indivíduo possui, ou seja, a gama de produtos que uma pessoa pode comandar na sociedade”. Sen (2010) considera que a falta dessa liberdade prejudica o poder econômico das mulheres, entre outras consequências e alerta para a relevância de discutir os problemas sociais e “as vantagens das atividades em grupo para ocasionar mudanças sociais significativas” (SEN, 2010, p. 156). Além disso, a presença da cooperativa CRESOL na região é percebida como uma nova oportunidade, já que essa instituição é percebida uma cooperativa “de fato”, em oposição a outras cooperativas de crédito que se afastaram bastante da origem e se parecem mais com bancos.

Entre as respostas recebidas já percebemos alguns avanços alcançados por essas mulheres, principalmente, os cargos de presidência e a presença das mulheres nos conselhos. O carácter diferencial do litoral norte gaúcho é peculiar, já que apenas 3% das cooperativas gaúchas do ramo agropecuário são presididas por mulheres e 2,5% das cooperativas gaúchas de transporte. E, dentre as cinco cooperativas conveniadas a OCERGS e que estão localizadas nos municípios do litoral norte, duas são presididas por mulheres, ou seja, 40% delas, acrescenta-se o caso da COOPVIVA que, embora não conveniada a OCERGS possui uma mulher como presidenta.

Dentre as 16 mulheres que responderam esse bloco de perguntas, temos duas presidentas e 44% destas são funcionárias ou conselheiras das cooperativas. Essas mulheres dedicam as atividades da cooperativa diariamente, 50% delas mais de oito horas, 6% entre seis e oito horas e 37% até quatro horas. Em caso de poder mudar de atividade econômica, 87% relata que ainda assim permaneceria na atividade atual e 44% delas gostariam que os filhos permanecessem na atividade.

Assim como Sen (2010) defende o papel ativo das mulheres e Harding (1993) a capacidade racional delas em elaborar sobre as suas realidades, identifica-se que as associadas atuam em várias frentes nas suas cooperativas – além da produção em si – e projetam o seu futuro e de sua família através da atividade produtiva vinculada a cooperativa.

Quanto a assistência técnica 67% consideram satisfatória, 4% suficiente e apenas uma cooperada julga insuficiente. Ao participar de uma reunião entre os cooperados de uma das cooperativas, evidenciou-se que a assistência técnica é uma condição importantíssima para os associados. As agricultoras, cientes dos impactos nos recursos hídricos da região, enfatizaram a importância da assistência técnica visando qualificar a produção, o melhoramento das suas práticas e, principalmente, demonstraram consciente pela conservação dos recursos hídricos. Mencionaram os agricultores que não participam da cooperativa, que utilizam agrotóxicos e não estão comprometidos com a preservação ambiental. Entre os relatos, foi mencionado que estão cientes que a atividade inadequada em uma propriedade irá impactar nas demais devido aos fluxos dos rios.

A respeito do ingresso na cooperativa, 67% afirmam que o interesse partiu delas mesmas e 50% afirma que foi convidada pela cooperativa, ou seja, algumas já tinham interesse e foram convidadas. Já 44% delas apontaram que familiares já eram associados, tiveram incentivo dos familiares e os homens da família apoiaram e/ou incentivaram, 37% afirmaram que vizinhos, colegas e/ou conhecidos eram associados e que tiveram incentivo das mulheres da família e/ou amigas. Essa valorização pela confiança e a ajuda mútua não pode ser negada e, Sen (2010, p. 354) afirma que “precisamos deixar de lado a suposição de que apenas ganhos pessoais movem as pessoas e que os valores e as normas são absolutamente irrelevantes”.

Sobre os cursos promovidos pelas cooperativas, 81% consideram que eles são úteis, 75% que gostaram dos cursos, 31% afirma sugerir novos e 25% que não poderia pagar pelo curso caso realizasse individualmente. Essa condição identifica que ocorreram e ocorrem avanços no cenário da cooperativa no que cabe às atividades formativas, embora ainda exista espaço para ampliar essas formações.

A participação em uma cooperativa já diz de um espaço mais democrático, com direito a voto, direito a se candidatar e de discussões que também permitem desenvolvimento e informações relevantes para suas vidas. O acesso ao apoio

técnico é bastante valorizado por essas mulheres, elas sentem mais segurança nas suas tarefas do cotidiano e encontram esse apoio através da cooperativa.

A transparência pode ser tanto um avanço como também pode se apresentar como um obstáculo, as características do modelo de gestão garantem a transparência das ações bem como das finanças da cooperativa, “o mais importante neste processo é compreender que isto afetará negativamente cada associado, ou seja, pode afetar no conjunto de liberdades das quais dispõe” (BRAÚNA; CANÇADO, 2020, p. 160). De acordo com os autores Rambo e Vianna (2020, p. 267), “sem prestação de contas e controle democrático, muitas das formas de governança poderão transformar-se em instrumentos de desigualdade e injustiça em favor de interesses clientelistas ou comportamentos populistas”.

Assim, para além das oportunidades sociais e das facilidades econômicas, a garantia de transparência é uma liberdade importantíssima em gestões democráticas. No contexto de mais acesso à informação e ampla divulgação do planejamento, das iniciativas e alternativas de solução, as associadas e os associados sentem-se mais seguros e em condições de refletir ou questionar, portanto, efetivamente participar de modo ativo na sociedade que integra. Braúna e Cançado (2020, p. 160) ilustram da seguinte maneira:

Hipoteticamente, comparam-se duas cooperativas: a primeira divulga aos sócios, com regularidade, suas transações financeiras, balanços, bem como outras questões de interesse dos associados, portanto possui uma transparência exemplar. A segunda não divulga seus resultados nem ao menos nas assembleias, assim os associados não ficam a par dos acontecimentos da cooperativa, entende-se que deste modo inexistente transparência.

De acordo com Sen (2010, p. 321), “não podemos realmente fazer juízos sociais com tão poucas informações”, o que corrobora as críticas de Bruschini (2007) sobre a inadequação de dados estatísticos em relação à participação econômica das mulheres e a expectativa de uma das entrevistadas que espera que “*as cooperativas se comprometam mais a falar sobre números, indicadores e metas, principalmente na alta liderança*” (Entrevistada D2).

Para além desse aspecto, as cooperativas agropecuárias reconhecem que a comercialização da produção de seus agricultores sem a interferência e a exploração de atravessadores é algo que permite a organização e o planejamento de seus associados. E, foi “a partir da criação da cooperativa, por um pequeno grupo

que sofria essa crise econômica, o que era para ser uma medida de sobrevivência se transformou em potencialidade” (SANTOS, 2017, p. 44), e, embora Santos (2017) pesquise a COOMAFITT, essa também era a realidade dos produtores rurais da COOPVIVA.

Apesar disso, elas ainda enfrentam alguns obstáculos como as longas horas de trabalho – características da atividade de produção agrícola, adicionadas as atividades domésticas e de cuidado com familiares. Essa condição, que já foi apresentada anteriormente com sua dimensão econômica, pode ser revista com sua característica de impedimentos das mulheres em usufruir das liberdades disponíveis e de conquistar mais espaços.

Dentre as 11 respondentes, 45% delas gostaria de obter mais ajuda em casa para poder participar das atividades da cooperativa, 36% de ter apoio em casa para realizar os cursos que a cooperativa oferece. Além disso, 82% delas gostariam de estudar mais sobre as atividades produtivas, 73% de se dedicar para compreender e estudar as atividades da cooperativa e 54% de participar mais das decisões da cooperativa e também das decisões familiares. Portanto, a sobrecarga que essas mulheres administram é um obstáculo no processo de atuar mais efetivamente nas etapas da atividade produtiva vinculadas a cooperativa.

Essas respostas alertam para a urgência de dividir as atividades domésticas e de cuidado dos filhos com os pais, esposos e/ou companheiros, evidencia-se “a necessidade de envolvê-los na vida familiar com o objetivo de reequilibrar em seu interior, as relações de poder” (BRUSCHINI, 2012, p. 260). Principalmente pelo fato de que

na verdade a cooperativa é extensão familiar, não é só o esposo, é a família como um todo, deveria ser assim. Mas tem muito essa divisão e a gente procura trabalhar nesses grupos de mulheres exatamente fazer, quebrar essa divisão, fazer com que as mulheres enxerguem que elas também têm importância nesse processo de decisão né, que é um processo político de decisão dentro das assembleias das cooperativas (Entrevistada D5).

Portanto, mesmo quando existe a disponibilidade ofertada pela cooperativa, as mulheres possuem as suas “obrigações” domésticas e cuidados que não podem ser negligenciados e essa condição as impede de alcançar outras oportunidades, promovendo privações ou mantendo as já existentes. Exemplifica-se com o relato da presidenta que menciona aguardar a idade escolar dos filhos das sócias, pois, desta

forma, no turno que as crianças estão na escola, a mãe poderá participar de atividades na sede da cooperativa. A divisão sexual do trabalho ainda precisa ser questionada e revista de forma que não se mantenham e reforcem as desigualdades entre homens e mulheres.

Entre os avanços e obstáculos após o ingresso na cooperativa, nota-se uma distinção entre as sócias da COOMAFITT e da COOPVIVA. Enquanto aquelas estão mais dispostas para as discussões e formações políticas e sociais, essas solicitam atividades práticas. A entrevista da servidora da EMATER proporcionou elementos que também distinguem uma cooperativa da outra, em especial quanto ao interesse pelas atividades de formação. As cooperadas da COOPVIVA sempre manifestaram pelo interesse de atividades e cursos práticos de produtos e alimentos que elas pudessem comercializar posteriormente e obter renda e, essas mesmas mulheres não manifestavam interesse pelas discussões e formações com viés mais político e social da cooperativa. Inclusive, gradualmente, foi ocorrendo o distanciamento entre a extensionista e a cooperativa.

Diferentemente, na COOMAFITT, ocorre um grande investimento com jovens e com mulheres, exemplifica-se com as formações que permaneceram acontecendo no modo *online* durante o período de distanciamento provocado pela pandemia COVID-19. Novos temas permanecem surgindo e as formações ocorrem mensalmente através de uma sala virtual em que as cooperadas podem interagir entre elas e as responsáveis pela organização das atividades. Embora estejam em uma região com características similares e tenham se constituído como cooperativas para superar as barreiras impostas por comerciantes exploradores, os grupos de associados se articulam de maneira bastante distinta. Enquanto a gestão de uma das cooperativas investe em atividades de formação com os jovens e com as mulheres, a outra é mais resistente as atividades. Uma delas possui na gestão a presença de jovens e mulheres e é perceptível a valorização do produtor na mesma medida em que se preocupam em suprir as limitações que ele tenha quanto as novas tecnologias, as normas e controle de qualidade.

Essa questão pode ser alvo de maior investigação futura visto que a forma como as relações se estabelece são diversas e resultam em menor ou maior desenvolvimento entre os cooperados e, conseqüentemente, na região. As explicações para diferenças podem ter raízes distintas, culturais, patriarcais, históricas. Porém, é importante manter em mente que os conceitos de

desenvolvimento são múltiplos e, enquanto alguns indivíduos buscam o econômico, outros já ampliaram a sua concepção e almejam socioeconômico, político, entre outros. Mas é certo que é importante identificar se ainda resta a concepção de distinção entre trabalhos femininos e masculinos para que não se perpetue essa visão e não se restrinja oportunidades para as mulheres com base numa suposta supremacia masculinas.

Para compreender o movimento cooperativista de forma mais ampla, caracterizar a participação das mulheres no cooperativismo e refletir sobre o desenvolvimento, foram entrevistadas cinco mulheres que atuam em distintas instituições e cooperativas, algumas vinculadas a instituições de formação de colaboradores e associados de cooperativas dos mais variados ramos.

As observações concentram-se nos seus “encontros” com o cooperativismo, suas considerações sobre o machismo/patriarcalismo, a dimensão regional e a capacitação/formação das mulheres. Considera-se que essas dimensões possibilitam relacionar a participação das mulheres no cooperativismo e sua repercussão no desenvolvimento, mais particularmente no desenvolvimento regional.

a) Encontro com o cooperativismo:

Entre as cinco entrevistadas, somente uma delas teve o seu primeiro encontro com o cooperativismo de forma prática, ou seja, como associada e fundadora da cooperativa. Para as demais, o acesso ao movimento cooperativista aconteceu na formação acadêmica, seja no seu ingresso, seja como pesquisadora ou como servidora de instituição vinculada. Esse fato permite refletir que, embora o cooperativismo seja um movimento coletivo e bastante plural com atuação em sete ramos que abrangem praticamente – se não totalmente, todas as áreas de atuação profissional, ele ainda está restrito a determinados espaços e áreas.

Portanto, constituir uma cooperativa e atuar economicamente através dessa, não é a primeira opção para a maior parte das pessoas, justamente por desconhecer as suas especificidades e seu funcionamento diverso. Assim, ao buscar alternativas às situações de crise e dificuldades econômicas, a maioria da população ignora as oportunidades através das cooperativas. O que nos leva até mesmo a crer que “*não ficou à altura dos nossos antepassados cooperativistas, no sentido de que os cooperativistas eram [...] uma alternativa ao status quo. Eles queriam mudanças,*

eles queriam fazer diferente, eles queriam dar acesso, democratizar, ter liberdade e equidade” (Entrevistada D2).

Com exceção da atividade prática vinculada as associações do movimento social dos Sem-terra, as demais tiveram o contato com o cooperativismo primeiramente no aspecto formativo e com relação ao mundo do trabalho – primeira graduação, objeto de pesquisa, análise na pós-graduação e trabalho. Vemos assim uma dinâmica distinta do que nos apresenta Chayanov (2017) ao referenciar que o cooperativismo é teorizado posteriormente, já que, antes ele se realiza na prática, ou seja, nas relações sociais e econômicas entre os indivíduos envolvidos. Porém, embora exista um contato acadêmico e formalizado, ainda não existe uma teoria cooperativista consolidada.

Esses fatos nos permitem considerar que ainda existe uma distância entre a formação, a capacitação formal e a prática cooperativista e, também, que aqueles que por ventura venham a se dedicar ao seu estudo, nem sempre possuem uma proximidade anterior com a temática.

b) Regional

Quanto ao aspecto regional, indiretamente as entrevistas demonstram uma reflexão sobre a importância de investir na região com o objetivo de desenvolvimento – tanto da atividade produtiva, quanto da permanência da atividade, quanto do reconhecimento da diversidade regional do Brasil.

Embora a possibilidade de saída desse espaço “familiar” seja percebida como uma oportunidade de novas escolhas, novas formações, *“a gente tem uns seis ou sete jovens só que tá na roça, o mais já se foram tudo né, foram estudar”* (Entrevistada D4), também se reflete sobre a necessidade que o trabalho realizado na comunidade permaneça e, inclusive, necessita de incentivo e recursos para que essa prática produtiva não seja prejudicada, *“a briga de política pública pras mulheres e pros jovens. Essa luta tinha que travar em todos os municípios”* (Entrevistada D4).

A característica de valorizar os elementos regionais é fundamental para desenvolver distintas regiões e não apenas os grandes centros econômicos. E, esse desenvolvimento pode ser identificado por dados já consolidados, como o PIB, que, apesar de mensurar dados quantitativos e econômicos, ainda é um parâmetro para medir desenvolvimento. Sabe-se que *“as cooperativas têm esse papel de*

descentralizar esse poder e essa riqueza, e que se a gente centraliza eles, tipo o PIB das pessoas mais ricas continua crescendo, municípios que têm cooperativas é mais distribuído” (Entrevistada D2), proporcionando acesso a renda e melhores condições ao maior número de pessoas nos municípios. O desenvolvimento inclui o econômico, mas, está diretamente vinculado ao social, ambos precisam se acompanhar para que as transformações sejam possíveis.

O econômico pode e deve promover as mudanças sociais necessárias, assim como o social repercute em mudança econômica. No cooperativismo, *“o programa social vai ser uma ajuda tecnológica para ele [o associado], pros filhos dele, pra eles ficarem na região, ficarem na cidade, pra que eles cresçam e fiquem com uma vida adequada, [...] isso é parte do negócio, o social como parte do negócio é algo muito o que eu acredito*” (Entrevistada D2). Assim, ao equilibrar o pilar social e econômico, as cooperativas irão promover oportunidade e alternativas aos seus associados que irão repercutir em desenvolvimento pessoal e também coletivo. Para os autores Schneider e Hendges (2006, p. 43), *“a autoconfiança individual reforça também os aspectos grupais e coletivos, e desta forma a cooperativa igualmente passa a ver reforçado o seu caráter de um “verdadeiro empreendimento coletivo”*. A cooperativa não deve servir apenas aos objetivos econômicos e, *“embora a prosperidade econômica ajude as pessoas a ter opções mais amplas e a levar uma vida mais gratificante”* (SEN, 2010, p. 375), a teoria do desenvolvimento como liberdade considera múltiplos aspectos e sua visão não se traduz *“em alguma ‘fórmula’ simples de acumulação de capital, abertura de mercados, planejamento econômico eficiente”* (SEN, 2010, p. 378)

Em algumas regiões, é possível identificar uma presença mais recorrente do associativismo, caracterizado por maior presença e liderança das mulheres, objetivo de melhorias à comunidade, espaços de diálogo e ações coletivas. Porém, em regiões como do Recôncavo Baiano, *“o cooperativismo formal é mais recente”* (Entrevistada D3) e ele surge nos cenários que enfatizam a questão econômica, financeira das atividades produtivas realizadas por aqueles grupos e comunidades. Ao recorrer as experiências do sul do Brasil, por exemplo, nas cooperativas agrícolas, também ocorre um elevado número de cooperados do gênero masculino e uma presença marcante desses nas presidências. Porém, é evidente que *“independente da região, as mulheres então elas fazem uma luta, não é só pra*

visibilização do cooperativismo, mas é pra elas serem protagonista dentro do cooperativismo” (Entrevistada D3).

Assim, para além de contribuir com o desenvolvimento das regiões, é fundamental que promova o desenvolvimento das mulheres que atuam nas cooperativas. Para uma das entrevistadas, a gestão da cooperativa exerce influência significativa nesse aspecto, quando as ações são propostas pelas mulheres, organizadas e estruturadas para ouvir as suas demandas e, principalmente, *“trabalhar nesses grupos de mulheres [...] fazer com que as mulheres enxerguem que elas também têm importância nesse processo de decisão né, que é um processo político de decisão dentro das assembleias das cooperativas”* (Entrevistada D5). León (2001, p. 100) afirma que *“para lograr la transformación de la consciencia de las mujeres es necesario empoderarlas. No obstante, es preciso señalar que la investigación sobre procesos de empoderamiento concretos es escassa y una tarea pendiente”*.

Para isso, é necessário reconhecer o impacto e a capacidade de contribuição das mulheres nos processos produtivos e lhes proporcionar as condições e os acessos para que elas realizem as suas atividades. Assim,

se eu tenho mais mulheres formadas, se eu tenho mais mulheres que tomam o crédito, se eu tenho mais mulheres que tomam o MEI, eu vou gerar aquele impacto lá que a gente tá falando, uma cidade, por exemplo, um bairro, uma comunidade que tem mais mulheres com mais qualidade de vida e talvez mais renda, que é o objetivo aí de uma cooperativa de crédito (Entrevistada D4).

E, essa participação certamente reverte para o desenvolvimento regional nos seus múltiplos aspectos ao considerar os recursos disponíveis localmente, assim como os atores e atrizes da economia solidária estudados por Hilkenkamp, Guerin e Verschuur (2014, p. 3) os quais, *“geralmente situam suas práticas dentro de um projeto de formas alternativas de conexão e interdependência dentro de uma modernidade democrática, e não em uma utópica desconexão com o mundo”*. Nesse sentido, embora usem o que está disponível no local e na região, estão conectados social e economicamente com escalas mais amplas.

c) Machismo/Patriarcalismo no cooperativismo

As relações no espaço cooperativista são um reflexo da sociedade brasileira que ainda possui as suas bases arraigadas num sistema patriarcal que utiliza dessa estrutura para manter as mulheres afastadas dos espaços de poder e também de autonomia e independência. Rubio (2003, p. 53) destaca que “el patriarcado es inherente a las necesidades del capitalismo”. Alguns ramos do cooperativismo são mais diversos quanto ao gênero em seu quadro social, “o ramo saúde, por exemplo, ele tá quase equilibrado, e 51% mulheres e 49% homens. [...] um diferencial bem interessante, como também no ramo consumo, 51% mulheres e 49% homens” (Entrevistada D1). Porém, nos demais ramos esse relativo equilíbrio não prevalece, “o ramo crédito hoje ele tem a composição mais, como eu posso dizer assim, mais diversa 15% do grupo de associados das cooperativas de crédito são mulheres e 85 homens” (Entrevistada D1).

Portanto, “ainda há muito atraso nesse tema, então, um tema ainda muito deficiente” (Entrevistada D2). Embora no ramo crédito, as mulheres constituam a maior parte dos colaboradores, o atraso é exemplificado pela ocupação dos cargos de nível hierárquico elevado em que quanto maior o nível, menor a presença das mulheres.

Além disso, as exigências e as relações que se estabelecem são marcadas por uma visão cultural masculina, “o nosso network é mais complexo, existe um desafio que se a gente sair pra almoçar com um homem pode ser segundas intenções e, geralmente, querendo ou não as relações se dão na informalidade, vão falar de futebol ou de temas que são preconceituosos ou misóginos e a mulher fica excluída” (Entrevistada D2). Acrescenta-se a exigência de deslocamento entre cidades para a realização do trabalho, situação que apresenta mais um obstáculo para as mulheres, principalmente as que exercem a maternidade. Essas precisam de uma rede de apoio – que pode se resumir ao companheiro e/ou pai da(s) criança(s), mas ela ainda precisa enfrentar o “juízo” social ao optar por atividade profissional que lhe apresente essa exigência.

Assim,

a exclusão da mulher desses espaços é o tempo inteiro em pequenos símbolos de não pertencimento [...], pra chegar lá, ela tem de se masculinizar, ou, por exemplo, ela não pode ter família. [...] tem que viajar a semana inteira e a mulher geralmente tem a questão da família. Ela é vista

na sociedade como a pessoa cuidadora, então se ela deixa o filho com o marido ela é julgada (Entrevistada D2).

Essas situações que se impõem para a mulher cooperada e/ou trabalhadora, que não realiza atividade profissional vinculada ao espaço doméstico, como por exemplo a produção rural, elas podem – o que ocorre recorrentes vezes – exigir que a mulher se dedique com quase exclusividade a sua profissão.

No ambiente rural, a estrutura familiar ainda está fortemente presente nas relações, *“as relações de gênero talvez sejam o elemento mais problemático dentro da cooperativa. O patriarcalismo no espaço rural é extremamente forte. As mulheres vêm sim se tornando protagonistas das suas vidas num ambiente coletivo e também num ambiente privado, mas ainda é um processo”* (Entrevistada D3). Os homens, mesmo em minoria nas cooperativas de produção da agricultura familiar, conseguem se manter nos cargos de liderança e eles se mobilizam e *“se articulam no sentido de descredibilizar e reduzir a capacidade da mulher, de colocar que ela não vai ter capacidade, porque ela não vai poder estar em todos os espaços necessários pra luta de inserção de uma cooperativa”* (Entrevistada D3). Ao afirmar que elas não poderão atuar nos espaços políticos e públicos necessários as atividades da cooperativa, os homens se utilizam de *“algumas táticas macabras, mas nessa cooperativa propriamente dita, é uma tática que é consciente de não permitir que as mulheres assumam a presidência”* (Entrevistada D3), assim, eles diminuem a capacidade das mulheres de assumir as lideranças das cooperativas e reforça *“a subordinação dessas mulheres”* (Entrevistada D3). Portanto, *“na prática essas mulheres não tem poder porque eles se impõem por essa cultura patriarcal e porque normalmente se cria um vínculo afetivo e, conseqüentemente, isso também é utilizado”* (Entrevistada D3).

Ainda as mulheres se sobrecarregam com as questões domésticas e os cuidados com filhos e familiares, o que dificulta se mobilizar e fazer política, visto que estão atarefadas em deveres domésticos (TIBURI, 2018) e essa condição fica evidente no relato de uma das entrevistadas, ela afirma que

Na maioria dos casos é o mais comum que acontece e poucas vezes a gente enxerga as mulheres tendo a oportunidade de participação em eventos e encontros, e, até mesmo, nas próprias assembleias das cooperativas. Porque muitas vezes as mulheres ficam em casa cuidando dos filhos e da casa e os maridos, os esposos, os associados que devem lá

fazer parte daquela reunião e tomar as decisões pela cooperativa (Entrevistada D5).

A realização de eventos do cooperativismo também recorre a pouca participação das mulheres, inúmeras mesas temáticas são formadas na maior parte por homens, com o argumento que são os presidentes das instituições. Mesmo no segmento da economia solidária, que conta com maior participação das mulheres, ainda assim

mesmo essas mulheres, elas relatam o quanto elas são, o quanto elas precisam lutar contra as práticas patriarcais que imperam dentro desses espaços e também dentro dos seus cargos de mais poder, por exemplo, todos os presidentes que falam em nome de, seja UNICOOOPS, seja OCB, são homens. Então, efetivamente é um espaço que se diz igualitário, que se diz democrático, que se diz baseado em valores muito distintos dos valores em voga em uma sociedade mais individualista e hierarquizadas, mas que precisa muito ainda avançar nessa ideia da equidade de gênero e também de raça (Entrevistada D3).

A crítica as instituições do cooperativismo são manifestas claramente na fala de uma das entrevistadas ao afirmar:

Eu não sinto essa disposição de se abrir pra novas concepções, pra desconstruir né valores que muitas vezes estão enraizados dentro dos processos patriarcais que foram formados. Agora, publicamente você não pode falar de um movimento igualitário, um movimento equitativo e reproduzindo, tão claramente as desigualdades. Então, você cria estratégias de mostrar que está sendo diferente (Entrevistada D3).

Por outro lado, uma das entrevistadas relatou ter adquirido a sensibilidade com a temática de gênero somente ao longo das discussões no ambiente de trabalho e as barreiras identificadas ao longo de sua vivência eram associadas as diferenças de formação entre o sistema de ensino público e o ensino privado, sendo o ensino público mais precarizado. Porém, com as recorrentes discussões percebeu que mesmo as decisões relativas ao trabalho, como por exemplo assumir um cargo de gerência, foram permeadas por reflexões, cobranças e questionamentos quanto a capacidade e a competência, sendo que “isso não passa na cabeça assim dos homens, por exemplo”, em especial ao se tratar de uma promoção. Essa fala corrobora a afirmação dos autores Hilkenkamp, Guerin e Verschuur (2014, p. 6) ao considerarem que os espaços de proximidade possuem “um papel fundamental na

socialização, conscientização, aprendizagem e no questionamento das identidades pelas mulheres”.

A consciência das limitações impostas por esse sistema perverso que segrega as mulheres é bastante presente nas demais falas, *“a gente luta sempre com essa barreira aí do machismo, de que a mulher não pode, a mulher não dirige e a mulher é, e aí isso acho que faz as mulheres, nós temos muita dificuldade ainda”* (Entrevistada D4). E o cooperativismo deve ser o espaço que promove oportunidades ao invés de legitimar o patriarcalismo, as ações sociais não devem ser entregar flores, fazer crochê, organizar e distribuir cestas básicas, pelo contrário, *“as ações, a gente tá falando da inclusão da mulher aqui do pilar social do cooperativismo como sociedade de pessoas, e ela como a mulher que tem o poder como dona, então não inventar outros papéis secundário”* (Entrevistada D2). Nesse sentido, identifica-se que as representações são distintas para algumas entrevistadas,

como produto da sociedade e sua história, as representações sociais acerca dos mesmos objetos e pessoas não são idênticas para todos os indivíduos e grupos, podendo ser configuradas de formas diversas e muitas vezes até antagônicas” (DEL RÉ; RAMBO; SCHNEIDER, 2017, p. 65)

Portanto, é preciso alinhar essas representações para evitar ações equivocadas nas cooperativas e que se promova as modificações mais benéficas. E para que a transformação aconteça ela deve ser coletiva e incluir os homens nesse movimento de transformação. A participação e envolvimento dos líderes é imprescindível e, é necessário,

também aos poucos transformar ainda os nossos líderes cooperativistas, pra que eles abram esse espaço, pra que os princípios e valores do cooperativismo voltem, eles voltem a se reconectar com eles. Porque vai precisar de humildade aqui, de às vezes eu abrir mão pra dar um espaço pra uma mulher, pra conseguir fazer isso acontecer a gente vai precisar de quem ainda está no poder, se não vai demorar muito mais (Entrevistada D2).

d) Capacitar

Para superar esse padrão masculinizado, é fundamental que se ocupe os espaços e que se tenha um olhar para as demandas das mulheres e que não as exclua dos processos decisórios e participativos. As medidas podem ser pequenas, desde que elas sejam graduais e educativas poderão resultar em transformações

relevantes e que considerem as diferenças existentes entre os ramos do cooperativismo, entre os associados e as associadas. Uma das entrevistadas afirma que não visualiza participação das mulheres nas cooperativas e associações da agricultura familiar quando não há um processo de formação política entre elas. Para ela,

uma formação que é um trabalho de formiguinha também né, uma formação no empoderamento dessas mulheres para estarem querendo se inserir e fazer parte da política da cooperativa, a participação política delas nas cooperativas. Então, a meu ver é muito linkado a questão de trabalhar grupo de mulheres com a participação dessas na gestão. Eu não consigo enxergar ainda cooperativas que não tenham feito esse trabalho anterior e as mulheres participando. Isso é um desenvolvimento, é um processo que acontece dentro das cooperativas (Entrevistada D5)

Investir em educação e formação é tão importante quanto investir em tecnologia e equipamentos para os cooperados. Porém, esse investimento deve considerar “a lack of adequate skills²²” (MOSER, 1989, p. 1804) e planejar atividades de formação e treinamento que realmente preparem as mulheres, e não reproduzam uma visão de que capacitação para mulheres se resume a aproveitamento de alimentos, costura e cuidado com crianças. Retoma-se a sugestão de realização de cursos nas localidades rurais, uma forma de ampliar o acesso de algumas associadas. Os gestores – em sua maioria, homens – ainda tem dificuldade de priorizar as formações que tenham como alvo o social e/ou mais especificamente as demandas das mulheres. A ênfase ainda é no aspecto econômico, “*ainda é mais econômico, com certeza. E muito também a parte da gestão, administrativa, [...] a parte da comercialização é o que mais o pessoal tem o interesse de trabalhar, porque eles enxergam isso como uma forma mais prática né. Muitas vezes o social não é visto a olho nu, não é visto na prática pelos dirigentes das cooperativas*” (Entrevistada D5). É necessário identificar ações que capacitem “*essas mulheres para ocuparem esses cargos que vão surgir e que já estão aí disponíveis para elas*” (Entrevistada D1) e elas poderão viver a vida que desejarem. Assim, as oportunidades serão cada vez mais qualificadas de forma que a oportunidade seja aproveitada de maneira mais efetiva possível, “*vamos dar oportunidade para mulheres, mas também vamos estimular com que essas mulheres se preparem para*

²² “falta de habilidades adequadas” (MOSER, 1989, p. 1804)

assumir esses cargos” (Entrevistada D1), seja através de cursos, de palestras, de acesso à educação formal.

O cooperativismo é um movimento que na sua base já define dentre os seus ativos os recursos para uso com ações de formação através do FATES. Pensar na participação das mulheres e associar com esse recurso é:

olhar esse tipo de carreira, [...] de jornada de carreira pra que a gente consiga ver as mulheres, a gente poder incentivar e apoiar elas nesse desenvolvimento para que elas cheguem lá também, de forma intencional. [...] tem o FATES, 5% aí focado em assistência técnica, educacional e social, pegar esse dinheiro pra gente poder preparar as mulheres pra que elas se sintam mais confiantes e a gente ter esses espaços (Entrevistada D2).

Somente com o desenvolvimento e incentivo no aspecto social que envolve todos os associados é possível alcançar os níveis de desenvolvimento mais amplo e que não centraliza o controle nas mãos das mesmas pessoas por décadas e décadas. É necessário estar atento as demandas específicas de cada cooperativa e possibilitar o auxílio na superação da barreira que é identificada pelos associados.

Assim como uma das entrevistadas se mostrou surpresa com a escolaridade de uma cooperada, *“quando ela me disse que tinha a 5ª série, eu fiquei bestificada porque ela é digamos a grande liderança das mulheres. E é quem consegue ainda por exemplo travar algum enfrentamento com os homens dentro da cooperativa”* (Entrevistada D3), *“ela foi até a 5ª série, mas ela reconhece que foi a participação que levou ela a buscar, mesmo sendo “burro velho que não aprende”, a buscar a ser alfabetizada”*. Bueno (2001, p. 39) registra que *“a ação compartilhada/cooperativada transforma essas mulheres enquanto sujeitos sociais, contradizendo o processo histórico que as inferiorizou”,* ou seja, é uma oportunidade para que através da ação coletiva superem as adversidades e as transformem em potencialidades.

Uma das entrevistadas narrou a sua satisfação ao realizar as atividades coletivas com a liderança e tomada de decisão das mulheres.

É muito gratificante quando tu consegue reunir lá um grupo [...] lá de 13 família, nós elegemos 4 mulher aqui [...], que ficaram elas de responsável pelo arrendatário, [...] elas que eram as coordenadora das suas família. Bah, foi muito rico. Nós ficamos um dia inteiro fazendo reunião, deu uns cinco ou seis grupo, as mulher se desafiando a coordenar. Por isso que eu digo que o trabalho de base é tudo, e nunca e é incansável, e não pode parar (Entrevistada D4)

Essas mulheres já percebem que os desafios existem e são muitos, porém, elas têm um caminho para superar esses obstáculos, *“nós temos que se prepara pra nós enfrentar os desafios que vem pela frente, porque não é fácil. Como você está se preparando e já tem o conhecimento do que é cooperativa, é isso que as nossas mulheres tem medo. E com isso nós só vamos se libertar se nós estuda, pesquisa e entrar no mercado de desafio mesmo”* (Entrevistada D4).

As falas das entrevistas nos permitem observar que algumas ações são realizadas no espaço cooperativistas, mas que ainda existe um longo caminho a ser percorrido. Ao sistema cooperativista cabe promover as oportunidades necessárias para que as mulheres se capacitem e possam atuar com o reconhecimento que lhe é devido.

Enquanto a sociedade reforça e mantém padrões culturais misóginos e baseia-se numa estrutural patriarcal, o cooperativismo deveria resgatar a vanguarda dos pioneiros cooperativistas e promover as mudanças e transformações urgentes para alcançarmos o desenvolvimento social e econômico que buscamos.

As reflexões com base nas entrevistas de mulheres atuantes em cooperativas e/ou docentes pesquisadoras da temática cooperativista foram importantes para dialogar e melhor analisar as entrevistas realizadas com as presidentas das três cooperativas escolhidas para essa pesquisa. É possível antecipar que a diferença entre os ramos – duas cooperativas do agropecuário e uma do ramo transportes, é perceptível na forma de conceber o cooperativismo e também na forma como são vivenciadas as relações externas.

Essa análise concentra-se na relação entre o cooperativismo e a dimensão regional, as considerações sobre o machismo, a capacitação/formação das mulheres e o reconhecimento e os desafios.

a) Cooperativismo e a dimensão regional

O fator econômico ainda é predominante ao considerarmos o impacto das cooperativas na região em que atuam e estão localizadas, principalmente, por se tratar de municípios com população total de 46.208 (Osório) e de 11.436 habitantes (Terra de Areia). Sabe-se que, no cenário de capital e de mercado, as movimentações financeiras são os indicativos de “sucesso” das empresas, ou das cooperativas, no caso dessa pesquisa, assim, é importante pontuar.

Das três entrevistadas, duas presidentas destacam a contribuição da cooperativa para os seus municípios e referenciam o aspecto econômico de seus faturamentos.

Vale repetir que a cooperativa congrega associados de Três Forquilhas, Itati e Terra de Areia, municípios que totalizam uma população de 25.603 habitantes. Já a COOPERLÍQUIDOS, cooperativa que conta com 85 associados e possui 95 caminhões em sua frota, na fala de sua presidenta destaca que “ *hoje movimentação financeira mensal em torno de três milhões e 900 mil reais, que antes, isso não é a realidade individual de cada um, hoje é a realidade da cooperativa*” (Entrevistada B), certamente um indicador que evidencia a diferença entre a cooperativa, que promove a distribuição da renda entre os associados, e uma empresa de poucos sócios em que a renda se concentram em poucos indivíduos.

A COOPVIVA realiza atividades de integração com os órgãos e conselhos municipais que possuem gestão sobre a alimentação escolar e a agricultura, além de outros órgãos estaduais e, essas relações os aproximam, inclusive, da constituição de políticas públicas. Além disso, a gestão coordena os seus trabalhos de forma que integra as famílias dos cooperados e promove espaços de discussão e diálogo. Esses resultam em desenvolvimento social para toda a sociedade e não apenas os seus associados. A presidenta destaca a preocupação da diretoria com a orientação e educação da gestão da propriedade, fator que possui um reflexo nas práticas produtivas dos cooperados.

Ao acrescentar esse exemplo, identifica-se que o impacto na região não é apenas econômico e, nesse sentido, o pilar social do cooperativismo é fundamental ao proporcionar uma percepção diferente da atividade produtiva. No caso dos cooperados do transporte, eles já realizavam o trabalho com cargas, ou como prestadores de serviço para alguma empresa ou com sua empresa particular, mas a unidade dos associados em cooperativa possibilitou um status distinto daquele anterior, seja diante de clientes, seja perante fornecedores e até mesmo da sociedade em geral.

Já no ramo agropecuário, a realidade dos “atravessadores” era algo recorrente na cadeia produtiva dos agricultores. Essa condição impedia o planejamento dos produtores, lhes sujeitava a uma situação de desvalorização do trabalho e até mesmo de exploração em algum nível, por exemplo, ao pagar um valor ínfimo por um produto de qualidade. Com a ação cooperativa, os associados

não dependem mais desses atravessadores e passam a ter autonomia na gerência da sua produção como destacado na fala destacada:

eles sabem que eles vão ter, eles vendendo pra cooperativa, eles vão ter um valor X que eles vão receber. E não aquela coisa, assim, de ficar na mão de um atravessador ou alguma coisa assim que nunca sabem o valor exato do quilo do produto que vão vender. Então eles não têm essa surpresa (Entrevistada A).

Para além da organização financeira e planejamento futuro, a participação na cooperativa auxilia na valorização do trabalho de produção agrícola e na ampliação do sentimento de dignidade, autonomia e autoestima desses trabalhadores e trabalhadoras rurais. Segundo uma das presidentas,

o que a gente vivia antes era o agricultor trabalhando dia e noite e sendo explorado sem nenhum respeito [...] é muito difícil chegar numa pessoa, que produz alguma coisa e tu vai arrancar praticamente dele. [...] porque a gente sabe que eles passam muito trabalho, a gente passa muito trabalho pra viver da roça (Entrevistada C).

Com base nos relatos, é possível perceber que os cooperados de modo geral tem maior acesso e informação sobre a sua própria atividade produtiva e também das práticas e relações para além da cooperativa, o que impacta tanto no aspecto econômico quanto social desses cooperativistas. Para Sen (2010, p. 149), “a participação pública nesses debates valorativos – de maneiras explícitas ou implícitas – é, na verdade uma parte crucial do exercício da democracia e da escola social responsável”, o autor ainda reforça que o uso da condição democrática é “parte crucial do exercício da própria elaboração de políticas econômicas, em acréscimo a outros papéis que essas prerrogativas possam ter” (SEN, 2010, p. 149)

b) Machismo/Patriarcalismo nas cooperativas

No setor rural é mais evidente o aspecto estrutural do patriarcado identificado como machismo, da mesma forma que o ramo do transporte, que é um segmento fortemente identificado no imaginário coletivo da sociedade como um ambiente masculino, inclusive indicado pelo fato de apenas uma sócia mulher. Porém, a presidenta da COOPERLÍQUIDOS considera que a distinção de gênero não é fator que promove exclusão no ambiente da cooperativa.

A entrevistada relatou a sua vasta experiência, inclusive familiar, com a área do transporte e atribuí ao seu conhecimento e a sua dedicação a superação da distinção de gênero entre os associados.

Inclusive as pessoas me perguntam se eu tenho dificuldade, né, por ser mulher e tá num segmento tão masculino. Eu acredito que pela minha experiência e pela minha criação, não tive dificuldade porque eu já nasci nesse meio. Então, meu pai era motorista, eu casei com um motorista, meu sogro era motorista, então, eu já desde bebê eu já me familiarizava muito com isso. [...] Então, isso pra mim não é assim, muito algo novo, é muito comum. Talvez por isso eu tenha tido tanta facilidade em mergulhar de cabeça, no momento que a gente foi abrir a cooperativa tudo isso já era coisa do meu dia a dia (Entrevistada B).

Da mesma forma, a presidenta da COOMAFITT pontua que o gênero não foi utilizado como critério de exclusão no momento do seu ingresso na cooperativa como colaboradora no cargo de coordenadora de produção e que, apesar das críticas, ela recebeu apoio da cooperativa.

Eu fui muito criticada na época por entrar, por participar. Só que nem por isso a cooperativa deixou de contratar uma mulher pro cargo e me auxiliou e me deu aporte pra fazer as coisas. Então, isso já foi uma coisa muito importante que aconteceu porque pra essa vaga não tinha só a uma lá inscrita, tinha várias pessoas, inclusive homens também (Entrevistada A).

A entrevistada reconhece que existe um elemento cultural e histórico no ambiente rural que ainda se estrutura em bases machistas, mas que esse não foi fator considerado pela diretoria da cooperativa durante a sua contratação, “*eu fui um caso desses – coordenadora de produção, se tu fosse pensar assim, pelo histórico dos agricultores, pelo histórico, sempre teve assim essa questão antigamente do machismo, assim, né*” (Entrevistada A).

Já na COOPVIVA, atualmente a distinção entre mulheres e homens ela já não ocorre, especialmente, pelo fato da unidade entre as cooperadas e pela conquista da autonomia delas.

Hoje aqui dentro da COOPVIVA, a gente já não percebe porque as mulher tão sempre junto, as mulher, eu sou presidente, a vice é uma mulher, o conselho fiscal é formado a maioria mulher então hoje aqui dentro elas tão muito integradas. Eu vejo assim que as mulheres se envolveram, que elas participam da diretoria, dos conselhos, elas são mais atuantes, elas são mais autônomas, né, a gente vê que elas têm um posicionamento de dona da propriedade, dona do que ela tá fazendo (Entrevistada C).

Porém, essa não foi sempre a realidade, já que no processo de fundação da cooperativa, a atual presidenta, relata que *“as mulheres [...] até algumas nem me olhavam com olhar muito simpático [...]. Várias assembleias no começo era só eu de mulher, né, vinha só os homens”* (Entrevistada C). Essa resistência está relacionada as estruturas patriarcais que estabelece disputa e desconfiança entre as mulheres, fazendo com que rejeitem aquelas que posicionam e tomam atitudes distintas daquelas que são socialmente consolidadas. Para León (2001), essa é uma das manifestações do tipo de poder no qual as mulheres naturalizam a sua situação de dominação e até defende o *status quo*, rejeitando e/ou estranhando as oposições a esse sistema, como se só os homens estivessem autorizados a falar (TIBURI, 2018).

A presença dessas mulheres na mais alta posição hierárquica da diretoria dessas cooperativas certamente é fator inibidor de ações de discriminação, da mesma forma que estimula a maior participação das demais associadas, lhes abrindo novas oportunidades. Porém, essa não é a realidade nos ambientes externos da cooperativa e, inclusive, entre outras cooperadas, fato que é destacado por uma das entrevistadas ao mencionar, *“eu percebo quando eu vou na reunião de outras cooperativas, [...]. Eu percebo que a maioria da direção são homens, né, se vai ter ali mulher é bem pouco mesmo. [...] a gente ainda tem muito o que caminhar, assim, tá só no começo”* (Entrevistada A). Essa evidência destaca o aspecto diferencial entre as cooperativas do litoral norte em que as mulheres estão presentes nas lideranças das cooperativas.

Entretanto, mais uma vez vale o destaque sobre a participação das mulheres em cargos de presidência no Litoral Norte, sendo não apenas nas cooperativas estudadas, mas também, na presidência dos sindicatos rurais dos municípios de Torres e de Três Cachoeiras, ou seja, não há como desconsiderar *“a capacidade de ação das organizações de mulheres nos seus territórios de vida”* (HILKENKAMP, GUERIN, VERSCHUUR, 2014, p. 6) e que *“mulheres articuladas em ações coletivas detêm outra perspectiva em relação ao seu papel na sociedade”* (BUENO, 2001, p. 32). Os fatos foram mencionados nas entrevistas das duas presidentas das cooperativas do ramo agropecuário que destacaram a atuação das mulheres, inclusive, em atividades conjuntas entre essas mulheres. Essa integração é bastante importante e se relaciona com o aspecto seguinte.

c) Capacitação/Formação das mulheres

Uma das formas de superar o preconceito de gênero é através da capacitação e formação e, de alguma forma, o conhecimento formal impõe o seu valor e demarca a posição dessas mulheres. Nas entrevistas das presidentas identifica-se que a capacitação profissional foi um elemento que auxiliou no processo de reconhecimento das suas atividades e da sua liderança, tanto no ensino formal quanto através de formação no sistema cooperativista.

E quando partiu pro fato de eu ter que trabalhar com isso, eu já tinha também, antes da cooperativa, experiência da minha empresa de transporte. [...] Meu esposo viajava e eu organizava toda a outra parte, então, fazia cadastro pra abastecimento, cadastro nas oficinas. Eu sempre mexia com essa parte mais administrativa, né, então, já tava bem familiarizada [...]. Talvez por isso eu tenha tido tanta facilidade em mergulhar de cabeça, no momento que a gente foi abrir a cooperativa tudo isso já era coisa do meu dia a dia (Entrevistada B).

Em espaços de predominância masculina, a formação se torna um elemento definitivo, porém, se associa com a experiência anterior, como por exemplo em outra cooperativa, “*na comunidade vizinha aqui e era só das mulheres, de conservas e compotas, a gente fazia né, que foi uma forma da gente achar uma alternativa pras mulheres terem uma renda*” (Entrevistada C), ou seja, com uma agroindústria familiar.

Para além da experiência e da formação acadêmica, duas cooperadas destacam a relevância do apoio recebido da OCERGS, desde a apresentação dos cursos disponíveis em seu site, sendo ela “*a maior fonte de conhecimento [...] foi direto a OCERGS, os cursos que ela oferecia, pra gente poder tá aí montando a COOPERLÍQUIDOS de forma correta e trabalhando de forma correta*” (Entrevistada B), até a disponibilidade do Presidente, Sr. Vergílio F. Perius, ao receber as associadas e ainda as incentivar ao reconhecer a proximidade de relação entre as mulheres e a produção de alimentos.

É possível elaborar que a segurança proporcionada pelo suporte e auxílio disponibilizado pela OCERGS, bem como o acesso às informações imprescindíveis a fundação e o gerenciamento das cooperativas, alinhado com o desejo de “*conhecer pra poder fazer correto*” foram determinantes para a consolidação dessas cooperativas.

d) Reconhecimento e desafios

Ao serem questionadas sobre a valorização de suas atividades como cooperadas e presidentas, as entrevistadas relatam o reconhecimento dos cooperados e que se sentem valorizadas e realizadas pelo trabalho que realizam tanto na cooperativa como como presidentas de suas cooperativas.

Olha, eu me sinto valorizada, porque eu sei que todos os cooperados, até podem até não concordar com as minhas ideias – mas todos eles me respeitam, eu tenho certeza disso. [...] E eu me sinto, me sinto valorizada, sim, eu não sou uma pessoa assim que quer um pódio, mas eu sinto que eles me respeitam sim e a confiança, isso ajuda a gente e é bom, é bom pra vida (Entrevistada C).

Também que:

a gente percebe que tem esse reconhecimento das pessoas, assim. E que é muito importante a COOMAFITT tá puxando essa questão e a cooperativa ter me dado essa oportunidade, sabe? também. Porque a gente vê que existem outras cooperativas que não dão, e a gente sabe que existe isso [...] eu, com certeza me sinto realizada por tá aqui, por tá nessa função [...]. E também pra mostrar pra outras cooperativas que é possível, pra mulheres da cooperativa que é possível (Entrevistada A).

Porém, esse reconhecimento e valorização não reduz as preocupações e nem mesmo exclui os desafios do dia a dia dessas presidentas, semelhante ao que foi observado nas cooperativas urbanas estudadas por Bueno (2001, p. 32) que destaca que “as múltiplas relações proporcionadas às mulheres nas cooperativas [...], promovem um acréscimo nas suas já sobrecarregadas responsabilidades sociais”. Esses elementos inclusive parecem estar interligados em alguma medida.

Bom, eu me sinto realizada, porém, preocupada sempre. Isso é uma coisa que não dá pra gente, vamos dizer assim, relaxar. Eu nunca tô descansada, eu nunca tô despreocupada porque eu sei que tem 95 caminhão rodando e a responsabilidade, inclusive técnica da ANTT é minha também [...] Então eu digo assim que hoje eu sou uma mulher sim muito realizada com meu trabalho, porém, muito preocupada (Entrevistada B).

Além da excessiva carga de trabalho, inclusive, percebida pelos demais associados, “eles acham assim que eu trabalho demais, que “bah essa mulher só trabalha [...] a gente já acostudou com essa rotina, assim né, então eu sou muito ativa, eu preciso me movimentar” (Entrevistada C), “se tiver que ficar no final de semana, vou fazer também. Então isso é uma coisa assim muito, pra mim é

tranquilo, mas ao mesmo tempo eu vejo assim que suga bastante” (Entrevistada B) e “tem muitas coisas que a pessoa, por exemplo, encerra na sexta ou no sábado e volta na segunda. Nós não estamos de corpo presente aqui talvez dentro do escritório, mas estamos sempre ligados. Então, a gente carrega junto a função onde a gente vai” (Entrevistada A).

Anderson (1992, p. 16) descreve que “la generalización de las tensiones que surgen de querer cumplir con altas expectativas frente a su desempeño como madres y esposas y al mismo tiempo acatar altas expectativas y exigencias propias respecto a su performance laboral y profesional”. Assim, as preocupações agregadas a grande responsabilidade exigida por esses cargos impactam nos momentos de lazer, tão essenciais quanto o trabalho, no dia a dia dessas mulheres. Para as entrevistadas,

a parte que tu fala assim do lazer, né, [...] tu acaba se comprometendo bastante com a cooperativa. Então, às vezes, tu deixa de sair pra algum outro lugar, ou fazer outras coisas assim, ou até mesmo a tua parte do descanso. Assim, ela é mais pesada, o comprometimento é maior, [...]. Tu tem que tá sempre disponível se acontece alguma coisa (Entrevistada A).

E,

Com o trabalho na cooperativa ocupou bem mais o meu tempo porque eu me preocupo muito com qualquer decisão que eu vá tomar, ou assunto. E aí eu me cobro muito mais do que fosse só pra mim. [...] o lazer eu não deixo de fazer, não deixo de ter minha vida social por causa da minha família, eu tenho dois filhos, sou casada, e isso é importante pra eles, é importante pra mim também, sabe, pra desligar um pouco (Entrevistada B).

Ainda acrescenta que

hoje eu vejo que a empresa está em primeiro lugar, na minha vida, no trabalho, isso é uma coisa boa e, ao mesmo tempo, um pouco desgastante, né, porque tá sempre em primeiro lugar, porque é a preocupação. Se eu tiver que sair daqui pra fazer uma viagem pra visitar um cliente, não importa o que tem na agenda familiar no dia de amanhã (Entrevistada B).

Esses relatos destacam um grau de exigência entre as mulheres que em alguns momentos as obriga a optar por dedicar-se quase que integralmente a carreira e/ou atividade profissional, nesses casos, o cargo de presidenta nas suas cooperativas. Essa condição colocam as mulheres em um espaço bastante restrito, já que culturalmente, homens podem ser líderes, gestores, pais e ainda usufruir de vida social, já que as mulheres os auxiliam. Porém, quando a situação se inverte, e

mulheres precisam contar com a participação dos companheiros nas mesmas situações, surge o julgamento que coloca em xeque a sua capacidade. Anderson (1992, p. 19-20) reflete que:

Nos impaciente la idea de tanteos en el camino. Incluso se nos hace sentir que perderíamos credibilidad si no estuviéramos en condiciones de ofrecer la receta definitiva para cada caso. Pero la expectativa (en otros) y autoexigencia (en nosotras mismas) de deslindes y soluciones definitivas es injusta. Nadie les pide a los hombres que enuncien soluciones definitivas sobre cualquier problema de la vida humana, cediendo su derecho a la rectificación.

Porém, do desafio de conciliar as atividades da cooperativa e seu momento de descanso e/ou lazer, surgem as inovações e a inclusão de jovens no cotidiano da cooperativa, uma forma importante de promover a integração com os jovens produtores que são filhos de associados, de preparar as futuras sucessões e de manter a ação cooperativa entre os jovens

Conciliar isso, né, é, não é fácil. Realmente a gente respira cooperativa né porque são muitas coisas [...]. O importante, eu acho que tem, necessário como agora tá acontecendo, que a gente já tem tentado há tempos é que se consiga colocar esses jovens (Entrevistada C).

Portanto, identifica-se que essas mulheres ainda enfrentam – consciente ou inconscientemente – condições e estruturas patriarcais que as isolam e/ou afastam da plenitude de suas liberdades. Essa condição beira a injustiça que, pode ser de não reconhecimento e também de má distribuição, essas mulheres deveriam receber o justo reconhecimento de suas capacidades e também participar da redistribuição, tanto de oportunidades sociais quanto de facilidades econômicas, para assim, alcançar o real desenvolvimento, segundo Fraser (2012, p. 10), “the goal throughout is to develop new conceptual and practical strategies for combating gender injustices of economy and culture simultaneously²³”.

Aparentemente, há uma conformidade com as situações que se apresentam para que elas caibam nos espaços que social e culturalmente lhes foi designado. Uma espécie de apequenamento para que possam sobreviver e viver naquele ambiente. A cada dia as mulheres precisam escolher entre uma e outra opção por

²³ “o objetivo é desenvolver novas estratégias conceituais e práticas para combater injustiças de gênero na economia e na cultura simultaneamente” (FRASER, 2012, p. 10, tradução nossa).

não encontrar apoio nos momentos em que intencionam conciliar essas oportunidades.

Cada dia é mais evidente que nações que tratam mulheres com desigualdade são menos desenvolvidas em todos os aspectos, mesmo no econômico, já que esse é objetivo principal daqueles que se consideram superiores a grande maioria das populações. A liderança das mulheres no enfrentamento a pandemia do Corona Vírus tem se destacado, em especial nos países governados por mulheres, fato apresentado em inúmeras publicações. Inclusive, como já mencionado anteriormente, esses países despontam positivamente na dimensão igualdade de gênero do Relatório do Fórum Econômico Mundial, como cita Mendes (2020). Diferentemente das sociedades mais arraigadas em valores patriarcais e, portanto, mais misóginas que tratam as mulheres com inferioridade lhes restringindo direitos básicos como educação, saúde e posse, até liberdades políticas e de segurança protetora.

Assim, considera-se que o conjunto das liberdades apresentadas por Amartya Sen e que constituem a base de sua teoria do desenvolvimento como liberdade, tanto quanto usufruídas individualmente ou coletivamente (como no exemplo das cooperativas) promove qualidade de vida e além disso auxilia na redução de restrições e possibilitar satisfação através da atividade socioeconômica realizada pelas mulheres. Chayanov (2017), apesar de tratar de outra realidade, menciona o bem-estar percebido pelos proprietários de animais como melhor indicador em relação aos proprietários de terras. Porém, a sua menção indica que os cooperados não valorizam somente a renda, mas também a satisfação pessoal, a qual é possível usufruir, bem como “é importante sustentar a singularidade das pessoas, a identidade que cada um reivindica para si” (TIBURI, 2018, p. 88) de modo a não reduzir a um individualismo, mas sim, fomentar as potencialidades em cada individualidade.

A expectativa inicial era de que para além da pesquisa em si, o processo de pesquisa promovesse uma reflexão das respondentes e entrevistadas sobre a sua própria condição e suas práticas. Esse momento permitiu que as mulheres trouxessem um olhar reflexivo sobre si mesmas e, inclusive, se esperava que provocasse uma sensibilização e a valorização da sua prática cotidiana, muitas vezes rotineiramente desprestigiada.

A ação cooperativa praticada pelas mulheres associadas da COOMAFIT, COOPVIVA e COOPERLÍQUIDOS contribui para uma vida em que as privações tem pouco a pouco sendo reduzidas, essa participação também lhes oferece oportunidades sociais e facilidades econômicas e, conseqüentemente proporciona satisfação às mulheres cooperadas. Porém, ainda existem espaços que elas podem usufruir, conquistar e transformar de modo a construir um modelo de desenvolvimento economicamente justo e socialmente diverso e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória até esse momento foi repleta de desafios. Primeiro, foi a tentativa de ingresso no mestrado, os estudos e as leituras. Com a aprovação, vieram as dúvidas, somadas a jornada de trabalho de 40 horas, as aulas, os escritos para as disciplinas, o cuidado com a família. A decisão de incluir a temática de gênero no projeto também foi acompanhada de muitas inquietações, pois, apesar de buscarmos a objetividade da pesquisa, sabemos que não podemos retirar completamente a subjetividade de quem se é.

Então, em 2020, ao iniciar o segundo semestre fomos isolados pela pandemia de COVID-19. Foram períodos de ensino online, aulas no formato remoto, horas em frente a tela – a mesma que escrevo agora, orientação à distância. Foram dias de incerteza, de cuidados, de proteger a família, de pensamentos de desistência e mais dúvidas.

Nesse cenário, foi possível reconhecer ainda mais os privilégios usufruídos e que me permitiram chegar até aqui, a estabilidade do trabalho, a possibilidade do trabalho remoto, acesso a saúde, alimentação, internet, equipamentos para meu trabalho e estudo. Mesmo com essas oportunidades estabelecidas, surgiram as dificuldades, o cuidado com a família foi a principal delas, pois, era necessário conciliar as necessidades de todos de forma razoável para que fosse possível manter os compromissos e as responsabilidades de todos.

Se haviam dificuldades, imagina para aquelas mulheres que não poderiam trabalhar em casa, não tinham mais as creches e escolas para os filhos, as que perderam o emprego, as que perderam familiares e amigos. Refletir sobre essas questões só reafirma que as mulheres ainda enfrentam muitas desigualdades, que o cooperativismo pode ser uma alternativa de desenvolvimento e que as tão criticadas liberdades apontadas na teoria de Amartya Sen ainda estão distantes de ser realidade para muitas pessoas.

Ainda em relação a pesquisa, a elaboração do questionário, sua aplicação e análise foram rodeados por desafios. A demora de respostas e o número reduzido de retornos promoveu questionamentos sobre todo o processo. Ao mesmo tempo que não era possível ser ingênua quanto às reações do público-alvo, também não poderia deixar de considerar as variáveis que conduziram ao baixo retorno dos questionários. Certamente que o cenário da pandemia impediu de um contato

peçoal que possibilitaria mais e melhores resultados, porém, a incerteza sobre o que será feito com a pesquisa parece ser um dos principais motivos do baixo interesse em responder.

Apesar de não alcançar o quantitativo de respostas desejado, foi essencial oportunizar a essas cooperadas a possibilidade de expressar as suas perspectivas, suas visões e percepções de suas realidades. E, ainda existe a expectativa de que elas tenham refletido sobre o ato cooperativo em si, identificado as oportunidades que surgiram, percebido as modificações em seus espaços e que sigam ampliando suas capacidades individuais e coletivas.

Entre as inquietações que emergiram nesse processo, algo que tem sido recorrente é a reflexão a respeito da distância que ainda existe e se perpetua entre a Universidades e as 'gentes'. Talvez seja mais um dos desdobramentos dessas estruturas patriarcais e capitalistas que segregam as populações numa tentativa incessantes de manter o poder e dominar. A academia se estabelece sobre normas e regras as quais por vezes afastam as pessoas das suas pesquisas e descobertas. A onda de crença nas populares *fake news* é um dos sintomas desse distanciamento, a desconfiança nas pesquisas sobre as vacinas denuncia que, mesmo quando se busca pesquisar em campo algum grupo social, a resistência pode partir dessas pessoas. Inúmeros podem ser os motivos para essa desconfiança. Porém, é fundamental respeitar aquelas e aqueles que optam por não responder a essa aproximação e devemos compreender que essa também pode ser uma resposta.

Quanto a pesquisa e a interrelação entre os temas mulheres, cooperativismo e desenvolvimento seguem sendo tanto urgentes como tardias, visto o número reduzido de pesquisas encontradas nas bases de dados. Existe uma carência de estudos que demonstrem as possíveis interdependências entre as áreas e as suas contribuições para o desenvolvimento e seus impactos nas regiões. Além disso, essas são dimensões que, assim como as liberdades substantivas apresentadas por Sen (2010), não se excluem, não se sobrepõem, mas sim se reforçam e se complementam no processo de busca de um desenvolvimento mais justo e amplo.

É importante retomar a questão norteadora dessa pesquisa – Qual a contribuição da ação cooperativa para a promoção de uma vida livre de privações e que promova satisfação as mulheres? – destaca-se que o conjunto de obstáculos vivenciados pelas mulheres é bastante significativo e que sua superação é um

processo contínuo. Ainda mais quando se trata de mulheres vivendo no rural, como no caso de duas das cooperativas estudadas. Mas, o ato cooperativo tem auxiliado essas mulheres na redução das necessidades e na busca por uma vivência mais satisfatória.

A primeira hipótese apresentada era que, na cooperativa, as associadas encontrariam espaço para realizar a sua atividade econômica de forma justa, além de ampliar as suas liberdades, reduzir as privações e alcançar satisfação pessoal. E a segunda hipótese era que, além dos aspectos social e econômico, o movimento cooperativista também impactaria na consolidação da segurança protetora, nas garantias de transparência e nas liberdades políticas das associadas. Ambas as hipóteses foram confirmadas. As cooperadas atuam economicamente em instituição de ingresso livre, com processos democráticos e transparentes na gestão, elas identificam que melhoraram de vida e que desejam permanecer na atividade atual. Apesar de relativa distinção entre as sócias de uma e outra cooperativa, de modo geral, elas usufruem de transparência e segurança ao comercializar através das suas cooperativas.

Porém, há espaço para melhorias, para investir na formação política e consolidar a participação das mulheres, em especial nas cooperativas com poucas mulheres e naquelas em que as atividades de formação contínuas ainda não ocorrem. Outro obstáculo é o excesso de trabalho doméstico e de cuidados, somados as atividades profissionais que formam o triplo papel das mulheres, condição essa que afasta as mulheres da participação política nas cooperativas e na sociedade. Cultural e socialmente, é esperado que primeiramente elas cumpram com excelência o 'ofício' de mães e esposas (ANDERSON, 1992) e essas exigências reduzem e/ou eliminam as suas oportunidades (TIBURI, 2018; SEN, 2010).

A ausência das mulheres em espaços de reivindicações e de debates permite que as suas particularidades permaneçam invisibilizadas. Principalmente, nos planos de gestão regionais – como exemplificado pelo Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Litoral do Rio Grande do Sul, que possui prazo de execução até 2030. O cooperativismo – modelo que fortalece as características regionais e as potencialidades, também deixa de integrar as estratégias de desenvolvimento do Litoral Norte. Invoca-se aqui a defesa de Páez (2018) sobre a demanda em apoiar o associativismo e/ou cooperativismo de

maneira que na escala regional ocorra integração entre cadeias que valorizem as características e recursos locais, ou seja, o entrelaçamento entre essas temáticas possibilita rever e reconsiderar a relevância desses no planejamento de um desenvolvimento, não apenas econômico, mas que seja justo, amplie liberdades, reduza privações e promova satisfação pessoal.

Entretanto, o processo que conduziu até esse texto, que por hora se encerra, permitiu elaborar que através da ação cooperativa, as mulheres ampliaram as suas liberdades instrumentais e essa dinâmica de ampliação de capacidades já tem promovido o desenvolvimento regional através de oportunidades sociais e políticas, a gestão democrática e transparência e segurança promovidos as associadas e a comunidade. Porém, esse é um processo contínuo.

As facilidades econômicas são relevantes, mas, isoladamente, elas não modificam as estruturas e as tradicionais perspectivas sociais e culturais. Essa liberdade precisa progredir em conjunto com as demais a fim de que se reduza as desigualdades entre homens e mulheres. E, diferentemente do que ainda precisa ser iniciado entre os órgãos de planejamento, as cooperativas já realizam ações com esse objetivo. Portanto, cabe o apoio de órgãos do cooperativismo para a ampliação das formações e o digno reconhecimento pelo que já tem sido executado nas e pelas cooperativas em relação a participação das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária: Elefante, 2016.
- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ANDERSON, J. Intereses o justicia ¿Adónde v ala discusión sobre la mujer y el desarrollo? *In*: PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DEL PERÚ. **Materiales de enseñanza**: género y desarrollo. Lima: PUCP, 1992. p. 15-28.
- BOESCHE, L.; MAFIOLETTI, R. L. **Evolução e indicadores do cooperativismo brasileiro e paranaense**. Curitiba: Sistema Ocepar, 2005.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Voto da Mulher**. Brasília, DF: TSE, [2020?]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- BRAÚNA, A. A.; CANÇADO, A. C. O papel do cooperativismo no desenvolvimento do Estado do Tocantins: uma análise a partir das liberdades de Sen. *In*: FILOCREÃO, A. S. M.; PIZZIO, A.; THEIS, I. M. (org.) **Intenções de desenvolvimento em espacialidades desiguais**. Palmas: EDUFT, 2020.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. Revendo estereótipo: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 259-287, jan.-abr. 2012.
- BUENO, P. F. Z. **Gênero e Cooperativismo**: a participação das mulheres nas cooperativas de trabalho. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/88263#:~:text=http%3A//hdl.handle.net/10183/88263>. Acesso em 15 jun. 2020.
- BUTZKE, L.; THEIS, I. M.; MANTOVANELLI, O. Existe alguma região para desenvolver? Um questionamento desde o pensamento social latino-americano. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14, n. 2, p. 91-106, jan. 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3586>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- BUTZKE, L. *et al.* Desenvolvimento regional e gênero: mapeamento da formação docente e da produção intelectual nos PPGs em Planejamento Urbano e Regional

na região sul do Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 18, n. 50, p. 41-54, jan./mar. 2020a. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9158>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BUTZKE, L. *et al.* Quem são as mulheres que pensam o desenvolvimento regional no Brasil? Elementos para a formulação de uma agenda de pesquisa. **Colóquio**: Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara, v. 17, n. 2, p. 113-125, abr./jun. 2020b. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1665>. Acesso em: 05 jun. 2020.

CARRION, R. M. A contribuição da gestão social para o desenvolvimento. *In*: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA, J. T. (org.). **Gestão Social**: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 261 – 272.

CHAMPAGNE, P. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL. **Plano estratégico participativo de desenvolvimento regional do COREDE Litoral do Rio Grande do Sul**. Osório: COREDE Litoral, maio 2017.

COOMAFITT. **Cooperativa Mista de Agricultura Familiar de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas**: nossa história. Itati, 2021. Disponível em: <http://www.coomafitt.com.br/nossa-historia>. Acesso em: 24 nov. 2021.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de Desenvolvimento Regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 7, Edição Especial, p. 3-15, dez. 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL RÉ, M. D; RAMBO, A. G; SCHNEIDER, S. As representações sociais nas dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural: considerações a partir do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 57-82, fev./maio 2017.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. *In*: MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. p.31-50.

FERREIRA, G. M. V; SILVA, D.F. **Educação cooperativista**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2015.

FORGIARINI, D. I., ALVES, C. N., MENDINA, H. J. C. Aspectos teóricos do cooperativismo e suas implicações para a gestão de cooperativas. **RGC**: Revista de

Gestão e Organizações Cooperativas, Santa Maria, edição especial 01, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/30509>. Acesso em: 21 de jun. 2020.

FORGIARINI, D. I. *et al.* Capital social, desenvolvimento e planejamento regional: a participação da sociedade civil na região do COREDES - Fronteira Oeste. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, n. 31, p. 75-87, jan.-jun. 2015.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11- 33, jul.-dez. 2009.

FRASER, N. **Feminism, capitalism and the cunning of History**: an introduction. France: FMSH, 2012. (Working Papers Series, n. 17).

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, Ana C. B. (org). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 31-68.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, p. 7-31, 1993. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>. Acesso em: 02 jan.2021.

HILKENKAMP, I.; GUERIN, I.; VERSCHUUR, C. A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. **Revista de Economia Solidária da Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico**, Ponta Delgada, n. 7, p. 5-43, out. 2014. Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/10/DebatesFeministas_EconomiaFeminista1.pdf. Acesso em: 17 jun. 2021.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=43>. Acesso em: 21 set. 2020.

IBGE. **Cidades@**. Versão 4.6.13. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

IBGE. **Desemprego atinge 14 milhões de pessoas na quarta semana de setembro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29181-desemprego-atinge-14-milhoes-de-pessoas-na-quarta-semana-de-setembro>. Acesso em: 09 jan. 2021.

ICA. **Gender Equality Committee (ICA-GEC)**. Brussels: ICA-GEC, 2020. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/gender-equality-committee-ica-gec-0>. Acesso em: 18 jun. 2020.

IRION, J. E. O. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: STS, 1997.

LEÓN, M. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundo em los estúdios de género. **La ventana**: Revista de Estudios de Género, Guadalajara, v. 2, n. 13. P. 94-106, jan. 2001.

MANZATO, A. J.; SANTOS, A. B. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Florianópolis, 2012. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PEQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

MASTRODI, J. Desenvolvimento como liberdade: liberdade de quem? **Intellectus Revista Acadêmica Digital**, Jaguariúna, v. 7, n. 14, p. 5-16, jan.-mar. 2011.

MENDES, J. D. S. As mulheres a frente e ao centro da pandemia do novo coronavírus. **METAXY**: Revista Brasileira de Cultura e Política em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 20 maio 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/announcement/view/467>. Acesso em: 06 dez. 2021.

MENDONÇA, L. J. V.P. Políticas Sociais e lutas de classes: uma crítica a Amartya Sen. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 65-73, jan./jul. 2012.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo**: oposição ou Complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MIÑOSO, Y. E. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidade. **Solar**, Lima, año 12, v. 12, n. 1, p. 141-171, 2016.

MOSER, C. Gender planning in third world: meeting practical and strategic gender needs. **World Development**. Oxford v.17, n. 11, 1799-1825. 1989.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo: História e horizontes. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 278, June 2007. Disponível em: <https://ces.uc.pt/en/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-278>. Acesso em: 22 jun. 2020.

NANES, G.; QUADROS, M. T.; ZARIAS, A. WID, WAD e GAD: uma introdução ao debate sobre mulheres, gênero e desenvolvimento. In.: SANTOS, D. A.; CARDOSO, M. G. C.; SCOTT, P. **Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento**: algumas leituras fundamentais. Recife: Ed. UFPE, 2017.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019**. Brasília, DF: Sistema OCB, 2019a. Disponível em: http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2019/noticias/07/04/publicacao/publicacao_clique_aqui_04_07_2019.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

OCB. **Ramos do Cooperativismo**. Brasília: Sistema OCB, 2019. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/57/ramos-do-cooperativismo>. Acesso em: 18 jun. 2020.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020**. Brasília, DF: Sistema OCB, 2020. Disponível em: <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo>. Acesso em: 25 abr. 2019.

OCERGS. **Lista de Cooperativas Gaúchas**. Porto Alegre, OCERGS, 2019b. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/lista-de-cooperativas-gauchas/>. Acesso em: 25 abr. 2019.

OLIVEIRA, V. L. Liberdade e poder em Amartya Sen: uma leitura crítica. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, v. 5, n. 9, jan./jun. 2007.

ONDEI, V. Lista Forbes das 100 mulheres poderosas do agro. **Revista Forbes Brasil**, São Paulo, 15 out. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2021/10/100-mulheres-poderosas-do-agro/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PÁEZ, C. C. Torres. Desarrollo local y cooperativismo: apuntes para un debate. **CODES Cooperativismo y Desarrollo**, Pinar del Río, v. 6, n. 2, p. 120-124, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://codes.upr.edu.cu/index.php/codes/article/view/2007>. Acesso em: 27 fev. 2020.

PICCININI, V. C. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 68-105, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/19866>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PINHO, D. B. **Fundamentos doutrinários e teóricos**. São Paulo: USP, 2001.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RAMBO, A. G; VIANNA, G. M. Políticas, atores, estratégias e desenvolvimento: reflexões a partir do Colegiado Territorial e do Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral Norte Gaúcho. *In.*: FREITAS, T. D.; DEPONTI, C. M.; SILVEIRA, R. L. L. (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento regional: atores e estratégias em regiões do Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

RAMOS, D. P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. *In.*: SANTOS, D. A.; CARDOSO, M. G. C.; SCOTT, P. **Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais**. Recife: Ed. UFPE, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Perfil socioeconômico COREDE Litoral**. Porto Alegre, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais. **Estimativa Populacional 2019**. Porto Alegre, IEDE, 2020a. Disponível em: <https://iede.rs.gov.br/portal/apps/opstdashboard/index.html#/858f6c0275e643559f73ffb8918b06c9>. Acesso em: 02 nov. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2020b. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>. Acesso em: 12 out. 2020.

RUBIO, S. P. Repensando la participación de las mujeres en el desarrollo desde una perspectiva e género. **Papers: Revista de Sociologia**, Cerdanyola del Vallès, v. 69, n. 69, p. 31-57, 2003.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. O.; FELIPE, D. F. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 34, n. 2. p. 390-405, jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 dez. 2020.

SANTOS, D. A.; CARDOSO, M. G. C.; SCOTT, P. **Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais: algumas leituras fundamentais**. Recife: Ed. UFPE, 2017.

SANTOS, M. E. W. dos. **Cooperativismo rural em Itati: modelo de gestão e desenvolvimento rural**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santo Antônio, 2017. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180232/001066729.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SCHNEIDER, C.; FREITAS, T. D. Qualidade de vida, diversificação e desenvolvimento: referências práticas para análise do bem estar no meio rural. **Olhares Sociais**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 121-142, maio 2013.

SCHNEIDER, J. O; HENDGES, M. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **ESAC: Economia Solidária e Ação Cooperativa**. São Leopoldo, v. 1, n.1, p.33-48, jul.dez. 2006. Disponível em: <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/schneider.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SCHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia do compartilhamento corporativa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Ed. Elefante. 2016.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

SEN, A. **Gender and Cooperative Conflicts**. Helsinki: Wider Working Papers, 1987.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SESCOOP/RS. **Feminismo no Século XXI**: o que isso significa para as mulheres cooperadas? Porto Alegre, SESCOOP/RS, 2019. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/noticias/2019/10/14/feminismo-no-seculo-xxi-o-que-isso-significa-para-as-mulheres-cooperadas/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SESCOOP/RS. **O que é cooperativismo?** Porto Alegre: SESCOOPRS, [2021?]. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/o-que-e-cooperativismo/>. Acesso em: 09 jan. 2021.

SISTEMA OCERGS-SESCOOP/RS. **Expressão do cooperativismo gaúcho 2021**. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2021. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2021/06/expressao-cooperativismo-gaicho-2021.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

THE ECONOMIST. The cost of misogyny: societies that treat women badly are poorer and less stable. **The Economist**, Londres, 11 Sept. 2021, p. 58. Disponível em: <https://www.economist.com/international/2021/09/11/societies-that-treat-women-badly-are-poorer-and-less-stable>. Acesso em: 23 nov. 2021.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.13670>. Acesso em 10 mar. 2020.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO SOBRE OPORTUNIDADES SOCIAIS E FACILIDADES FINANCEIRAS E PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Cooperativa que faz parte:
2. Município/localidade que reside:
3. Associada desde _____ (ano)
4. Idade:

5. Propriedade está em seu nome () sim () não

6. Grupo Familiar:

	Parentesco*	Gênero	Idade	Atividade econômica/produziva	Anos de estudo	Está estudando
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						

*Esposa(o), companheira(o), sogro(a), pai/mãe, filha(o), tia(o)

7. Algum destes tem ensino superior:

Não	Sim	Qual?
-----	-----	-------

8. Os jovens e adultos tiveram/tem oportunidade de estudar em escola técnica?

Sim	Não
-----	-----

9. Os jovens e adultos tiveram ou tem oportunidade de estudar na localidade em que residem?

Sim	Não
-----	-----

10. A família possui:

	Não	Sim	Adquiriu depois de participar da cooperativa, marque X se sim
Máquina de lavar			
Geladeira/freezer			
Televisão			
Computador/notebook			
Celular			
Internet			
Carro			
Moto			

11. Para a atividade econômica realizada, SUA FAMÍLIA utiliza:

Caminhão	() Próprio	() Da cooperativa
Máquina agrícola	() Própria	() Da cooperativa
Trator	() Próprio	() Da cooperativa
Galpão/área de conservação	() Próprio(a)	() Da cooperativa

Sobre o acesso à propriedade:

12. Sobre transporte público/coletivo que permite deslocamento entre a residência e outros locais?

12.1 Existe	Sim	Não
12.2 Se existe, o que você pensa da qualidade?	Insuficiente	Satisfatório

13. Você dirige:

Não	Sim, moto	Sim, carro	Sim, carro e moto	Sim, até caminhão

14. A renda familiar vem de:

	Nada	Até 25%	Até 50%	Até 75%	Mais de 75%
Atividade com a cooperativa					
Trabalho no comércio, prestação de serviços e/ou contratos					
Trabalho temporário					
Turismo (rural ou outro)					
Aposentadoria					
Pensão					
Aluguéis/arrendamentos					
Criação de animais/atividade leiteira					
Venda em outros canais, direta para consumidores**					

**Produção que não faz parte do que é comercializado pela cooperativa.

Sobre as finanças:

	Não	Sim	Quanto tempo? Anos/meses
15. Tem uma renda que só você decide sobre ela?			
16. Você tem conta bancária somente em SEU NOME?			
17. Utiliza cartão de crédito próprio?			
18. Você tem acesso a financiamentos?			

19. Você paga algum financiamento?

Sim, valor alto	Sim, valor razoável	Sim, valor baixo	Não possui financiamento	Só outros membros da família têm financiamento

20. Sobre os gastos familiares, quanto é destinado a:

	Nada	Até 25%	Até 50%	Até 75%	Mais de 75%	Não sei informar
Manutenção da atividade econômica						
Alimentação						
Educação						
Saúde						
Poupança/reserva						

21. Você:

	Não	Sim
É responsável pelo pagamento da maioria das despesas financeiras		
Dividi as despesas da família igualmente		
Usa sua renda somente para despesas pessoais		
Usa sua renda para auxiliar os estudos dos filhos		
Tem total autonomia sobre a gestão de sua renda		

22. Alguma questão de saúde interfere no seu dia a dia ou na sua atividade produtiva-trabalho?

	Sempre	Quase sempre	Às vezes	Raramente	Nunca
Desmaios					
Dores de cabeça					
Enxaqueca					
Dores nas costas					
Outra? Qual?					

23. Quanto a cuidados com saúde, você:

Utiliza o SUS	Possui plano de saúde privado (Ipê, UNIMED, outro)	Quando precisa, consulta particular

24. Você costuma realizar exames médicos com regularidade:

sim, uma vez ao ano	sim, a cada 6 meses	não, apenas quando me sinto adoecida	não, não gosto de consultas e médicos

25. Sobre as atividades domésticas:

	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre
Tenho ajuda externa					
Filhos e filhas participam					
Somente as meninas e mulheres participam					
Esposo/companheiro participa					
São distribuídas conforme o que cada uma gosta de fazer					

26. Quanto tempo você dedica às atividades domésticas diariamente – considere planejamento e organização:

Mais de 12h	De 10 a 12h	De 8 a 10h	De 4 a 8h	Até 4h	Nada

27. Com que frequência participa de atividades – considere o período antes da pandemia:

	Nunca	Menos de 1 vez ao mês	1 vez ao mês ou mais	Semanalmente	Sempre que ocorrer
Esportivas					
Religiosas					
Escolares					
Festivas					
Reuniões comunitárias					
Cooperativas					

(reuniões, assembleias, outras)					
---------------------------------------	--	--	--	--	--

28. Qual o principal meio em que você busca informações:

	Não	Sim
Televisão		
Rádio		
Vizinhas/parentes/amigas		
Cooperativa		
Internet		
Grupos de <i>whatsapp</i>		

29. A assistência técnica da cooperativa

Satisfatória	Suficiente	Insuficiente

30. Sobre seu ingresso na cooperativa:

	Sim	Não
O interesse partiu de você		
Você foi convidada pela cooperativa		
Familiares já eram associados		
Vizinhos e colegas (conhecidos) eram associados		
Teve incentivo dos familiares		
Os homens da família apoiaram/incentivaram		
As mulheres da família/amigas apoiaram/incentivaram		

31. Quanto tempo você dedica às atividades da cooperativa diariamente:

Mais de 8h	Até 8h	De 6 a 8h	De 4 a 6h	Até 4h	Nada

32. Na cooperativa, você:

	Não	Sim	Qual?
Possui algum cargo			
Participa de conselhos			
É funcionária da cooperativa			

33. Sobre os cursos promovidos pela cooperativa?

	Não	Sim
Você gostou		
São úteis		
Não poderia pagar pelo curso individualmente		
Você sugere novos cursos		

34. Se pudesse mudar de atividade econômica:

	Não	Sim
Permaneceria na atividade atual		
Gostaria que os filhos permanecessem na atividade		

QUESTIONÁRIO SOBRE AS PERCEPÇÕES:

Responda as perguntas pensando no seu bem-estar, na sua satisfação como associada à cooperativa.

35. Como você julga os itens a seguir:

	Insuficientes	Suficientes
Os bens materiais que possui		
Instrumentos/ferramentas de trabalho		
Possibilidades de deslocamento da residência		

36. Após ingressar na cooperativa, você percebeu que:

	Não	Sim
A cooperativa se tornou a principal fonte de renda		
Ocorreu aumento da sua renda		
Melhoraram as condições de vida		
Você tem mais informações para gerenciar sua renda		
Sua renda aumentou a influência nas decisões familiares		
A renda te possibilitou planejamento futuro		
Passou a atender as próprias necessidades e desejos		
A renda ajudou a reduzir/eliminar privações		
Sente segurança quanto a renda da sua atividade		

37. Se você pudesse voltar a estudar:

	Não	Sim
Gostaria de voltar a estudar		
Faria um curso, somente se ajudasse na atual atividade		
Faria um curso para mudar completamente a atual atividade		

38. Se você desejar que seus filhos permaneçam na atividade produtiva atual, considera a necessidade de estudo:

Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante

39. Você percebe alguma limitação devido algum problema de saúde e/ou cuidado médico:

Sim, dependo de ajuda de outras pessoas	
Sim, algumas atividades não posso realizar	
Não, faço acompanhamento e não atrapalha minhas atividades	
Não preciso de nenhum cuidado médico	

40. Você considera que?

	Ruim	Razoável	Bom	Ótimo
O cuidado com sua saúde está/é				
Os serviços de saúde da região (hospitais, postos de saúde) são				

41. Sobre seu tempo, percebe que:

	Não	Sim
Você trabalha mais horas que antes de seu ingresso na cooperativa		
Seu intervalo de almoço significa mais trabalho		
Sobra tempo para lazer		
O tempo de férias e lazer é suficiente		

No tempo "livre" realiza mais atividade produtiva*		
Seu tempo livre significa cuidar de outras pessoas		

* Artesanato, panificados e mais produtos comercializáveis

42. Sobre a atividade cooperativa:

	Não	Sim
É uma atividade digna		
Exige muito das associadas		
Precisa trabalhar muitas horas		
Possibilita ajuda em casos de dificuldade e/ou privações		
É melhor que fazer 'bicos" ou ter trabalho informal		
Eu preferia ter carteira assinada		
Sente que a atividade é estável*		

*Comparada com os empregados que correm risco de ser demitidos.

43. O que poderia melhorar na cooperativa:

	Não	Sim
Cursos de curta duração (finais de semana)		
Cursos de longa duração (mais de 1 etapa, encontros regulares)		
Promover palestras		
Ampliar assistência técnica		
Informações sobre a administração da cooperativa		
Horários de reuniões em dias e turnos diferentes		
Encontros somente para mulheres		
Valorizar (mais) as atividades realizadas pelas mulheres		

44. Na cooperativa, você percebe que por ser mulher:

	Não	Sim
Nos debates os homens falam mais		
A opinião das mulheres é menos considerada		
Tem menos oportunidades		
Sua atividade produtiva não é valorizada		
Tem pouco espaço nos cargos de direção		

45. Na cooperativa, você percebe como importante:

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
Participar das assembleias				
Buscar orientações em caso de dúvidas				
Opinar nas decisões				
Poder questionar os gestores				
Votar para presidente e conselheira(o)(s)				
Poder se candidatar para presidente e conselheira(o)(s)				
Ser reconhecida e valorizada				
Ser tratada da mesma forma que os homens				

46. Você gostaria de:

	Não	Sim
Se dedicar para compreender/estudar as atividades da cooperativa		
Estudar sobre suas atividades produtivas		
Participar mais das decisões da cooperativa		
Participar mais das decisões familiares		
Ter ajuda em casa para poder participar das atividades da cooperativa		
Ter apoio em casa para fazer os cursos que a cooperativa oferece		

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO PARA AS DIRIGENTES

1. Cargo que ocupa:
2. Atua há quanto tempo:
3. Participou de outra cooperativa antes?
4. As associadas mulheres, na maioria, elas foram convidadas a se associar? Ou elas que buscaram a participação?
5. Como você percebe que a instituição contempla a participação da mulher?
6. Como você percebe o equilíbrio entre o aspecto social e o econômico na gestão das cooperativas? Ou existe o predomínio de um aspecto por parte dos associados?
7. Participar da cooperativa, contribuiu para melhorar sua renda?
8. Você percebeu melhorias na sua saúde, na educação, nos momentos de lazer desde que se associou?
9. Você como cooperada teve acesso a créditos e financiamentos? E as mulheres da cooperativa, utilizam créditos em seu próprio nome?
10. Você se sente mais realizada e valorizada depois de participar da cooperativa? Por quê?
11. Na cooperativa, você considera que as mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens? E em outros espaços?
12. Como ficou o tempo para fazer o que você gosta ou deseja fazer, depois da participação na cooperativa?
13. O que você considera que a cooperativa deve fazer para melhorar a vida das cooperadas?

QUESTIONÁRIO PARA INTEGRANTES DO MOVIMENTO COOPERATIVO

1. Instituição e cargo que ocupa:
2. Atua há quanto tempo:
3. Participou de alguma cooperativa antes?
4. Você trabalha diretamente com mulheres? Elas ocupam cargos de direção, gestoras, coordenação?
5. Como você percebe que a instituição contempla a participação da mulher? Elas possuem as mesmas oportunidades e tratamento que os homens?
6. Pode citar alguns exemplos de ações que têm sido realizadas?
7. Você considera que a instituição/cooperativa promove oportunidades sociais às mulheres?
8. Você considera que a instituição/cooperativa promove facilidades econômicas às mulheres?
9. Como você percebe o equilíbrio entre o aspecto social e o econômico na gestão das cooperativas?
10. Você tem expectativas futuras para as mulheres no cenário cooperativista?